



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Governança multinível dos recursos hídricos para adaptação
às mudanças climáticas: o caso da Câmara Consultiva
Regional do Submédio São Francisco

Rafael Moraes Reis

Brasília 2019

RAFAEL MORAES REIS

Governança multinível dos recursos hídricos para adaptação às mudanças climáticas: o caso da Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Rodrigues Filho

Brasília
2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Governança multinível dos recursos hídricos para
adaptação às mudanças climáticas: o caso da Câmara
Consultiva Regional do Submédio São Francisco**

Rafael Moraes Reis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Membros da banca examinadora:

Prof. Dr. Saulo Rodrigues Filho, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB
(Orientador)

Prof. Dr. Marcel Bursztyn, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB
(Examinador interno)

Dr. Diego Lindoso
(Examinador externo)

Brasília-DF, 30 de agosto de 2019.

Ao meu companheiro Thiago, que me apoiou neste novo projeto de vida sem hesitar por um só instante.

“O homem chega e já desfaz a
natureza
Tira a gente, põe represa, diz que
tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem
devagar
E passo a passo vai cumprindo a
profecia
Do beato que dizia que o sertão ia
alagar
O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
o mar também vire sertão”.

(SÁ E GUARABYRA)

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste mestrado, que se conclui com a apresentação desta dissertação, não seria possível sem a ajuda e compreensão de diversas pessoas que acreditaram e apoiaram este projeto.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Carlito e Ilda, pelo apoio incondicional às minhas escolhas. Ao Thiago, meu grande amor e companheiro de todas as horas. Aos meus irmãos Rodolfo, Carlos Augusto e Nayara, pelo companheirismo de sempre, seja de perto ou de longe. À toda minha grande família - primos, tios, avós - cujo convívio é sempre uma fonte de ânimo e renovação. À minha tia/mãe Maria de Jesus, ao tio Allan e à tia Ana, pelo apoio que deram à minha vida estudantil.

Agradeço ao meu orientador Saulo Rodrigues Filho por ter me apresentado a riqueza do semiárido e por ter sido, ao longo dos últimos anos, não apenas um orientador, mas um mentor da maior qualidade. À Júlia, agradeço por seu auxílio desde meus primeiros passos neste projeto, por sua imensurável paciência comigo e por suas incontáveis contribuições a este trabalho.

Agradeço aos queridos colegas de turma de mestrado no CDS que no decorrer desse período foram fundamentais, mesmo que minhas ocupações e dificuldades não tenham me permitido um convívio mais intenso: Txai, Luiza, Cíntia, Larissa, Gabriela, Jefferson, Gabriel e Rolf. À Lara, grande amiga, pela companhia e pelo apoio, sem os quais esta dissertação não seria possível.

Aos queridos amigos/irmãos Paulo José, Danielly, Pedro Teodoro, Marlon e Danny. À Sônia e Clayton, pelo tempo de vida que ambos compartilharam comigo formando meu núcleo familiar mais imediato e, deste modo, me permitindo ter um lar.

RESUMO

A teoria da governança multinível apresenta uma nova perspectiva para buscar compreender as relações federativas tecidas nos mais diversos níveis (governamentais e não governamentais), partindo das porções locais e regionais. A justificativa para o estudo da governança multinível também é demonstrada pela complexidade dos processos de tomada de decisão em países federativos, contribuindo para esclarecer o dilema da ação coletiva, encorajando a ampliação de estruturas verticais e horizontais, dotadas de um processo decisório coeso e transparente, propiciando, nesse contexto, o desenvolvimento regional. Assim, a pesquisa objetiva analisar qual a contribuição da governança multinível dos recursos hídricos a partir da articulação do Comitê da Bacia do Rio São Francisco para o processo de adaptação a mudanças climáticas no Submédio São Francisco. No aspecto metodológico, adotou-se a estratégia de estudo de caso, de abordagem qualitativa, com objetivos descritivos e exploratórios, realizado por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, esta última instrumentalizada a partir de entrevistas semiestruturadas com os atores locais. Como resultados verificou-se que a governança multinível contribui para o melhoramento das relações intergovernamentais no contexto federativo brasileiro e funciona como elo entre a intenção e a realização concreta do desenvolvimento regional impulsionado desde a base, possibilitando a inserção democrática das populações vulneráveis no processo decisório. Verificou-se, ainda, que as instancias participativas do Comitê são importantes instrumentos de articulação e funcionam como estratégia para o desenvolvimento, não apenas dos municípios envolvidos, mas de todo o entorno regional, pois oportunizam o planejamento, a implementação e a gestão compartilhada de políticas públicas para resolver problemas de vivência comum, outorgando visibilidade à região perante os demais níveis (estadual, federal e internacional), o que favorece a governança multinível.

Palavras-chave: Governança multinível; Recursos Hídricos, Redes de Políticas Públicas e Mudanças Climáticas

ABSTRACT

The Theory of Multi-Level Governance introduces a new approach to understand federative relations in most diverse levels (governmental and non-governmental), based on local and regional levels. The justification for the study of the Multi-Level Governance also relies on the complexity of the decision-making in federal system countries, helping to clarify the collective action dilemma, promoting the expansion of vertical and horizontal frameworks, which are endowed with a cohesive and transparent decision-making process, promoting, in this context, regional development. This, the research aims to analyse the contribution of the Multi-Level Governance of the water resources of the articulation of the São Francisco River Basin Committee to the climate change adaptation process in the sub-medium São Francisco river. As for the methodology employed, the research adopted a case study strategy, with a qualitative approach, descriptive and explanatory objectives, which were carried out through bibliographic, documentary and field research - the latter was organized based on semi-structured interviews with local actors. As a result, the research findings show that Multi-Level contributes to the improvement of intergovernmental relations in the Brazilian federative context and can be a link between regional development intention and its concrete realization, fostering it from the outset, enabling the democratic insertion of vulnerable populations in the decision-making process. The research also shows that the participatory levels of the Committee are important instruments of articulation and function as a strategy for the development of both the municipalities involved and the entire regional environment. It can foster public policy planning, implementation and shared management to solve common problems, and grant visibility to the region before the other levels (state, federal and international), which favours Multi-Level Governance..

Keywords: Multilevel governance, Regional development, Intermunicipal public consortia and Climate Change

SUMÁRIO

1.	A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS FACE AOS DESAFIOS IMPOSTOS PELA MUDANÇA DO CLIMA NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	24
1.1	Governança dos Recursos Hídricos	25
1.1.1.	A Política Nacional de Recursos Hídricos	30
1.1.2.	Planos de Recursos Hídricos	32
1.1.3.	O enquadramento dos corpos de água	32
1.1.4.	Outorga de Direitos de uso de recursos hídricos	33
1.1.5.	Cobrança pelo uso de recursos hídricos	34
1.1.6.	Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	35
2.	REDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	36
2.1	Estudo das Redes Sociais	39
2.2	Perspectiva da Governança de Redes	43
2.2.2	Institucionalização	47
2.2.3	Sustentabilidade	47
2.2.4	Estrutura e Instrumentos de Coordenação	47
2.2.5	Comunicação	48
2.2.6	Informação e análise	48
3.	GOVERNANÇA MULTINÍVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	49
4.	METODOLOGIA	55
4.1	Abordagem de Estudo	55
4.2	Área de estudo	56
4.3	O contexto socioeconômico do Submédio Rio São Francisco	57
4.4	O Comitê da Bacia do Rio São Francisco e a representação do Submédio São Francisco	60
4.5	A Câmara Consultiva	63
4.5.1	Principais Aspectos da CCR do Submédio São Francisco	67
4.6	Aspectos Metodológicos	68
4.6.1	Fontes	70
4.6.2	Saídas de campo e coleta de dados	72
4.6.3	Metodologias Utilizadas	74
5.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	77
5.1	Levantamento de Políticas Públicas e atores influentes no Submédio São Francisco	77
5.1.1	Esfera pública	78
5.1.2	Terceiro setor	79
5.1.3	Esfera privada	80
5.2	Eixo de Análise	81
5.2.1	Matriz de Objetivos Políticos	81
5.2.2	Mapa de Interação entre atores institucionais	83
5.3	Compondo o cenário	86
5.4	A Intersetorialidade como Aspecto-Chave da Governança dos Recursos Hídricos	87

5.6	Um cenário fragmentado	95
6.	REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES	98
6.1	Perspectivas para pesquisas futuras	100
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS	112
	APÊNDICE B – LISTA DE MUNICÍPIOS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	116
	APÊNDICE C – ATORES RELEVANTES	119
	APÊNDICE D – LISTA COMPLETA DOS ENTREVISTADOS	135
	APÊNDICE E – Mapeamento de Políticas Públicas	141

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das literaturas e debates direta e intrinsecamente relacionados à dimensão de governança da água	27
Figura 2 - Representação matricial da rede hipotética X.....	84
Figura 3 - Representação matricial da rede hipotética	84
Figura 4 - Representação gráfica da rede hipotética.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As principais discussões de governança da água.....	29
Quadro 2 - Três Perspectivas da Formulação de Políticas Públicas.....	44
Quadro 3 - Atores com cadeira na Câmara Consultiva do Submédio São Franci.....	65
Quadro 4 - Principais Características Institucionais	75

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Reunião da Câmara Consultiva do Submédio São Francisco67

LISTA DE SIGLAS

- ANA - Agência Nacional de Águas
- CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
- CIM - Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima
- CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
- GEE - Gases de Efeito Estufa Gex Grupo Executivo
- GRH - Gerenciamento dos Recursos Hídricos
- IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
- MMA - Ministério de Meio Ambiente
- MME - Ministério de Minas e Energia
- PNA - Plano Nacional de Adaptação
- PNMC - Política Nacional sobre Mudança do Clima
- PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos
- SE – Situação de Emergência
- PI-SSA - Projeto Integrativo de Segurança Socioambiental
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ECP – Estado de Calamidade Pública
- Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH
- CONOMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
- ARS - Análise de Redes Sociais

INTRODUÇÃO

O Brasil detém 12% dos recursos de água doce do mundo, o que torna a água um recurso comparativamente abundante no país. No entanto, os recursos hídricos são desigualmente distribuídos no território: enquanto os estados nordestinos são predominantemente semiáridos, a região amazônica tem abundância de água. Essa distribuição desigual não é incomum em países de grandes dimensões como o Brasil, mas representa desafios para a gestão dos recursos hídricos, hoje e no futuro (OCDE, 2015).

De 2003 a 2016, as secas e estiagens levaram 2.783 municípios a decretarem Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP), sendo que 1.409 cidades do Nordeste (78,5% dos municípios da região) tiveram que declarar SE ou ECP. Destes municípios, aproximadamente metade decretou emergência ou calamidade pelo menos uma vez em sete anos diferentes. Entre 2013 e 2016, o Nordeste registrou 83% dos 5.154 eventos de secas registrados no Brasil, que prejudicam a oferta de água para abastecimento público e para setores que dependem de água para realizarem atividades econômicas, como geração hidrelétrica, agricultura irrigada, produção industrial e navegação (ANA, 2017).

Embora de natureza ambiental, as mudanças climáticas constituem um problema complexo, com consequências em todas as esferas da existência. Elas produzem impactos sobre – ou são impactadas por – questões globais, tais como pobreza, desenvolvimento econômico, crescimento populacional, desenvolvimento sustentável e gestão de recursos. Dessa forma, as respostas aos seus impactos exigem coordenação e alto nível de articulação.

A água é o meio pelo qual primeiro e mais fortemente a população deverá perceber os efeitos da mudança do clima, considerando as prováveis alterações nos padrões de precipitação e no escoamento dos rios. Nesse sentido, as populações mais pobres são as mais vulneráveis, pois se encontram, já atualmente, em condições de maior exposição à escassez hídrica, quer por questões geográficas, quer pela ausência de saneamento.

O ciclo hidrológico está ligado diretamente às mudanças de temperatura da atmosfera e ao balanço de radiação. Com o aquecimento global da atmosfera, esperam-se, entre outras consequências, alterações nos padrões da precipitação (aumento da intensidade e da variabilidade da precipitação), o que poderá influenciar

significativamente a disponibilidade e a distribuição temporal da vazão nos rios, quer negativamente, quer positivamente. Em resumo: além de alterações nas disponibilidades médias, os eventos hidrológicos críticos, secas e enchentes, poderão tornar-se mais frequentes (IPCC, 2014).

Uma consequência importante da variabilidade natural do clima ou da mudança climática é a possível mudança de padrão em relação à series históricas pelas séries hidrológicas, que afeta a gestão dos recursos hídricos, além do planejamento e da operação da infraestrutura hídrica para atendimento aos usos múltiplos, já que seu dimensionamento é realizado com base na premissa de que as estatísticas das séries observadas são representativas do futuro. Soma-se a isso a constatação de que, embora nenhuma região esteja livre das mudanças do clima, as suas consequências terão maiores impactos em países em desenvolvimento devido a sua exposição geográfica, falta de recursos para enfrentar emergências, baixa renda da população e maior dependência econômica de atividades sensíveis às mudanças, como a agricultura e a pecuária (ANA, 2017).

Fato é que elevados índices de pobreza e baixos níveis de desenvolvimento humano limitam a capacidade das famílias de lidar com os efeitos da mudança climática. Ao contrário, a promoção de um desenvolvimento com bases sustentáveis e o aumento da qualidade de vida das comunidades são fatores que contribuem para a construção de resiliência às alterações advindas da mudança do clima. Todos esses aspectos trazem um elevado grau de incerteza na definição das ações a serem tomadas face aos impactos decorrentes da mudança do clima.

A despeito dessas incertezas, é preciso adaptar-se aos impactos esperados, ocasionados quer pela variabilidade natural do clima, quer pelas mudanças climáticas, a fim de minimizá-los. Nesse sentido, urge que governos e sociedade iniciem um processo de adaptação aos potenciais impactos relacionados às mudanças climáticas. Será preciso uma mudança de cultura institucional e de atitude por parte dos mais variados atores para que perdas humanas e materiais sejam minimizadas no futuro próximo. Para isso um modelo de governança multinível pode contribuir para esse processo de adaptação a mudanças climáticas.

A gestão dos recursos hídricos no Brasil deixou de ser uma questão de governo, para tornar-se uma questão de governança. Enquanto o governo está associado a uma hierarquia político-administrativa, na governança a política é produzida dentro de estruturas multiatores, para além de uma hierarquia formal,

sendo o governo considerado um possível, mas não necessariamente o mais importante ator (CARLSSON & SANDSTROM, 2008).

De acordo com Jacobi e Sinisgalli (2012), o termo “governança” reflete o deslocamento de abordagens centradas no conceito de governo para um conceito mais abrangente, que incorpora os agentes não estatais. Secchi (2009), por sua vez, esclarece que se trata de um modelo de gestão colaborativo de relação entre agentes estatais e não estatais na solução de problemas coletivos. Trata-se de um modelo de gestão horizontal democrático que pode auxiliar os países a melhorar suas condições econômicas e sociais.

A interpretação de governança é derivada das ciências políticas e da administração pública, e deve ser entendida como um modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas (KOOIMAN, 1993; RICHARDS; SMITH, 2002). Segundo Lima (2014), a governança pública envolve tanto a gestão administrativa do Estado, quanto a aptidão de articular e mobilizar os atores estatais e sociais para resolver problemas de ordem coletiva, ou seja, a governança pública é uma corrente da administração pública que procura compatibilizar os critérios de democratização com a busca pelo melhor desempenho das políticas públicas. Nesta perspectiva, cabe ao Estado o papel de liderar o processo de resolução dos problemas da coletividade, mas deve fazê-lo a partir da interação com a sociedade.

No âmbito dos recursos hídricos, entende-se por governança da água, o conjunto de aspectos políticos, sociais, econômicos e administrativos para desenvolver e gerenciar os recursos hídricos. Salienta-se que esta governança não envolve somente gestão hídrica, mas também tópicos relacionados ao saneamento básico, saúde, ordenamento do solo e preservação de recursos ambientais (ANA, 2011).

Segundo Jacobi (2009, p.28), a governança da água “... propõe caminhos teóricos e práticos alternativos que façam uma real ligação entre demandas sociais e seu diálogo em nível governamental”. Para Ribeiro (2009, p. 114) é preciso identificar os “diversos sujeitos sociais que atuam em várias escalas de poder político [...]”.

Por um longo período a Administração Pública brasileira se mostrou afeita a política de conveniência e a centralização do poder, terminando por produzir uma gestão deficiente e pouco responsiva aos anseios da sociedade, sobretudo nas

parcelas locais e regionais (ABRUCIO; SANO, 2013). Com a promulgação da Constituição de 1988, formou-se um ambiente propício para a descentralização do poder e a redemocratização do país, implicando na necessidade de o Estado reinventar a maneira de se relacionar internamente com os demais entes federativos e, externamente, com a sociedade e o mercado.

No Brasil, a promulgação da Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos, que estabeleceu diretrizes e princípios básicos para a gestão dos recursos hídricos em todo o território nacional (BRASIL, 1997), adotou a descentralização dos sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, resultando em uma mudança na dinâmica de relacionamento entre atores e esferas de governo. Apesar de positiva, a descentralização inclui, por um lado, atores locais, que muitas vezes não têm capacidade técnica e financeira adequada para operacionalizar o sistema de gestão, e por outro, o governo central, que encontra dificuldades para avaliar os recursos hídricos disponíveis e os serviços de água sem obter informações adequadas dos governos e instituições locais (OCDE, 2015).

Tortajada (2010) aponta que na maioria dos países em desenvolvimento, as instituições envolvidas na gestão da água não funcionam adequadamente, e muitas delas constituem arranjos institucionais fragmentados e sobrepostos ou conflitantes com as estruturas de tomada de decisão. Por este motivo, a literatura recente na área tem sugerido cada vez mais a adoção de modelos híbridos de governança, que tenham capacidade de alcançar diferentes escalas e setores, como forma de garantir a sustentabilidade tanto do recurso água como das instituições de gestão, promovendo formas responsáveis de gestão (LEMOS; AGRAWAL, 2006).

Para lidar com a complexidade inerente à gestão dos recursos hídricos, governos e gestores buscaram melhorar as organizações existentes, em muitos casos envolvendo uma vasta gama de partes interessadas, redefinindo a escala e incorporando diversos níveis ao processo de gestão (KUMLER; LEMOS, 2008). Neste contexto, surge a necessidade de incorporar à gestão da água uma visão mais abrangente e integradora, capaz de considerar toda a complexidade deste recurso natural, bem como a diversidade dos usos, dos conflitos e dos vários níveis de governo envolvidos na gestão. O que pode ser feito por meio de uma abordagem de governança multinível, aqui entendida como o compartilhamento, explícito ou implícito, da responsabilidade pela atribuição de formular e implementar as políticas

de recursos hídricos pelos diferentes níveis administrativos e territoriais (OCDE, 2011).

O sistema de gerenciamento de recursos hídricos brasileiro subscreveu muitos dos princípios da boa governança expostos na literatura, como a criação de níveis múltiplos, redundantes e multicêntricos de gestão, bem como a inclusão de mecanismos híbridos de governança, que combinam instituições e atores do Estado, do mercado (usuários) e da sociedade (KUMLER; LEMOS, 2008). Este sistema pode ser considerado multinível, pois engloba União, estados, comitês de bacia hidrográfica e municípios, com suas respectivas competências e atribuições, na gestão dos recursos hídricos, em um âmbito democrático, participativo, descentralizado e integrado.

De acordo com Lautze et al. (2011), princípios de boa ou efetiva governança da água, criam importantes bases para avaliar o estado da governança da água em um determinado local, e é por meio dessas avaliações que oportunidades de aprimoramento ou melhorias podem ser identificadas. Princípios fornecem, também, bases para a elaboração de políticas e para instituições, e essas ideias têm sido desenvolvidas por meio de rigorosas análises de centenas de casos de gestão coletiva dos recursos naturais, com destaque para o trabalho de Ostrom (1990) sobre os recursos de uso comum. Conceito e princípios de governança da água fornecem ainda fundamentação para escrutinar processos de tomada de decisão e a implementação das políticas.

O pano de fundo para a resolução do dilema da ação coletiva é a promoção da governança (Ostrom, 2003). De maneira geral, o termo está relacionado ao processo pelo qual as regras e estratégias que orientam o comportamento dentro de um determinado domínio de interações são formadas, aplicadas, interpretadas e reformuladas. Para Elinor Ostrom, governança diz respeito à auto-organização de comunidades a qual, até certa medida, dispensa, mas não exclui, as intervenções dos atores de mercado e do Estado.

O processo de governança envolve múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, cada um dos quais suscetível a expressar arranjos específicos entre interesses em jogo e possibilidades de negociação. Nesse sentido, a noção de governança pública deve ser diferenciada da privada e expressar questões de interesse de coletividades, nas quais deve prevalecer o bem comum (FONSECA; BURSZTYN, 2009). Diante da intersetorialidade como aspecto-

chave da adaptação às mudanças climáticas, a teoria da governança multinível apresenta uma nova perspectiva para buscar compreender as relações tecidas nos mais diversos níveis (governamentais e não governamentais), sobretudo partindo das escalas locais e regionais. Nesse sentido, o que se busca é analisar qual a contribuição desse modelo na governança dos recursos hídricos para o processo de adaptação às mudanças climáticas na região estudada.

A análise parte de uma experiência participativa dentro do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, a Câmara Consultiva Regional do Submédio da bacia e é prospectiva, já que se trata da edificação de um arranjo institucional que serve de palco para o entrelaçamento das relações governamentais e não governamentais.

Esse projeto de dissertação está inserido dentro do Projeto Integrativo de Segurança Socioambiental - PI-SSA que integra pesquisas realizadas pela Rede Brasileira de Mudanças Climáticas - Rede Clima, buscando identificar sinergias, em seus respectivos temas, associadas à vulnerabilidade de populações urbanas e periurbanas no baixo-médio Rio São Francisco, particularmente nas regiões do Semiárido, englobando, entre outros, os municípios de Juazeiro (BA)/Petrolina (PE), Piranhas (AL) e a região costeira.

Problema de pesquisa

A lacuna que esta pesquisa busca preencher é da contribuição da governança multinível para adaptação a mudanças climáticas, tendo como foco a governança dos recursos hídricos. A pergunta de pesquisa que direciona esta dissertação é: qual a contribuição da governança multinível dos recursos hídricos para adaptação às mudanças climáticas no Submédio da Bacia do Rio São Francisco?

O propósito deste trabalho, portanto, é avaliar a participação dos atores que atuam, na região estudada, na governança local dos recursos hídricos, por meio de redes de políticas públicas. Ao analisar a ação da Câmara Consultiva do Submédio São Francisco e seus resultados, busca-se compreender sua contribuição para a adaptação às mudanças climáticas, bem como sua incidência nas políticas nacionais, estaduais e municipais e na governança multinível dos recursos hídricos na região.

A análise considera o contexto da governança multinível dos recursos hídricos numa perspectiva de adaptação às mudanças climáticas, no período entre 2003 e 2018. O foco se dá na atuação da Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco, o conjunto de atores governamentais e não estatais na gestão dos recursos hídricos e governança do clima, como as organizações da sociedade civil, empresas multinacionais, agências multilaterais e academia.

A pesquisa parte de quatro premissas assumidas como marcos referenciais das investigações.

Primeiramente, **os problemas ambientais alcançaram escala global**, de forma crescente, a partir de revolução industrial. Dentre esses, o maior desafio enfrentado pela humanidade a partir do final do século XX é o das mudanças climáticas antrópicas, resultantes do aquecimento global intensificado pelo uso de combustíveis fósseis.

A segunda premissa é que os **esforços empreendidos pelos Estados-nação não têm sido suficientes para responder à urgência da questão climática**. As negociações internacionais no âmbito da ONU, embora fundamentais para estabelecerem o marco legal e institucional, não têm a agilidade e a força de lei necessárias à implementação das ações de mitigação e adaptação que pretendem lidar com o problema nas escalas nacionais e subnacionais de governança.

A terceira premissa é que, nesse contexto, os **atores locais são indispensáveis para a implementação das políticas e medidas de enfrentamento às mudanças climáticas e gestão dos recursos hídricos**. O ambiente institucional da governança multinível das mudanças climáticas inclui a participação de entes subnacionais por meio de Redes de Políticas Públicas, além de outras iniciativas.

Por fim, a quarta premissa é que **o modelo federativo do Brasil não tem sido eficaz na integração dos governos subnacionais à elaboração das políticas públicas para governança dos recursos hídricos e adaptação às mudanças climáticas**.

A partir dessas premissas estabelecem-se as perguntas e hipóteses da pesquisa, com a teoria de governança multinível que permite entendimentos diferentes sobre a participação de atores não-estatais na governança ambiental global, em particular da governança dos recursos hídricos.

A investigação é orientada pelas seguintes perguntas:

- 1) Qual o papel das Redes de Políticas Públicas na governança dos recursos hídricos e na agenda climática do Submédio São Francisco?
- 2) Como a governança multinível dos recursos hídricos podem colaborar para adaptação às mudanças climáticas na região?

Tem-se como hipótese que:

- 1) A participação nas Redes de Políticas Públicas permite o acesso a oportunidades para implementar ações direcionadas a uma melhor governança dos recursos hídricos e que resultam em benefícios adicionais à região do Submédio da São Francisco.
- 2) Para que os governos subnacionais e atores não estatais participem da governança de recursos hídricos para adaptação às mudanças climática, são necessários a ampliação do diálogo federativo e o estabelecimento de canais institucionais adequados.

Não cabe discutir aqui o modelo federativo brasileiro em si, mas apontar as particularidades que criam barreiras à participação de municípios na governança dos recursos hídricos.

A pesquisa para a dissertação desenvolveu-se através dos eixos temáticos de: governança multinível das mudanças climáticas, no âmbito das relações locais e globais, e, da arquitetura institucional para a governança dos recursos hídricos no Brasil.

A investigação divide-se em três tipos de atividades: a) revisão narrativa da literatura; b) análise de evidências empíricas e c) entrevistas semiestruturadas com atores (esfera pública, privada e terceiro setor) que atuam nos municípios do Submédio São Francisco.

a) A revisão de literatura abrange a pesquisa bibliográfica sobre governança multinível de Recursos Hídricos, rede de políticas públicas, compreendendo identificação, localização e compilação de dados disponíveis em livros, artigos de revistas especializadas, publicações de órgãos oficiais, legislação, artigos de periódicos e páginas na internet. A pesquisa documental compreende a

análise do marco regulatório sobre recursos hídricos, documentos oficiais do Comitê de Bacia do Rio São Francisco e da Câmara Consultiva da região estudada.

b) As evidências empíricas ocorreram em diversos momentos da pesquisa, a exemplo da observação das reuniões do Comitê da Bacia do Rio São Francisco e visitas a diversas cidades do Submédio São Francisco. A interação com atores relevantes que atuam em políticas e ações públicas na região também contribuíram. Dentre outras atividades essenciais para este projeto, tiveram eventos (oficinas, seminários e congressos relacionados ao tema) onde foi possível colher subsídios sobre o engajamento dos atores locais na governança dos recursos hídricos para adaptação às mudanças climáticas. Oportunamente, foi possível acompanhar atividades durante o período de pesquisa, relacionadas à elaboração do Macrozoneamento Econômico e Ecológico da Bacia do Rio São Francisco.

c) Entrevistas semiestruturadas com atores relevantes do Comitê de Bacia, representantes da Câmara Consultiva do Submédio São Francisco e demais atores que atuam na região, realizadas presencialmente, por Skype ou por meio de questionários respondidos pelos participantes. Todas as entrevistas, gravadas e transcritas têm o devido consentimento dos entrevistados. Todos os respondentes assinaram o Termo de Consentimento. O processo de documentação seguiu o protocolo da Universidade de Brasília.

As perguntas abertas foram organizadas em um roteiro pré-estabelecido, adaptado conforme as demandas e/ou características de cada entrevistado. As respostas foram compiladas e sistematizadas para permitir uma análise qualitativa de seu conteúdo, captando a percepção desses atores em relação a atuação do Comitê e do papel da Câmara Consultiva do Submédio São Francisco do ponto de vista interno as articulações e referentes a governança dos recursos hídricos para adaptação às mudanças climáticas na região estudada.

A principal contribuição desta pesquisa é lançar luz sobre a importância da governança multinível dos recursos hídricos para adaptação às mudanças climáticas na região do Submédio São Francisco. Outras contribuições relevantes são: um mapa dos stakeholders que atuam na região (ii) tipologia da governança predominante na Câmara Consultiva; (iii) rede de atores e políticas públicas que incidem na região estudada.

1. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS FACE AOS DESAFIOS IMPOSTOS PELA MUDANÇA DO CLIMA NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

As incertezas associadas às disponibilidades hídricas estabelecem uma utilização conservadora dos estoques de água disponíveis, impondo uma relativa redução na quantidade de água alocada. Dessa forma, para atenuar os impactos da variabilidade nos sistemas hídricos, são necessárias medidas de adaptação e ajustes dos instrumentos e práticas de gestão de recursos hídricos a essa realidade. Nesse ambiente de complexidade e incerteza, a governança adaptativa coloca-se como alternativa para orientar a ação. A previsão e o controle são substituídos pela cenarização prospectiva e pela adaptação, respectivamente.

O conceito de capacidade adaptativa pode ser entendido como a habilidade dos sistemas socio-ecológicos em administrar, acomodar e se recuperar de eventuais distúrbios ambientais¹ (SMIT & WENDEL, 2006), dentre eles os distúrbios climáticos. Capacidade adaptativa está relacionada a aspectos de governança que permitam transições rápidas entre opções, sempre que respostas às mudanças ambientais sejam necessárias (HOLLING & MEFFE, 1996).

A resiliência do sistema é entendida como a capacidade do sistema de recursos hídricos de manter suas funções e operações nos diversos futuros alternativos (HOLLING, 1972), é propriedade essencial da robustez. A lógica de uma estratégia robusta se fundamenta na definição de um conjunto de cenários factíveis.

Apesar da multiplicidade de cenários possíveis para o futuro e das incertezas associadas à mensuração das grandezas dos impactos da mudança do clima, algumas tendências regionais parecem encontrar consenso na comunidade científica e podem sinalizar a preparação necessária para o futuro, reduzindo a amplitude de alternativas de cenários-alvo nessas regiões. A gestão adaptativa, então, é uma forma de se tratar com as incertezas e suas propriedades: imprevisibilidade do desenvolvimento, conhecimento incompleto, perspectivas de conflitos e dimensões das mudanças.

Diante das incertezas envolvidas na mensuração dos impactos da mudança climática sobre o regime hídrico, da escassez de recursos financeiros e da existência de áreas atualmente deficitárias na implementação da gestão dos recursos hídricos, desenha-se mais apropriada à adoção de medidas de adaptação “sem

arrependimento”, que são aquelas dirigidas à solução de problemas associados à variabilidade climática existente enquanto, ao mesmo tempo, aumentam a resiliência aos possíveis impactos da mudança climática.

Os benefícios das medidas “sem arrependimento” serão percebidos independentemente do grau de mudança climática. Por esse motivo, podem ser iniciadas mesmo sem previsões precisas e definitivas.

1.1 Governança dos Recursos Hídricos

Quando falamos do tema governança, conceitos, definições e discussões são abundantes na literatura. A palavra “governança” insere-se nas novas tendências da administração pública e de gestão de políticas públicas (JACOBI et al., 2015), e inclina-se a demandar sistemas para complementar a autoridade formal (BATCHELOR, 2007). Começa por entender o que muitos dos autores enfatizam: governança não é sinônimo de governo (ROSENAU, 2000 apud GONÇALVEZ, 2005; TORTAJADA, 2010). Assim, deposita-se uma crescente confiança na autoridade informal, valorizando-se uma genuína coordenação e cooperação entre os setores público, privado (BATCHELOR, 2007) e a sociedade.

A evolução dos conceitos de governo – *top-down*, centralizado e hierárquico – para governança representa um processo de ruptura para uma nova forma de governar a sociedade, que é mais cooperativa e inclusiva do que a regra ordenada tradicional e o conceito de orientação política (HILL, 2013). Responsabilidades que se encontravam previamente mais próximas de uma responsabilidade exclusiva do governo têm sido então, compartilhadas (STOKER, 1998).

A governança tem sido utilizada, em sua maioria, como um conceito “guarda-chuva”, sem uma definição consensual (TORTAJADA, 2010). De fato, existem disputas fundamentais entre campos teóricos de conhecimento, tradições culturais e políticas concorrentes, para os quais a governança tem significados completamente diferentes (CASTRO, 2007). Em verdade, diferentes instituições internacionais definem a governança, e aplicam-na, com base em seu mandato, interesses e viés (BISWAS e TORTAJADAS, 2010).

Sendo a governança um processo difícil de ser observado, geralmente o foco dos estudos e discussões está nos sistemas de governança ou quadros sob os quais

o sistema repousa – isto é, os acordos, procedimentos, convenções e políticas (GRAHAM et al., 2003). Ao entender as instituições como as “regras do jogo”, as partes interessadas tornam-se os atores, e, assim, avaliações são também conduzidas no sentido de entender como essas diferentes partes interessadas interagem, as dinâmicas de poder entre eles, e como esses influenciam políticas (JACOBSON et al., 2013). Esses novos processos e entendimentos de governança ficaram especialmente fortes na área de políticas ambientais, embasados nos ideais de participação pública, que têm sido fundamentais para o movimento ambiental (BINGHAM et al., 2005; MATOS; DIAS, 2013).

O conceito de governança da água surge como uma oportunidade de criação de novos moldes para o exercício da gestão local (MATOS; DIAS, 2013) e da gestão nas demais escalas e níveis (BUDDS; HINOJOSA, 2012). Assim, noções relacionadas à governança – sistemas, mecanismos, processos e instituições – por um lado, são combinadas com o desenvolvimento e gestão das águas e, do outro (LAUTZE et al., 2013), para elaborar um conceito de governança da água.

No decorrer dos últimos anos, as discussões de governança têm avançado para um foco mais amplo, incluindo questões tais como gênero, pobreza, nexo (energia, alimento, clima), entre outros, e a busca por princípios de boa governança. Há uma tendência em dar maior atenção à forma como as decisões são tomadas (como, por quem, e sob quais condições), em contraste ao foco tradicional das políticas de recursos hídricos - a abordagem da engenharia de “prever e prover” água aos diversos usuários, em quantidade e qualidade.

Em maior ou menor extensão, literaturas e debates estão produzindo conhecimentos interessantes, e alguns daqueles mais proeminentes valem um olhar nas discussões e propostas. A Figura 1 apresenta um mapeamento feito no âmbito desta pesquisa sobre as principais literaturas e debates que têm influenciado o conceito, abordagens e práticas de governança (RIBEIRO; JOHNSSON, 2018).



Figura 1 - Mapa das literaturas e debates direta e intrinsecamente relacionados à dimensão de governança da água

Fonte: (RIBEIRO; JOHNSSON, 2018).

A sensação de abundância de água no Brasil não nos ajuda a envolver plenamente todos os setores e níveis de governo em uma mudança para melhor gestão das crises e dos riscos. Essa percepção tende a obscurecer os verdadeiros problemas de poluição da água, de demanda, de disponibilidade e de conflitos, principalmente para atender às necessidades das grandes áreas metropolitanas e áreas de irrigação em rápido crescimento.

As áreas críticas que necessitam atenção são as que envolvem falta de planejamento integrado do uso da terra, ligações insuficientes entre o saneamento e a gestão dos recursos hídricos, bacias com clima e condições hidrológicas desfavoráveis, múltiplos usos conflitantes e excessivos, problemas de poluição, entre outros. A atuação de diferentes setores do governo nesses aspectos dificilmente é coordenada, mas conduzida isoladamente.

No documento *Governance and Development*, de 1992, o Banco Mundial apresenta a definição geral de governança “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”. Em outras palavras, “é a maneira pela qual o

poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando ao desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”. Não se restringe ao funcionamento do Estado, mas engloba a articulação e os arranjos com entes da sociedade, incluindo-se aí “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos” (SANTOS, 1997, p. 342).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico- OCDE conceitua governança da água como o conjunto de regras, práticas e processos por meio dos quais as decisões para a gestão dos recursos hídricos são tomadas e implementadas e os tomadores de decisão são responsabilizados. A governança dos recursos hídricos, independentemente da ocorrência de impactos provenientes de mudanças climáticas, engloba a capacidade dos entes envolvidos de tomar decisões adequadas e oportunas, de garantir seu cumprimento, e de articular-se entre si e com atores externos ao sistema, mas relacionados ao tema.

Diante de incertezas futuras quanto à disponibilidade e demanda de água e da possibilidade de eventos hidrológicos extremos mais frequentes e severos, cresce a importância de contar com capacidades técnicas, planejamento adequado e instrumentos de cooperação entre entidades de diferentes esferas e setores, além de novos arranjos capazes de responder a contento mesmo fora das situações de normalidade. Isso pode constituir um desafio face à complexidade do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil. Esse sistema baseia-se em uma diversidade de entes com sobreposições em algumas áreas e espaços vazios em outras.

As principais discussões de governança da água, organizadas em quatro blocos, foram sumarizadas por Ribeiro e Johnsson (2018) no quadro 1 .

Discussões sobre governança da água	Motivações principais	Ideias centrais	Principais referências	
BLOCOS	Governança justa	<ul style="list-style-type: none"> - Equacionar problemas não técnicos ou tecnológicos que afetam e são afetados pela gestão das águas, tais como a corrupção, pobreza, injustiça, trazendo-os para a pauta de discussões e a agenda da água. - Necessidade de melhoria dos processos decisórios e instituições – governança efetiva como resposta ou solução para a "crise das águas". 	<ul style="list-style-type: none"> - Propõe e discute conceitos de boa governança, governança efetiva, justa. - Inclui as discussões relacionadas a princípios de governança da água - transparência, equidade e <i>accountability</i>, gênero, justiça socioambiental, ética, etc. - Com base nos conceitos e princípios, propõe avaliações de governança, que podem ter múltiplos objetivos. 	Ostrom (1990); Rogers e Hall (2003); Tropp (2007); Huitema et al. (2009); Lautze et al. (2011); Gupta et al. (2010); Jacobson et al. (2013); Groenfeldt e Smith (2013); etc.
	Resiliência, governança e capacidade adaptativa	<ul style="list-style-type: none"> - Busca entender como instituições de governança da água aumentam a resiliência de sistemas sócio-ecológicos. - Discutir e identificar princípios e arranjos de governança que são desejáveis ou chave para o aumento da capacidade adaptativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - A partir de teorias, tais como a dos sistemas, são discutidas as complexidades e incertezas inerentes a sistemas sociais e ecológicos, e propõe o exercício e a priorização de atributos e qualidades como flexibilidade, policentricidade, aprendizagem social, etc. 	Holling (1978); Folke (2007); Huitema et al. (2009); Gupta et al. (2010); Ebbeson e Hey (2013); Clarvis e Engle (2015)
	Nexo	<ul style="list-style-type: none"> - Resposta à crise alimentar e econômica; - Diferentes temas 'nexo' estão tão intimamente relacionados que eles devem ser analisados simultaneamente para incentivar situações vantajosas e evitar impactos negativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Propõe uma nova lógica relacional para pensar a governança, isto é, move-se para além do foco setorial ("silos") ao entender a interdependência entre os setores água – alimento – energia - clima. 	Bazilian et al. (2011); Bakker e Morinville (2013); Benson et al. (2015); Keskinen et al. (2015)
	Stewardship	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas e corporações multinacionais reconhecendo a água como uma preocupação central dos negócios, tanto por sua vitalidade para os processos produtivos, quanto como potencial ponto de conflito. - Protagonismo e engajamento empresarial com novos contornos e objetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Enxerga o setor empresarial e corporativo como potencial protagonista na sustentabilidade da cadeia produtiva e no aperfeiçoamento da governança. - Propõe ferramentas e metodologias para quantificação dos riscos para os negócios, ecossistemas e populações, como base para aperfeiçoamento da governança da água. 	WWF (2008); Hepworth, (2012); Daniel e Sojamo (2012); Mason (2013).

Quadro1 - As principais discussões de governança da água

Fonte: (RIBEIRO & JOHNSON, 2018).

O conceito de governança traz implícita a abordagem das redes sociais, pois envolve a interação entre governo, mercado e sociedade civil para a resolução de problemas ou a criação de oportunidades no desenvolvimento das políticas públicas (KOOIMAN, 2005). De acordo Rodhes (1996), os processos de governança interativa estimulam a formação de redes interorganizacionais, constituídas por organizações que necessitam trocar recursos - dinheiro, informações, expertises, etc. - para alcançar seus objetivos.

Por último, as instituições devem ser concebidas para proporcionar a transformação necessária para lidar com novos problemas e contextos de mudança, em um processo constante de aprendizado e adaptação. Diante do exposto, apresenta-se a interrelação entre os requisitos de uma governança adaptativa e as características que o sistema de gerenciamento de recursos hídricos deve ter em um cenário de incerteza e mudança (Figura 2).

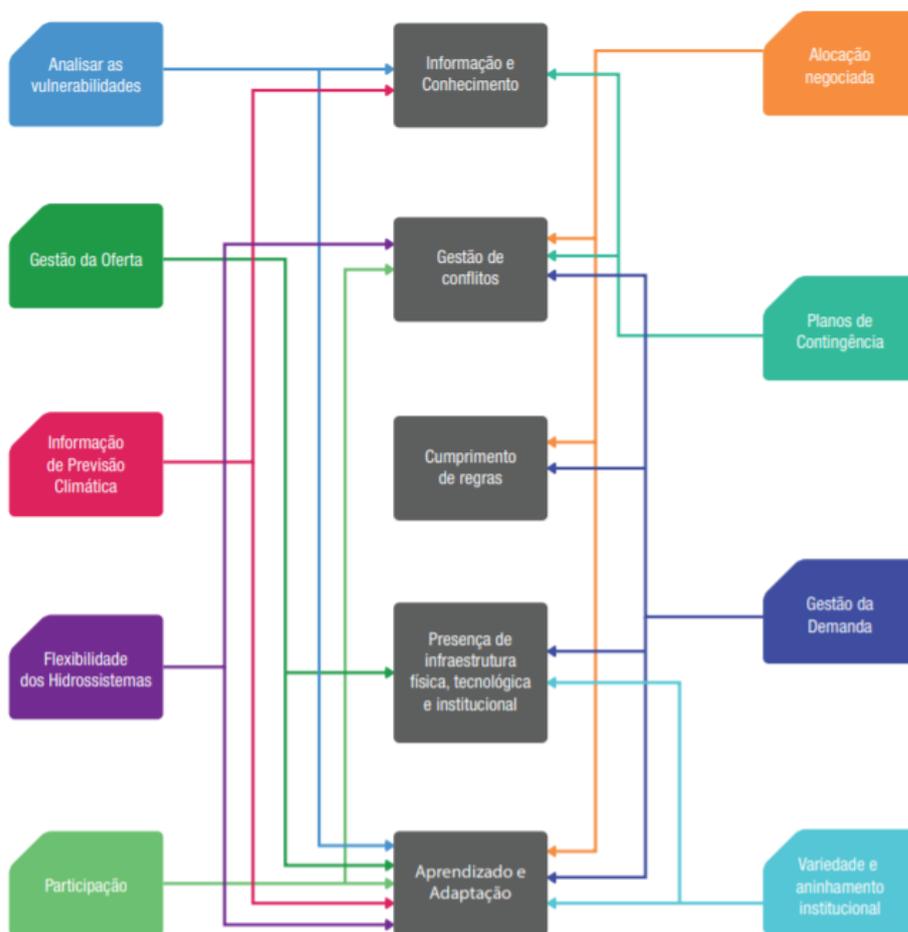


Figura 2 - Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos Agência Nacional de Águas

Fonte: (ANA, 2010)

1.1.1. A Política Nacional de Recursos Hídricos

A governança como aparato conceitual que abarca uma nova concepção da água é implementada com a Política Nacional de Recursos Hídricos a partir de 1997. Segundo Jacobi (2012, p. 2), “[...] a governança transcende uma visão de gestão porque é uma construção conceitual, teórica e operacional associada a uma visão hidropolítica”.

A Lei Federal nº 9.433/97 (Lei de Águas), que regulamenta o artigo 21 da CF 88, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), tendo a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos como um de seus fundamentos.

O principal fundamento da PNRH é a visão da água como um recurso natural (bem) comum e dotado de valor econômico. Assim, a PNRH tem como objetivos: assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; a utilização racional e integrada dos Recursos Hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

A governança da água implica que a legislação nacional passa a ser estruturada a partir de três elementos, ou seja, a gestão descentralizada por bacias hidrográficas, à gestão integrada e a gestão participativa (JACOBI, 2010, p. 72). A Lei das Águas traz, no seu bojo, essas alterações,

[...] substituindo práticas profundamente arraigadas de planejamento tecnocrático e autoritário, devolvendo o poder para as instituições descentralizadas de bacia, o que demanda um processo de negociação entre os diversos agentes públicos, usuários e sociedade civil organizada. (JACOBI, 2010, p. 73)

Dessa maneira, passa-se de uma abordagem setorial, focada no desenvolvimento industrial, para uma abordagem complexa que busca realizar o desenvolvimento sustentável. O meio ambiente passa a ser tema transversal das políticas públicas, e a visão ecossistêmica deve prevalecer na governança da água.

Pela primeira vez na gestão das águas no Brasil, as políticas públicas relacionam a escala nacional/global (rios e aquíferos transfronteiriços) e a escala local/regional (rios e aquíferos nacionais). Por outro lado, a Lei das Águas introduz um modelo sistêmico de integração participativa, tendo como base os conceitos da bacia hidrográfica, e, como unidade de planejamento, o da água como um bem econômico, e os colegiados gestores, especialmente os comitês de bacia, como espaços de decisão. (FARIAS, 2005, p. 37)

Sendo assim, no âmbito das mudanças introduzidas pela Política Nacional de Recursos Hídricos, a adoção da bacia hidrográfica tem como finalidade primordial viabilizar a perspectiva ecossistêmica, e

[...] passa a ser o espaço preferencial para a gestão dos recursos hídricos, diferentemente das demais políticas públicas, que são implantadas nas

divisões administrativas tradicionais (União, Estados e Municípios). (FRANK, 2011, p. 17).

Para cumprir seus objetivos a PNRH conta com cinco instrumentos: os Planos de Recursos Hídricos, elaborados por bacia hidrográfica e pelo governo de cada Estado; o enquadramento dos corpos d'água em classes segundo os usos preponderantes da água; a outorga de direito de uso; a cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos; e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

1.1.2. Planos de Recursos Hídricos

Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. São planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos, que apresentem um diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos; uma análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo; um balanço entre as disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais entre outros instrumentos.

Os planos de recursos hídricos, definidos no âmbito de comitês de bacia hidrográfica, constituem bons exemplos dos processos de negociação social. Da mesma maneira, a negociação que leva ao enquadramento dos corpos hídricos permite uma melhor explicitação da relação entre usos da água e objetivos de qualidade pretendidos, atrelados aos custos de investimento necessários para atingi-los (COUCEIRO; HAMADA, 2011).

1.1.3. O enquadramento dos corpos de água

A Lei das Águas estabelece que o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os seus usos preponderantes, visa assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a quem forem destinadas; diminuir os custos de combate à poluição, mediante ações preventivas permanentes.

Ainda, atribui à legislação ambiental o estabelecimento das classes de corpos de água, instrumento fundamental ao controle da qualidade ambiental das águas. Trata-se de uma medida inerente ao poder de polícia ambiental, que visa combater, de forma preventiva, a poluição das águas, através da avaliação dos níveis de qualidade das águas, a fim de estabelecer metas a serem atingidas segundo os usos (principais) a que se destinam.

Atualmente, o enquadramento é feito pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 20/86, que, afirma que “o enquadramento dos corpos de água deve ser baseado não necessariamente no seu estado atual, mas nos níveis de qualidade que deveriam possuir para atender às necessidades das comunidades”. A legislação estabelece ainda que toda outorga de direitos de uso dos recursos hídricos deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado.

De acordo com esta legislação, compete às Agências de Água propor aos Comitês de Bacia Hidrográfica o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio (federal) destes (art. 44, XI, a).

1.1.4. Outorga de Direitos de uso de recursos hídricos

O art. 21 da Constituição Federal prevê, em seu inciso XIX, entre as competências da União, “instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso”. A outorga é uma autorização que o poder público concede, sob condições e prazo determinados, para que alguém explore economicamente atividade relacionada a água.

De acordo com o art. 11 da Lei 9.433/97, o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

A outorga não implica na alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas no simples direito de seu uso. O Poder Executivo Federal poderá delegar aos Estados e ao DF competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.

1.1.5. Cobrança pelo uso de recursos hídricos

A cobrança pelo uso de recursos hídricos busca reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água; obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções previstos nos planos de recursos hídricos. Constitui um dos próprios fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, elencado já no art. 1º, II, da Lei 9.433/97, a concepção de que a “água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico”. Entretanto, a cobrança pelo uso de recursos hídricos ainda depende de regulamentação legal para sua efetiva implantação pelo Poder Público.

O princípio da racionalização do uso da água (e também do uso do solo, do subsolo e do ar) é previsto também na lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. O art. 4º, VII, da lei prevê, entre os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, a “imposição” ao usuário da contribuição por utilizar recursos ambientais com fins econômicos. Trata-se, basicamente, da incorporação, pela legislação ambiental brasileira, do princípio do usuário-pagador, já consagrado em legislações de diversos países, das formas mais diversas. Estão sujeitos a cobrança os usos de recursos hídricos que dependem de outorga do Poder Público, já elencados anteriormente.

Na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos devem ser observados os seguintes critérios: nas derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação; nos lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do afluente.

Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos; no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

De acordo com o par. 1º, a aplicação nas despesas previstas no inciso II é limitada a 7,5% (sete e meio por cento) do total arrecadado. Já o par. 2º estabelece

que os valores arrecadados poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos cabe estabelecer os critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso. Aos Comitês de Bacia Hidrográfica compete estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados. Às Agências de Água cabe efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos, analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos e acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação.

A cobrança pelo uso da água, em face das leis ambientais, tem natureza jurídica de instrumento de proteção ao meio ambiente, seja pela condição de bem ambiental, de que é provida a água, seja pela decorrência de sua função de equilíbrio hidro ecológico. A identificação e a definição do preço hídrico devem alcançar o objetivo hidro normativo de assegurar à atual e às futuras gerações o acesso qualitativo e quantitativo à necessidade de disponibilidade de água, em padrões da qualidade adequados aos respectivos usos, garantindo o desenvolvimento econômico (D'LSEP, 2010).

1.1.6. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos

De acordo com a definição legal, o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão. Os dados gerados pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos serão incorporados no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, cujos princípios básicos de funcionamento são a descentralização da obtenção e produção de dados e informações, a coordenação unificada do sistema e o acesso aos dados e informações, garantido a toda a sociedade.

Seus objetivos são: reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil, atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional e fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.

Trata-se de instrumento que visa incorporar, definitivamente, à lei o princípio da transparência e publicidade na gestão dos recursos hídricos, indispensável a uma efetiva gestão compartilhada entre usuários, sociedade civil e Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

2. REDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pertencemos todos a diferentes redes sociais, redes familiares, redes de amigos, redes de colegas de trabalho, redes de participantes em uma mesma organização, entre outras. Normalmente participamos de várias redes simultaneamente. Considere então as seguintes perguntas: Quem são seus familiares imediatos? Com quem você socializa nos finais de semana? Com quem você conversa sobre seus problemas no trabalho? A quem você recorre quando está atravessando um momento difícil na sua vida? Essas são algumas das redes que você participa, e muitas delas têm várias pessoas em comum.

Cada um estabelece sua própria rede social. Ao considerar a rede social dos familiares de um hipotético pesquisador chamado Roberto (38 anos), que mora em Brasília temos:

1. Carla, sua esposa, com 35 anos;
2. Giovanni, seu filho, com oito anos;
3. Clarice, sua filha, com cinco anos;
4. Berenice, sua mãe, com 67 anos;
5. João Antônio, seu pai, com 72 anos.

Todas as pessoas listadas acima são chamadas de ATORES de uma rede social. Na terminologia das Redes Sociais, atores são também chamados de VÉRTICES ou NÓS.

O termo “VÉRTICE ou NÓ” está associada à Teoria dos Grafos, um campo da matemática associado ao estudo das redes sociais. Os dois termos são igualmente

válidos. Considerando a rede social dos familiares do Roberto (38 anos), pode-se dizer que essa rede social é muitas vezes chamada de uma "Rede Ego Centrada".

As Redes Ego Centradas possuem um ator central (ego) e um conjunto de outros autores (álter). A descrição dos outros atores, os "alters" da rede social dos familiares de Roberto, descrevem também alguns ATRIBUTOS (gênero e idade) desses atores. Considerando ainda a rede social dos familiares do Roberto (38 anos) que moram em Brasília, essa rede social do Roberto é, portanto, o conjunto de todas essas características.

A governança pública inclui o Estado, mas o transcende, na medida em que contempla atores da sociedade civil como partes essenciais do processo de governo. Expande o foco, portanto, ao abranger "qualquer coletividade, pública ou privada, que se utilize de mecanismos formais ou informais de direção para demandar soluções, estruturar objetivos, direcionar problemas, buscar a efetivação de políticas públicas e gerar confiança" (PROCOPIUCK, 2013; PNUD, 1997, apud DIAS, 2012).

Essa percepção sobre a governança está relacionada à reformulação do papel do Estado, que, no Brasil, se intensificou durante a década de noventa. Com essa nova configuração, projetou-se o entendimento de que o êxito das políticas públicas não depende unicamente do aparato governamental. Passa a ser necessário um maior grau de interação e cooperação entre o Estado e atores não estatais, como em uma estrutura de redes.

As redes de políticas públicas representam uma forma específica de interação entre atores públicos e privados (BÖRZEL, 1998 apud SECCHI, 2009) e podem ser definidas como: Um conjunto de relações relativamente estáveis de natureza não hierárquica e interdependente ligando uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em relação a uma política e trocam recursos com o objetivo de perseguir estes interesses comuns conscientes de que a cooperação é o melhor modo de se alcançar as metas comuns (BÖRZEL, 1998, p. 254).

Na rede de políticas públicas, há a dependência mútua entre os diversos atores envolvidos em uma finalidade comum, haja vista que, isoladamente, não conseguem alcançar seus objetivos sem a participação dos demais partícipes. A cooperação entre atores, desse modo, torna-se questão central para explicar o sucesso ou o fracasso das políticas públicas (HILL e HUPE, 2002). A governança

em redes, por conseguinte, passa a ser definida como a articulação horizontal de atores interdependentes, mas operacionalmente autônomos (PROCOPIUCK, 2013).

Uma rede social é definida como o conjunto de relações aplicáveis a um conjunto de atores, assim como as informações adicionais sobre esses atores e seu relacionamento. A rede social formada pela família de Roberto e descrita acima apresenta um determinado de permanência e durabilidade e são chamadas de “relações de estado”. Por outro lado, existem redes sociais transitórias, associadas a um determinado episódio ou decisão, estabelecendo as chamadas “relações de evento”.

Considerando a complexidade em que as políticas públicas estão inseridas, especialmente no tocante aos múltiplos atores que participam ou possuem interesse nela, é importante que exista uma boa coordenação dessas políticas. A coordenação deve existir horizontalmente, englobando atores da mesma esfera de governo e nível hierárquico, e também verticalmente, com atores de outras esferas de governo e de diferentes níveis hierárquicos na Administração Pública (MARTINS, 2003). A coordenação vertical está diretamente relacionada à governança em multiníveis, que é abordada na próxima sessão.

O conceito de rede foi sendo lentamente incorporado pelas ciências sociais, permitindo que muitas das análises, em geral de cunho interdisciplinar, fossem desenvolvidas nesta área do conhecimento. Como exemplo, podemos mencionar o caso de Maloutas e Malouta (2003) que promoveram uma análise que relaciona a coesão presente nas redes com a questão da governança; Loiola e Moura (1997), Goss (2001) e Marques (2003) cujo objeto de seus estudos são as redes de políticas públicas e seus respectivos impactos na sociedade; Teixeira (2001) que faz um balanço da Globalização e seus impactos no potencial de participação da sociedade civil a partir das redes; ou ainda Funk (1999) e Dowbor (2005) que relacionam o potencial informativo das redes em prol do desenvolvimento sustentável.

O conceito de rede aplicado às ciências sociais refere-se, de modo geral, a uma abordagem que coloca em evidência os processos interativos entre indivíduos a partir de suas relações, que é considerado por muitos como um conceito central na análise dos processos estruturadores da sociedade, que fornece a chave para o entendimento dos fenômenos sociais (FONTES, 1997).

O espectro de aplicação do conceito é amplo, e Loiola e Moura (1997) evidenciam quatro campos de estudos relacionados a redes em ciências sociais:

interpessoal, dos movimentos sociais, do estado/políticas públicas e da produção/circulação. O foco no indivíduo é considerado no campo interpessoal onde a rede se constitui por meio de interações pessoais que ocorrem a partir de interesses compartilhados e situações de convivência, enquanto os demais campos consideram grupos sociais.

No campo dos movimentos sociais, a rede tem origem em relações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações e/ou movimentos reivindicatórios, enquanto que as formas de articulação entre agências governamentais e os arranjos de governança fazem parte do campo do estado/políticas. Finalmente, no campo da produção/circulação as redes representam as novas formas de estruturação das empresas e do mercado que rompem os princípios de interação hierárquicos tradicionais (LOIOLA; MOURA, 1997).

Mesmo sendo o conceito também aplicado às reestruturações ocorridas no mundo empresarial, ele é interpretado como uma forma de coordenação social intermediária ou até alternativa aos princípios organizacionais do mercado e da burocracia, tendo a confiança mútua e a cooperação como mecanismo de coordenação ao lugar do mecanismo de preço ou das ordens administrativas (Kenis e Schneider, 1991, p.41; TAYLOR, 2003, p.47; FREY, 2003).

2.1 Estudo das Redes Sociais

A forma mais comum de identificar redes sociais é através de questionários. Outra possibilidade é utilizar dados de arquivos. Por exemplo, era prática normal nas colunas sociais dos jornais dos EUA divulgar o nome das damas da alta sociedade que compareciam aos eventos sociais. Davis, Gardner e Gardner conduziram em 1939 um estudo pioneiro sobre a rede social formada por 18 mulheres da alta sociedade em uma cidade no sul dos EUA. Esse estudo se tornou conhecido como “Estudo das Mulheres Sulistas” e foi publicado em 1941. As referidas damas eram consideradas “conectadas” umas às outras se frequentavam o mesmo evento social. Redes sociais dessa forma se tornaram conhecidas como redes de associação (afinidade).

A vertente da abordagem de redes que considera o conceito de redes como um instrumento analítico remonta pelo menos à década de 20 e pode ser associada

aos trabalhos de uma corrente especial da psicologia conhecida como “Gestalt”. Segundo essa abordagem, indivíduos não percebem os objetos que os cercam de forma independente, mas sim a partir de esquemas conceituais construídos socialmente. Portanto, as percepções e as ações dos indivíduos são fortemente influenciadas pelo grupo ao qual pertencem, pela forma como eles se inserem nesse grupo e pela maneira como esse grupo se organiza (SCOTT, 2000).

Embora o termo governança seja distinto de governo, isso, por si só, não significa que os sistemas de governança não possam vir a reproduzir os padrões de hierarquia tradicionais na tomada de decisão pública ou impedir a criação de novos padrões com vieses similares. A governança não significa necessariamente a ausência da hierarquia ou da autoridade na tomada de decisão e somente a análise empírica de cada contexto poderá indicar o grau de hierarquia existente no interior dos sistemas de governança (ABERS e KECK, 2008).

O conceito de governança traz implícita a abordagem das redes sociais, pois envolve a interação entre governo, mercado e sociedade civil para a resolução de problemas ou a criação de oportunidades no desenvolvimento das políticas públicas (KOOIMAN, 2005). Para Rodhes (1996), os processos de governança interativa estimulam a formação de redes interorganizacionais, constituídas por organizações que necessitam trocar recursos - dinheiro, informações, expertises, etc. - para alcançar seus objetivos.

A Análise de Redes Sociais (ARS) constitui uma abordagem útil para a investigação de processos de governança, pois considera que as relações entre os atores e não somente suas características individuais são elementos explicativos dos resultados alcançados pela rede (MERTENS et al., 2011). Segundo essa abordagem, a ação humana é afetada pelas relações sociais em que os agentes estão imersos (MIZRUCHI, 2006) e a estrutura da rede exerce um impacto significativo sobre como os atores se comportam (BODIN & CRONA, 2009).

Diferenças consideráveis nos processos e nos resultados das políticas públicas podem ser esperadas de acordo com as características estruturais das redes sociais que as integram (ABERS, 2010; SANDSTROM, 2008). De acordo com Sholtz et al. (2007), redes sociais pequenas e muito conectadas ou densas aumentam a credibilidade necessária entre os atores para compromissos em torno de soluções cooperativas, enquanto que as redes amplas e com conexões mais

esparsas aumentam a capacidade para a troca de informações necessárias para a geração de soluções inovadoras.

A estrutura mais adequada de uma rede social é aquela que leva em conta os resultados que se pretende alcançar e a fase corrente do processo de governança (ex. início, reorganização, consolidação). Estas duas perspectivas poderão indicar quais são as características estruturais mais prováveis de trazer benefícios para o alcance da ação coletiva (LIN, 1999; BODIN & CRONA, 2009).

Portes (1996) explica que as redes sociais não são algo naturalmente dado e devem ser construídas pelo investimento em estratégias orientadas para a institucionalização de relações entre grupos, que podem ser utilizadas como um recurso válido para o alcance de benefícios comuns. Por outro lado, deve-se ter cuidado para que, uma vez criadas, as redes sociais não sejam analisadas como algo fixo e dificilmente modificável, tendo em conta que as redes de governança relevantes são aquelas capazes de resolver problemas de ação coletiva (BENAFONT, 2004).

A análise das estruturas de poder, da influência e do fluxo de informação em função da posição do indivíduo como parte de uma rede relacional tem sido desenvolvida coletivamente mediante diversos estudos realizados em ciências sociais. Há vários estudos interessantes nessa linha que trouxeram contribuições muito importantes para a compreensão da dinâmica das redes. Dentre eles destacam-se os trabalhos sobre a força dos “laços fracos”, sobre os “vazios estruturais” e sobre o efeito da densidade da rede.

A perspectiva da força dos laços fracos foi desenvolvida por Granovetter (1973). É importante definir que o autor caracteriza como a força de um laço, ou vínculo, em uma rede: uma combinação do tempo, da intensidade emocional e da confiança mútua que caracteriza esse vínculo. Vários estudos demonstram que indivíduos conectados por laços fortes tendem a ser parecidos.

Em contraste com o que ocorre nas conexões fortes, pelos laços fracos tendem a circular as novas ideias, propostas e oportunidades. Isso ocorre porque laços fracos unem pessoas mais diferentes do que aquelas unidas por laços fortes. Ademais, laços fracos conectam pessoas que estão há menos tempo juntas. Como indivíduos conectados por laços fracos se movem em círculos de amizade distintos, eles tendem a compartilhar informação bastante diferente.

Embora amigos conectados por laços fortes possam ter maior interesse em nos ajudar em momentos de necessidade, é provável que conhecidos conectados por laços fracos sejam mais capazes de identificar oportunidades, abrir novos caminhos e proporcionar ideias verdadeiramente inovadoras. Portanto, os laços fracos possuem força na medida em que são pontos de conexão com novas perspectivas e oportunidades.

Segundo Powell e Smith-Doerr (1994), haveria uma segunda vertente da abordagem de redes, cuja característica seria propugnar a utilização do conceito de redes para representar novas formas de governança. No âmbito da atividade produtiva, essas novas formas de governança se manifestariam em uma nova lógica de produção, marcada por especialização flexível que estaria substituindo a fase de produção em massa com base em uma rígida integração vertical, regras de trabalho cristalizadas e uma divisão de trabalho rígida.

Alguns estudos têm apontado para o potencial da aplicação de redes como forma de governança. Por exemplo, análises sobre o mercado de trabalho têm demonstrado, de maneira sistemática, como redes são capazes de influenciar a oferta e a demanda de trabalho, considerando que empregados e empregadores confiam nas informações sobre as oportunidades de emprego e trabalho quando elas são geradas por pessoas conhecidas ou que possuem relações afetivas.

Essa perspectiva afeta, de modo importante, as conclusões dos modelos de “busca” que preconizam que trabalhadores e oportunidades de trabalho são combinados mediante um processo de busca cujos custos e benefícios são igualados na margem. Mas se a informação flui através de redes, o processo de busca passa a ser influenciado e regulado por uma estrutura relacional específica, que afeta tal processo no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o nível de desemprego na economia.

Outra perspectiva de estudo que merece destaque diz respeito às políticas voltadas para a criação de oportunidades para a grande parcela da população dos países em desenvolvimento que se localiza na chamada “base da pirâmide” (BOP), ou seja, o segmento mais pobre dessas populações. Prahalad, proponente do termo “base da pirâmide”, propugna que a sustentabilidade da erradicação da pobreza implica que oportunidades de trabalho e emprego para a população mais pobre demandam o estabelecimento de um “ecossistema” para criação de riqueza e desenvolvimento social (CALMOM; COSTA, 2013).

A ideia de que políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas a partir de uma rede de atores não é nova. Ela caracteriza uma tentativa de representar a natureza social e política dessas atividades e enfatizar seu caráter interorganizacional, enfatizando que não podem ser compreendidas de forma dissociada do seu contexto estratégico e institucional.

O contexto institucional é aqui definido como o conjunto de regras formais e informais que influenciam no comportamento entre pessoas e organizações, assim como os modos de interpretar e aplicar essas regras na prática. Cabe aqui ressaltar não apenas as regras formais (leis, normas, estruturas organizacionais), mas também a importância das regras informais que muitas vezes são historicamente determinadas e influenciadas pela cultura, valores e tradições.

O conceito de redes de políticas públicas tem um caráter inovador, porque combina conhecimentos advindos de diferentes áreas do conhecimento. A abordagem de redes em geral é claramente interdisciplinar, esse tipo de abordagem se estende e se aprofunda no âmbito do estudo das redes de políticas públicas.

A noção de redes de políticas públicas se contrapõe à percepção tradicional de que o governo pode ser compreendido como uma entidade independente e, em grande medida, acima do restante da sociedade. Dada essa posição estratégica e mediante a utilização dos seus recursos de poder, o governo teria a possibilidade de dirigir a sociedade no sentido de gerar iniciativas que promovessem o bem comum. Essas iniciativas, materializadas na forma de políticas públicas e programas governamentais, seriam concebidas e implementadas a partir de critérios técnicos e racionais, caracterizando-se, assim, como um conjunto de iniciativas em que a separação entre política e administração se materializa (CALMON; COSTA, 2013).

2.2 Perspectiva da Governança de Redes

O quadro 2, sintetiza três diferentes perspectivas sobre governança das políticas públicas: (i) a perspectiva tradicional, fundamentada em uma visão descendente da gestão de políticas públicas; (ii) a perspectiva participativa, fundamentada em uma visão ascendente; (iii) a perspectiva de governança de redes de políticas públicas, em que prevalecem atores heterogêneos, relações de interdependência e problemas de ação coletiva. Calmon e Costa (2013) apontam

que tentativas de caracterizar as funções na gestão de uma rede, direcionam para: ativação da rede, enquadramento das relações, intermediação, facilitação e criação de consenso e mediação e arbitragem.

Quadro 2 - Três Perspectivas da Formulação de Políticas Públicas

	Perspectiva Tracional Top-Down	Perspectiva Participativa Bottom-Up	Perspectiva da Governança de Redes
Objeto de Análise	Governo central atende diferentes segmentos da sociedade	Governo central atende a atores locais que interagem com a sociedade	Redes de atores heterogêneos em diferentes níveis de governo e na sociedade
Foco Principal	Autoridade hierárquica	Atores locais	Interrelação entre atores heterogêneos
Tipo de Relação	Autoridade e controle	Centralização vs descentralização	Interdependência
Implementação	Implementação do planejado	Representação de interesses mediante normas e controle de recursos	Interação com troca de informação, objetivos e recursos
Critério de Sucesso	Consecução das metas da política concebida centralmente	Satisfação das preferências locais e obtenção de recurso para atores locais	Realização da ação coletiva
Critério de Fracasso	Falhas de controle, políticas mal definidas ou mal monitoradas	Falhas na descentralização ou pouco engajamento local	Arranjo institucional deficiente dificulta ação coletiva
Recomendações	Centralização e coordenação	Descentralização e participação	Gestão do ambiente e da infraestrutura de interação nas políticas públicas

Fonte: (BRETAS JÚNIOR; SHIMIZU, 2016)

McGuire (2002) cita cinco características básicas do ambiente em que se insere uma rede e que podem afetar o seu desempenho. São elas:

Consenso sobre os objetivos – uma rede onde há consenso sobre os objetivos a serem perseguidos pelos seus membros tende a ser mais efetiva do que uma rede onde há ainda necessidade de definir e pactuar esses objetivos. Em uma rede com objetivos bem definidos e consensuais, os seus gestores dedicarão mais tempo à ativação da rede, ao enquadramento e à intermediação. Nas redes onde os objetivos não são claros, ou ainda não foram pactuados, seus gestores dedicarão mais tempo à facilitação, mediação e arbitragem.

Distribuição de recursos – as interdependências em uma rede ocorrem em função da distribuição de recursos entre seus membros. Os recursos incluem a distribuição da autoridade legal, recursos materiais, informação, expertise e experiência. A participação na rede deriva da quantidade de recursos disponíveis

para cada ator. Se esses recursos são bem distribuídos entre uma vasta gama de atores, isso resultará em uma rede vasta. Se os recursos são concentrados em poucos atores, então a rede tende a ser mais restrita. Gestores de rede experientes sabem como os recursos são distribuídos e mobilizam esses recursos no momento mais adequado para a geração dos resultados preconizados pelo grupo.

Apoio político – O apoio político para atuação da rede e o apoio político obtido pelos membros da rede nas suas respectivas organizações são também fundamentais para o bom funcionamento da rede. Se os participantes de uma rede não possuem apoio das suas organizações ou da sociedade, então grande parte do esforço na gestão da rede será voltada para a obtenção desse apoio, muitas vezes em detrimento do exercício das outras funções.

Relacionamentos – Confiança e capital social são fundamentais para o bom funcionamento de uma rede. Se os membros de uma rede já interagiram no passado, conhecem bem um ao outro, então menos tempo precisa ser dedicado ao enquadramento e à intermediação do que numa rede formada por estranhos ou pessoas que interagem pela primeira vez.

Orientação em relação às políticas públicas – Se há um paradigma de políticas públicas compartilhado entre todos os atores e esse paradigma indica metas, objetivos, prioridades e instrumento, então o gestor da rede necessita gastar menos energia na formação de consenso sobre esses elementos fundamentais das políticas públicas. Por outro lado, se os membros da rede adotam diferentes paradigmas para orientar sua atuação, então o potencial de mobilização é reduzido e o risco de ocorrerem conflitos cresce bastante.

Segundo Calmon e Costa (2013), a noção de capacidade de redes de políticas públicas tem foco não apenas no volume de informação transmitido, mas na capacidade de mobilizar atores na resolução dos problemas enfrentados pela coletividade. Em outras palavras, envolve capacidade da rede em resolver problemas de ação coletiva, especialmente aquela voltada para cooperação, coordenação e comunicação entre atores, gerar resultados esperados e sustentar ações ao longo do tempo.

Para analisar a capacidade de governança das redes de políticas públicas, os autores propõem seis dimensões: capital social; institucionalização; sustentabilidade; estrutura e instrumentos de coordenação; comunicação e informação e análise.

2.2.1
Capital social

O nível de governança de uma rede de políticas públicas está relacionado a existência de capital social. Em outras palavras depende: do estabelecimento de um clima de credibilidade e confiança mútua entre esses atores, de uma ampla participação nos processos decisórios e da transparência, fiscalização e responsabilização das ações.

A primeira análise sistemática contemporânea do capital social foi produzida por Pierre Bourdieu, que definiu o conceito como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1985: 248; 1980).

March e Olsen (1989) sustentam que a melhor forma para entender as instituições é através dos valores dos seus membros. Estes valores criados ou reinterpretados por cada instituição guiam os comportamentos dos membros e, portanto, o seu próprio comportamento. Isto também é válido para as redes de políticas públicas, uma vez que a existência de valores comuns aos diversos membros e atores sociais que as compõem pode facilitar a coordenação das suas ações.

De acordo com Putnam (2000): “a cooperação voluntária é mais fácil sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica (Putnam, 2000, p.177). O autor define, em linha gerais, o capital social por função, incorporando uma variedade de relações, em linhas gerais, o capital social por sua função, incorporando uma variedade de relações presentes na estrutura social que facilitam ações dos indivíduos participantes dessa estrutura.

Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. (Putnam, 2000.p 177)

Algumas redes são mais integradas do que outras. Em alguns casos é possível tratá-las como uma única instituição. Noutras ocasiões, elas são tão pouco integradas que é difícil perceber seus membros como pertencentes a uma rede de políticas públicas.

2.2.2 Institucionalização

Uma rede de políticas públicas bem estruturadas deve ser institucionalizada, o que implica no estabelecimento de normas e procedimentos, que definam claramente as arenas decisórias e a divisão de competências e atribuições dos atores. Para isto, algumas redes estabelecem marcos regulatórios, destacando as competências de cada um dos atores envolvidos. Outras redes constituem fóruns específicos para discussão de temas e deliberação de propostas de atuação.

Mesmo as redes pouco integradas, ou seja, com baixo capital social, podem estar formalmente estabelecidas, enquanto outras redes dependem das relações informais entre seus membros. Redes formalmente institucionalizadas aparentemente podem dispor de maior grau de governança. Entretanto, um excesso de normas e formalidades pode dificultar a participação e a coordenação destas redes. A definição e institucionalização de procedimentos e arenas decisórias dependem muito mais do estabelecimento de rotinas e práticas sociais compartilhadas entre os atores da rede.

2.2.3 Sustentabilidade

Não raro as ações preconizadas por uma rede são interrompidas em função da troca de governos, mudanças ministeriais, reorganizações administrativas, interrupção de fluxo de recursos financeiros ou outros fatores externos. Em função disso, as redes estão sujeitas a um processo dinâmico, que requer contínua adaptação a transformações e a busca permanente de aperfeiçoamentos em sua forma de atuar. O grau de governança de uma rede depende da sua sustentabilidade. Ou seja, da capacidade de realizar ações contínuas e de longa duração.

2.2.4 Estrutura e Instrumentos de Coordenação

A concepção e implementação das ações numa rede implicam a existência de uma estrutura de coordenação capaz de articular a atuação dos diferentes atores. Algumas redes estabelecem secretarias de coordenação. Noutras redes, a coordenação das ações é realizada a partir de órgãos colegiados com ampla

participação dos atores. Em qualquer dos casos, esta estrutura de coordenação deve gozar de legitimidade entre os atores da rede.

Além de legitimidade, a estrutura de coordenação de uma rede precisa dispor também de instrumentos adequados para o exercício de suas atividades. O grau de governança de uma rede de políticas públicas depende também da qualidade destes instrumentos. Planejamento, diretrizes e contratos de cooperação são alguns dos principais instrumentos de coordenação das redes.

2.2.5 Comunicação

A forma como se estabelece a comunicação entre os atores que compõem uma rede de políticas públicas é fundamental à tomada de decisões e à implementação das ações preconizadas. Ou seja, o grau de governança de uma rede depende da qualidade das interações entre os atores.

A comunicação pode ser analisada em duas dimensões: interna (entre os atores governamentais) e externa (entre o governo e a sociedade). A boa comunicação entre atores implica no intercâmbio de informações e na existência de sistemas formais e informais de consultas mútuas. Algumas redes estabelecem estruturas organizacionais dedicadas à gestão da comunicação entre os atores da rede e entre esses atores e a sociedade. Noutras redes, esta comunicação é feita espontaneamente pelos atores.

As redes de políticas públicas variam em função do grau de interdependência entre seus membros. Por definição, elas só podem existir se os atores envolvidos guardam determinado grau de interdependência. Entretanto, as formas de interação e comunicação interna e externa podem variar bastante.

2.2.6 Informação e análise

O planejamento e a implementação das ações demandam um fluxo de informações confiáveis e detalhadas sobre o tema e seus diferentes aspectos. Além disso, essas informações precisam ser analisadas e disseminadas em tempo hábil, de maneira a subsidiar o processo de tomada de decisão. Normalmente, para que esses objetivos sejam alcançados, é requerida uma estrutura especializada para geração e análise das informações. O grau de governança de uma rede de políticas

públicas depende da qualidade e confiabilidade das informações disseminadas entre os atores.

3. GOVERNANÇA MULTINÍVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Segundo a definição de Gary Marks, governança multinível é “um sistema de contínua negociação entre governos ligados em diversos níveis territoriais”, além de inseridos dentro de redes políticas que ultrapassam os limites da esfera pública (MARKS apud BACHE & FLINDERS, 2004, p. 3). Desta forma, segundo Ian Bache e Matthew Flinders, o conceito de governança multinível contém tanto a dimensão horizontal como a vertical. A palavra multinível se refere ao “aumento da interdependência de governos operando em diferentes níveis territoriais”, enquanto governança “assinala o crescimento da interdependência entre atores governamentais e não-governamentais em vários níveis territoriais” (BACHE & FLINDERS, 2004, p. 3).

A ideia de governança multinível está centrada, principalmente, no fato de que há uma grande variação de externalidades na provisão dos bens públicos. E tais externalidades não são internalizadas por uma única escala de governo, requerendo uma negociação entre diversas escalas para se chegar a uma decisão final. Muitas vezes, esta negociação também envolve setores da sociedade, como empresas, organizações não governamentais, entidades de classe, etc. (MARKS & HOOGHE, 2004, p. 16).

De acordo com MARKS & HOOGHE (2004, p. 16), a governança multinível pode ser dividida em dois tipos. A primeira (tipo I) está intimamente ligada ao federalismo e consiste da dispersão de autoridade para jurisdições em um número limitado de níveis, tais como: internacional, nacional, regional e local. Estas jurisdições têm suas funções baseadas em diversos temas. Ademais, o tipo I de governança se destaca pelo fato de que não há interseção entre as suas jurisdições.

No Brasil, a Constituição deixa clara esta divisão jurisdicional em três esferas de governo (federal, estadual e municipal), cada qual com suas competências delimitadas, porém nem sempre exclusivas. O segundo tipo de governança (tipo II) consiste de jurisdições especializadas, restritas à solução de problemas específicos.

A grande diferença deste tipo de governança está no fato de que ela não se restringe a um número específico dentro dos diferentes níveis de jurisdição, são flexíveis, na medida em que a demanda as requer, e contam com a participação de atores não-governamentais. Outro ponto que a diferencia é o fato de haver interseção entre seus membros (MARKS & HOOGHE, 2004, p.17). Podemos tomar como exemplo os Comitês de Bacias Hidrográficas brasileiros.

O termo “governança” reflete o deslocamento de abordagens centradas no conceito de governo para um conceito mais abrangente, que incorpora os agentes não estatais (JACOBI E SINISGALLI, 2012). Secchi (2009), por sua vez, elucida que se trata de um modelo de gestão colaborativo de relação entre agentes estatais e não estatais na solução de problemas coletivos. Trata-se de um modelo de gestão horizontal democrático que pode auxiliar os países a melhorar suas condições econômicas e sociais.

A interpretação de governança é oriunda das ciências políticas e da administração pública, e deve ser compreendida como um modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas (KOOIMAN, 1993; RICHARDS; SMITH, 2002). Segundo Lima (2014), a governança pública envolve tanto a gestão administrativa do Estado, quanto a aptidão de articular e mobilizar os atores estatais e sociais para resolver problemas de ordem coletiva, ou seja, a governança pública é uma corrente da administração pública que procura compatibilizar os critérios de democratização com a busca pelo melhor desempenho das políticas públicas. Nesta perspectiva, cabe ao Estado o papel de liderar o processo de resolução dos problemas da coletividade, mas deve fazê-lo a partir da interação com a sociedade.

O sistema político adotado por um país tem impacto crucial no modo como são elaboradas e implementadas as políticas e em como são apropriados os seus resultados. Em uma Federação existe mais de um nível autônomo de governo dentro do país, os quais não possuem relação de subordinação. Em países federativos, conseqüentemente, há dificuldade por parte dos governos de desenvolver políticas consistentes e coerentes, uma vez que na maioria das áreas, as políticas nacionais exigem acordo intergovernamental, envolvendo negociações complexas e extensas que nem sempre são bem-sucedidas (HOWLETT, 2013).

As redes de política pública, em suma, podem ser intergovernamentais, na medida em que incorporam atores da esfera nacional e local, e requerem a

articulação entre ações locais e orientações definidas nacionalmente. No caso concreto do Brasil, destacam-se as redes de políticas públicas intergovernamentais nas áreas da saúde e educação (NASCIMENTO, 2007).

Com fundamento na ênfase dada à multiplicidade de atores envolvidos no processo de políticas públicas, a perspectiva da governança multinível (*multi-level governance*), segundo PROCOPIUCK (2013), sobressai em importância em ambientes desprovidos de “claros limites e fronteiras entre diferentes níveis jurisdicionais de entidades governamentais”, sem prejuízo da necessidade de articulação com atores não estatais. Isso é especialmente relevante, conforme sugerido, para políticas públicas que se desdobram em contextos de federalismo de Estado, em que há difusão de autoridade distribuída em arranjos policêntricos, constituídos em multiníveis ou múltiplas camadas.

No Brasil, com efeito, esse aspecto da governança é de fundamental relevância para a construção de avaliações mais abrangentes sobre a ação governamental, na medida em que a articulação entre União, Estados e Municípios não raro se apresenta como fator determinante para o êxito das políticas públicas.

A teorização da governança multinível tem origem na União Europeia, onde políticas públicas comumente operam sob múltiplas jurisdições. Governança é um conceito lançado na área corporativa, que tem sido utilizado na esfera pública para se diferenciar de governo, ou governabilidade (GONÇALVES, 2012). Surge em um contexto de globalização e relações internacionais para ampliar o alcance das ações e políticas que transcendem as relações entre Estados-nação.

No âmbito dos estudos sobre políticas públicas, o conceito de governança apresentado pelo Banco Mundial, disseminado em publicação de 1992, relaciona poder, gestão pública, saúde institucional e desenvolvimento. Define governança como a forma como o poder é exercido na administração de recursos econômicos e sociais de um país para o desenvolvimento (THE WORLD BANK, 1992).

Governança refere-se a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e a arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo-se aí não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos (SANTOS, 1997).

A governança é um termo mais inclusivo do que governabilidade, já que compreende as relações entre mercado, sociedade, leis, instituições, políticas públicas e decisões governamentais, implicando o estabelecimento de um sistema de regras, padrões e comportamentos que refletem os valores dos indivíduos inseridos nesse arcabouço regulatório (JACOBI, 2009).

O conceito de governança é centrado na noção de “poder social” que media as relações entre Estado e sociedade civil, como espaço de construção de alianças e cooperação, desafiando os limites entre o público e o privado e ampliando os mecanismos de gestão participativa. Torna-se, portanto, mais democrático, para além das regras e instituições. Entretanto, apesar de a governança abrir espaço para múltiplos atores governamentais não estatais, estes continuam subordinados à autoridade do Estado na esfera das relações internacionais.

Os processos de governança ambiental levam os diferentes atores, entre eles, gestores governamentais, membros da sociedade civil, pesquisadores e empresários, a interagirem para definir ações a serem implementadas por meio de estratégias de gestão ambiental (LEMOS e AGRAWAL, 2006). Estes atores, com valores, prioridades e interesses diversificados e frequentemente conflitantes, respondem a numerosos desafios que incluem trocas de informações e construção de conhecimentos compartilhados, além de articulação intersetorial para conciliar as prioridades econômicas, sociais e ambientais.

Marks (1992) propunha que, na abordagem de políticas de coesão, a governança multinível ultrapassasse as esferas do estado-nação e incluísse no sistema de contínua negociação integrada, vertical e horizontalmente, governos de diferentes esferas territoriais – supranacional, nacional, regional e local. Uma vez que a essa ideia foram integrados elementos de análise sobre regimes federativos e descentralização, o conceito passou a ser utilizado para descrever a rede cada vez mais complexa e densa de conexões entre atores agindo nas diferentes esferas de governança, desde o nível local até as esferas supranacionais, sob a liderança das nações, mas muitas vezes transpassando-os (SETZER, 2015).

A participação de atores não-estatais na governança ambiental expandiu-se significativamente no período pós-Guerra Fria (BIERMANN e PATTBERG, 2012) e despertou um interesse cada vez maior da comunidade acadêmica. Diferentes trabalhos analisaram a influência exercida pelo setor privado, na gestão compartilhada do meio ambiente. A partir do final dos anos 1990, a participação dos

governos locais na governança multinível das mudanças climáticas também passou a receber atenção da academia de forma crescente.

As pesquisadoras Betsill e Bulkeley (2006) sugerem que, enquanto a análise de negociações internacionais permanece relevante, as cidades podem ser reconhecidas como uma arena importante na qual a governança das mudanças climáticas ocorre. Estudos sobre cidades e mudanças climáticas baseados na teoria da governança multinível (GMN) destacam os diferentes fatores que justificam a inserção dos governos locais na governança global do clima. Tanto os vetores das emissões de gases de efeito estufa quanto os impactos das mudanças climáticas ocorrem e são sentidos concretamente nos níveis locais e regionais, demandando uma resposta mais proativa e efetiva de atores locais.

As cidades brasileiras possuem competências legislativas e administrativas nas áreas de uso e ocupação do solo e gestão de resíduos sólidos, e podem influenciar positiva ou negativamente a governança dos recursos hídricos. Elas não apenas estão respondendo às agendas nacional e internacional, mas também estão tomando iniciativas próprias. As autoridades municipais não estão agindo isoladamente, mas associadas em redes e programas transnacionais, que ajudam na implementação de políticas locais, ao mesmo tempo em que geram ganhos para a gestão urbana e a população (BETSILL e BULKELEY, 2006).

Os governos locais – como municipalidades, câmaras legislativas e regiões metropolitanas – na qualidade de atores não-estatais, são indispensáveis para a implementação das políticas e medidas para uma boa governança dos recursos hídricos e para enfrentamento às mudanças climáticas. Por fim, o modelo federativo do Brasil não tem sido eficaz na integração dos governos locais à elaboração das políticas públicas para gestão dos recursos hídricos e adaptação às mudanças climáticas. A atuação do Governo Federal tem sido centralizadora e fragmentada, não envolvendo outros atores não-estatais na definição da agenda climática no país.

O conceito de governança é entendido como a “[...] gestão territorial multiníveis, participada, envolvendo Administração, atores econômicos e socioculturais e cidadãos para responder às necessidades de um território [...]” (PEREIRA, 2009, p. 95). Diversos pressupostos estão associados à governança, entre eles: uma distribuição mais equilibrada do poder (antes concentrado num Estado hegemônico); um processo mais aberto e participativo, em que atores públicos (em diferentes níveis) e privados (econômicos, sociais e culturais)

cooperam para atingir objetivos comuns coletivamente definidos; o reforço da democracia representativa; a adoção de procedimentos mais transparentes na tomada de decisão; a passagem do modelo vertical hierárquico para um modelo mais horizontal de cooperação e de participação.

Assim, a governança surge como processo de mobilização da ação coletiva e de regulação de interdependências, pois inclui as formas de ação coletiva centradas na esfera pública, quer as estruturadas por organismos governamentais formais, quer as articuladas por grupos autônomos ou movimentos sociais que resistem e desafiam os modelos de governança tradicionais (HEALEY, 2006)

A coerência entre políticas e a coordenação entre atores e setores buscando a maximização de sinergias e redução de *trade-offs* relacionados ao uso de recursos naturais são destacados como condições para a adaptação aos estresses climáticos e para o desenvolvimento sustentável de forma mais ampla (PERSSON, 2004). Diante dessa compreensão de interconexão, para uma efetiva adaptação às mudanças climáticas, são considerados fundamentais a consolidação de políticas abrangentes e integradas, em conjunto com o acesso e o uso sustentável destes recursos (RASUL e SHARMA, 2016).

Há uma diversidade de definições para adaptação, porém todas compartilhando uma mesma noção de ajuste ao clima. Como conceito esse projeto compreende adaptação como toda ação, seja antecipatória ou reativa, processo ou condição, que reduz sensibilidades ou aumenta a capacidade adaptativa dos sistemas sociológicos, tendo por referência um ou mais vetores de exposição (LINDOSO e RODRIGUES FILHO, 2013).

Uma abordagem integrada de governança multinível e um bom diálogo entre as instituições interdependentes podem ser alcançados por meio de mecanismos de consulta, coordenação, cooperação e avaliação, como por exemplo, o estabelecimento de um comitê formal que reúna as autoridades nacionais, regionais e locais em conjunto, além de diálogos estruturados, parcerias e redes informais. Os líderes locais desempenham um papel fundamental na negociação de governanças multiníveis de sucesso em nome de suas comunidades.

Embora muito se disserte sobre governança multinível, é árdua a tarefa de destacar um conceito preciso. Tratar de governança multinível é tratar da “distribuição de poder, papéis, riscos, recompensas e responsabilidade entre os atores envolvidos” (KNOPP, 2011). Em essência, pode-se tomá-la como o

compartilhamento de poder e gestão que se materializa em espaços de negociação fluídos e flexíveis.

Uma abordagem multinível e multidisciplinar integrada são necessárias para promover agendas de transformação no nível local. Os governos locais e regionais, por serem os níveis de governo mais próximos aos cidadãos, estão mais bem posicionados para aumentar a consciência sobre a importância do enfrentamento e adaptação as mudanças climáticas e sua relevância para as comunidades locais. Os governos locais podem fazer a interlocução entre os governos centrais e as comunidades e devem desempenhar um papel importante no incentivo da participação das organizações da sociedade civil, do setor privado (micro, pequenas e médias empresas), academia e outras organizações locais (STEPHENSON, 2013).

De acordo com a Global Taskforce (2016) novas parcerias são necessárias para mobilizar recursos e conhecimentos por meio da cooperação entre setor privado (por meio de parcerias público-privadas), comunidade (por meio de parcerias público-privadas-pessoas), universidades e centros de pesquisa. Os governos locais e regionais também devem considerar o trabalho conjunto para fortalecer seus serviços, seja por meio de mecanismos informais (tais como uma estratégia conjunta entre municípios ou regiões para atrair novas empresas) ou por meio de formas institucionais de colaboração mais complexas (associações ad hoc, consórcios etc.). Tal cooperação intermunicipal pode promover a liberação de recursos extras, aproveitando as vantagens de custo em larga escala.

4. METODOLOGIA

4.1 Abordagem de Estudo

Neste capítulo são apresentadas as razões que foram considerados ao se definir a área de estudo (Submédio São Francisco), onde ela está localizada, o contexto socioeconômico em que ela está inserida e a forma como elas estão organizadas territorialmente. Em seguida é apresentado o planejamento amostral da coleta dos dados em campo (campo exploratório e campo de aprofundamento), as ferramentas metodológicas utilizadas (entrevistas institucionais, entrevistas abertas, entrevistas semi-estruturadas, mapeamento de atores e análise de redes de políticas

públicas), assim como a estratégia amostral adotada para a definição das visitas e das entrevistas e para a identificação dos participantes.

Selecionou-se como caso de estudo a atuação dos atores no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com um recorte específico para a Câmara Consultiva do Submédio São Francisco.

4.2 Área de estudo

A Bacia do São Francisco, com área de drenagem de 639.219 km², se estende pelos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, além do Distrito Federal, representando 7,5% do território brasileiro (ANA, 2002) e, devido à sua extensão e aos diferentes ambientes percorridos, ela se divide em quatro unidades fisiográficas: na região do Alto São Francisco, correspondente a 19% da área da bacia, que vai da nascente até a cidade de Pirapora, MG; no Médio São Francisco, que se estende de Pirapora a Remanso, BA, correspondente a 55% da bacia; no Submédio São Francisco, de Remanso até Paulo Afonso, BA (24% da bacia) e no Baixo São Francisco, que vai de Paulo Afonso até a foz (7% da bacia). Ver (Figura 3).



Figura 3 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Fonte: www.sfrancisco.bio.br

Possui 36 afluentes mais importantes, dentre os quais apenas 19 são perenes destacando-se, pela margem direita, os Rios Pará, Paraopeba, Velhas e Verde Grande e, pela margem esquerda, os Rios Abaeté, Paracatu, Urucuia, Pandeiros, Carinhanha, Corrente e Grande. As áreas de drenagem desses afluentes, com exceção do Rio Verde Grande, se situam na região não abrangida pelo Polígono das Secas, representando cerca de 50% da área total da bacia (ANEEL, 1998).

O clima se caracteriza pela ocorrência de temperaturas de mediana a elevada durante quase todo o ano, com temperatura média anual variando de 18 a 27 °C e, ainda, por um baixo índice de nebulosidade com grande incidência de radiação solar e pela existência de duas estações bem distintas, ou seja, uma seca e outra chuvosa (Brasil, 2003). Em função das elevadas temperaturas e dos baixos índices de nebulosidade, a evapotranspiração potencial é muito alta, principalmente na região do Submédio São Francisco onde algumas estações registram valores de até 3.000 mm ano⁻¹. A elevada evapotranspiração potencial não compensada pelas chuvas afeta expressivamente o balanço hídrico dos solos (IORIS, 2001).

4.3 O contexto socioeconômico do Submédio Rio São Francisco

O crescimento da exploração econômica na Bacia do São Francisco, sobretudo pela agricultura irrigada, foi intensificado a partir de 1976 (ONS, 2004), com destaque para as regiões do Submédio e Baixo São Francisco (Rodriguez; Holtz, 2003). Além da irrigação, o São Francisco tem seu potencial hidrelétrico bastante aproveitado, com diversas usinas hidrelétricas instaladas ao longo da bacia. Em 1973, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) começou a construção do reservatório de Sobradinho, cujo lago, formado em 1979 e com superfície de 4.214 km², é um dos maiores lagos artificiais do mundo, servindo como reservatório de regularização plurianual. O reservatório de Sobradinho localiza-se no Submédio São Francisco, a aproximadamente 40 km à montante das cidades de Juazeiro e Petrolina, cuja potência instalada é de 1.050 MW (Correia & Dias, 2003).

A bacia do rio São Francisco tem uma localização estratégica, pois constitui um espaço territorial que faz a ligação natural entre o Sudeste, região mais desenvolvida do Brasil e o Nordeste, em estágio menos adiantado de desenvolvimento. É também de grande importância socioeconômica por seu

multiuso, dotada de imenso potencial energético, hidroviário, agropecuário, agroindustrial, pesqueiro, turístico, social, cultural, histórico e ecológico.

Apresenta áreas densamente povoadas e de acentuada riqueza, como também áreas de pobreza crítica e baixa densidade demográfica, demonstrando assim vários paradoxos socioeconômicos e uma grande vulnerabilidade ambiental. Desde meados do século XIX, a bacia vem sofrendo forte agressão ambiental tendo os maiores impactos ocorridos principalmente a partir da segunda metade do século passado.

Antes da concepção do Programa de Revitalização e da implementação do GEF São Francisco todos os diagnósticos, estudos e projetos realizados no seu território jamais refletiram integralmente uma abordagem que considerasse a bacia como um todo, incluindo a sua zona costeira, ao mesmo tempo em que nunca se adotou uma perspectiva de gerenciamento integrado da bacia.

O Submédio São Francisco teve historicamente na agropecuária o setor mais importante da economia, tanto no que se refere à participação da base econômica como em relação à absorção de mão-de-obra, pois favorecido pelos recursos de solo, clima e da presença do Rio São Francisco, foram implantados vários perímetros irrigados e a produção agrícola dos municípios perdeu a característica de agricultura de subsistência para integrar-se à produção.

A vulnerabilidade socioambiental local e regional gerada pela pobreza e pelas condições ambientais se encontra potencializada pelas mudanças climáticas. Problemas nos setores de saúde humana, perdas econômicas vinculadas à agricultura, perda da biodiversidade, degradação de zonas costeiras, degradação dos recursos hídricos, vulnerabilidade urbana, carências energéticas, são alguns dos aspectos diretamente implicados no processo de adaptação.

A maior incidência de secas e inundações implica em ameaças à segurança hídrica e alimentar na região, além de representar importantes desafios para o planejamento e gestão das cidades e do desenvolvimento regional com vistas à promoção da resiliência da sociedade aos impactos climáticos.

Com relação à saúde humana, temperaturas máximas superiores à capacidade fisiológica de adaptação do organismo humano reduzirão a produtividade do trabalho em setores como a agricultura e a construção civil. Em algumas regiões, o calor e as mudanças no regime de chuvas deverão aumentar a incidência de várias doenças, principalmente as zoonóticas.

Outro fator importante que foi considerado para escolha do Submédio São Francisco é a ocorrência de profundos contrastes socioeconômicos, conforme indicado pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos municípios (Figura 4). Além disso, destaca-se a presença de diversos interesses socioeconômicos, notadamente agricultura mecanizada e/ou irrigada, agricultura familiar, indústrias, turismo, geração de energia, e uma grande diversidade de organizações e movimentos sociais. Na BHSF, também se concentra a atenção de diversos programas governamentais, recebendo recursos federais e estaduais, inclusive com a criação e expansão de universidades públicas.

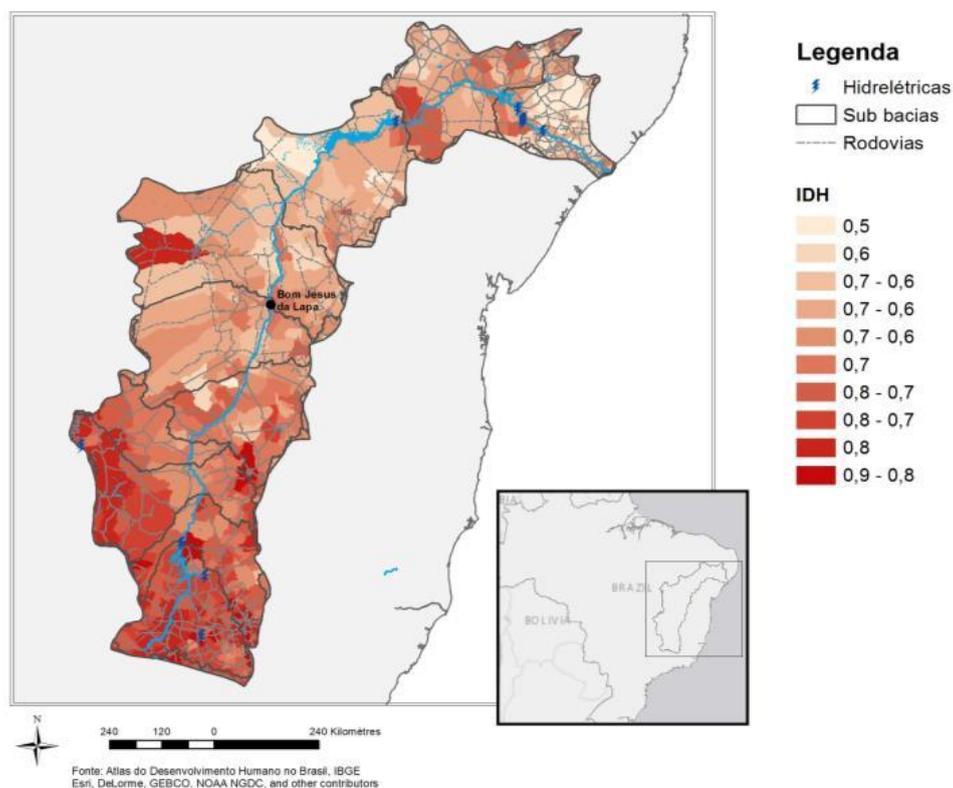


Figura 4 - Localização da Bacia do Rio São Francisco e a contrastante distribuição dos IDH municipais

Fonte:

Outros fatores que influenciaram na escolha da área de estudo se deram em função da necessidade de implementação de medidas de revitalização da BHSF, a partir do projeto de transposição; do papel chave da bacia na adaptação de uma vasta região do semiárido do Nordeste e da incidência de diversas áreas consideradas susceptíveis à desertificação.

4.4 O Comitê da Bacia do Rio São Francisco e a representação do Submédio São Francisco

O crescimento da exploração econômica na Bacia do São Francisco, em especial pela agricultura irrigada, foi intensificado a partir de 1976 (ONS, 2004), com destaque para as regiões do Submédio e Baixo São Francisco (RODRIGUEZ e HOLTZ, 2003). Além da irrigação, o São Francisco tem seu potencial hidrelétrico bastante aproveitado, com diversas usinas hidrelétricas instaladas ao longo da bacia. Essa região tornou-se uma das áreas mais importantes na produção de frutas com agricultura irrigada do polo Juazeiro-BA/Petrolina-PE.

Diante da pressão econômica e social sobre os recursos naturais, em especial os recursos hídricos, criou-se um instrumento de gestão, os comitês, neste caso específico o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF. Um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O CBHSF tem como área de atuação a totalidade da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, localizada nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Distrito Federal.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco é composto por representantes: União; dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe; do Distrito Federal; dos Municípios situados, no todo ou em parte, nessa bacia; dos usuários das águas de sua área de atuação; e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada nessa bacia.

Dentro do Comitê foram criadas as câmaras consultivas que visam atender as demandas internas, além de aproximar o CBHSF da população, apresentando as principais ações e debates sobre a preservação e revitalização do Rio São Francisco. Essas câmaras são integradas pelo poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água, que tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia.

A Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de 10 de abril de 2000, regulamentou a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. O Prof. Paulo Salles (Universidade de Brasília/Câmara Legislativa do DF), em excelente

“Resumo Didático da Lei das Águas”, destaca que os Comitês de Bacia Hidrográfica são órgãos colegiados com atribuições normativas, deliberativas e consultivas a serem exercidas nas bacias hidrográficas de sua área de atuação. Funcionam como parlamentos com representantes dos diversos setores da sociedade e do poder público.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF é um órgão colegiado, integrado pelo poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água, que tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia, na perspectiva de proteger os seus mananciais e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. Para tanto, o governo federal lhe conferiu atribuições normativas, deliberativas e consultivas.

Criado por decreto presidencial em 5 de junho de 2001, o comitê tem 62 membros titulares e expressa, na sua composição tripartite, os interesses dos principais atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos da bacia. Em termos numéricos, os usuários somam 38,7% do total de membros, o poder público (federal, estadual e municipal) representa 32,2%, a sociedade civil detém 25,8% e as comunidades tradicionais 3,3%. Os membros titulares se reúnem duas vezes por ano – ou mais, em caráter extraordinário.

O plenário é o órgão deliberativo do Comitê e as suas reuniões são públicas. A diversidade de representações e interesses torna o CBHSF uma das mais importantes experiências de gestão colegiada envolvendo Estado e sociedade no Brasil.

As atividades político-institucionais do Comitê são exercidas, de forma permanente, por uma Diretoria Colegiada, que abrange a Diretoria Executiva (presidente, vice-presidente e secretário) e os coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais – CCRs das quatro regiões fisiográficas da bacia: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco. Esses sete dirigentes têm mandatos coincidentes, renovados a cada três anos, por eleição direta do plenário.

Além das Câmaras Consultivas Regionais o CBHSF conta com Câmaras Técnicas – CTs, que examinam matérias específicas, de cunho técnico-científico e institucional, para subsidiar a tomada de decisões do plenário. Essas câmaras são compostas por especialistas indicados por membros titulares do Comitê.

No plano federal, o Comitê é vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, órgão colegiado do Ministério do Meio Ambiente, e se reporta ao

órgão responsável pela coordenação da gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos no país, a Agência Nacional de Águas – ANA.

A função de escritório técnico do CBHSF é exercida por uma agência de bacia, escolhida em processo seletivo público, conforme estabelece a legislação. A Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas – AGB Peixe Vivo opera como braço executivo do Comitê desde 2010, utilizando os recursos originários da cobrança pelo uso da água do rio para implementar as ações do CBHS.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes: da União; dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação; dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação; dos usuários das águas em sua área de atuação; das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

Foram estabelecidas ainda as seguintes regras:

1) O número de representantes, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, DF e municípios, à metade do total de membros;

2) Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias de rios fronteirizos e transfronteirizos de gestão compartilhada, a representação da União deverá incluir um representante do Ministério das Relações Exteriores;

3) Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas devem ser incluídos representantes: I - da FUNAI, como parte da representação da União; II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia;

4) A participação da União nos Comitês de Bacia Hidrográfica com área de atuação restrita a bacias de rios sob domínio estadual, dar-se-á na forma estabelecida nos respectivos regimentos;

5) Os Comitês de Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um Presidente e um Secretário, eleitos dentre seus membros.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação a totalidade de uma bacia hidrográfica; a subbacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; - grupo de bacias ou sub-bacias

hidrográficas contíguas. Estabelece o parágrafo único que a instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União será efetivada por ato do Presidente da República.

As competências legais dos comitês de bacias estão estabelecidas no art. 38, entre suas funções estão: promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia; acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito da isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.

4.5A Câmara Consultiva

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF possui uma Câmara Consultiva Regional – CCR para atuar especificamente em cada uma de suas quatro regiões fisiográficas. O estudo de caso desse trabalho foi a CCR do Submédio São Francisco, que tem como missão atuar na promoção da articulação dos comitês de bacias dos rios afluentes com o CBHSF, fortalecendo a participação desses entes colegiados, a partir da identificação das principais demandas regionais.

As demandas identificadas pela CCR são encaminhadas à diretoria do CBHSF, que pauta a matéria para apreciação e deliberação do plenário quanto ao melhor encaminhamento a ser dado para as questões regionais. É válido ressaltar que para que o Comitê delibere, na maioria dos casos são ouvidas previamente as análises realizadas pelas respectivas Câmaras Técnicas de acordo com a natureza da questão apresentada, bem como é considerada a relação das prioridades

aprovadas anualmente pelo plenário. Isso para se evitar a dispersão de ações diante de tantos problemas encontrados na bacia, representado um foco para aqueles que são considerados, pela maioria dos seus membros, como as questões mais emergências em cada uma dessas quatro regiões.

Conforme determina a Deliberação nº 52/2010 do CBHSF, a CCR do Submédio é composta pelos membros titulares e suplentes que representam a região no Comitê (Quadro 3) além de um representante de cada um dos comitês de bacias afluentes. Os membros da CCR trabalham voluntariamente, sem remuneração.

INSTITUIÇÃO
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Juazeiro - SAAE Juazeiro
Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE
Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE
Agro Indústrias do Vale São Francisco S/A - Agrovale
Cooperativa dos Produtores Agropecuários do Projeto Glória Ltda. - COOPAG
Associação dos Irrigantes da Boa Vista
Associação dos Produtores Rurais do Vale do Moxotó - UNIVALE
Associação dos Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro
Associação dos Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu
Colônia de Pescadores Z-60 de Juazeiro
Colônia de Pescadores Z-39
Colônia de Pescadores Nossa Senhora Aparecida da Serrinha
Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF
Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF
Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA
Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente da Bahia -
Associação de Desenvolvimento Sustentável
Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas - CAATINGA
Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Tuxá - Rodelas
Pankará
Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA
Prefeitura Municipal de Abaré/BA
Prefeitura Municipal de Serra Talhada/PE
Prefeitura Municipal de Terra Nova/PE
Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA
Secretaria de Meio
Ambiente do Estado da Bahia - SEMA
Secretaria de Desenvolvimento Econômico - PE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico - PE
CBH Salitre
CBH Salitre
CBH Lago de Sobradinho
CBH Lago de Sobradinho
CBH Pajeú
CBH Pajeú
CBH Moxotó – CBH CONSU/Poço da Cruz

Quadro 3 - Atores com cadeira na Câmara Consultiva do Submédio São Francisco

Fonte: Agência Peixe Vivo

Observa-se também na CCR um forte papel de articular e mobilizar os setores envolvidos com o processo de gestão da água naquela região, no intuito não apenas

de divulgar o Comitê, o papel que desempenha e suas principais atividades, como também divulgar a situação da bacia, suas principais características, o problemas que a afetam e com isso buscar envolver e comprometer esses segmentos nas atividades relacionadas com a gestão colegiada, para um fortalecimento cada vez maior e a promoção de ações que realmente se revertam em melhoria das condições da bacia hidrográfica.

A CCR se reúne, em caráter ordinário, pelo menos três vezes ao ano. Essas reuniões deverão ocorrer preferencialmente com, pelo menos, 15 dias antes das Plenárias do CBHSF, de maneira a possibilitar aos seus membros analisar os pontos de pauta destas reuniões.

As reuniões são públicas, além dos membros qualquer pessoa pode acompanhar as suas atividades, e as decisões são adotadas por consenso ou pelo voto da maioria dos membros. Ressalta-se, no entanto que essas decisões deverão ser posteriormente encaminhadas ao Plenário do CBHSF para deliberação final, em sua maioria embasada pelo suporte técnico emitido por uma de suas Câmaras Técnicas, conforme afirmado anteriormente.

As CCR são dirigidas por um coordenador e um secretário, eleitos pelos membros titulares e suplentes do CBHSF que compõem cada uma das Câmaras e, no caso do coordenador, esse terá a sua indicação submetida à aprovação do Plenário, pois passam a compor a Diretoria Colegiada – Direc do CBHSF.

A condução dos trabalhos da Câmara é de responsabilidade do coordenador que busca criar oportunidades e facilidades para a participação democrática de todos os membros. Ademais, o coordenador participa das reuniões da Direc; estabelece interlocução com a agência de águas da bacia; convoca e conduz as reuniões da CCR, contando, para tanto, com o apoio do secretário, incumbido de fornecer subsídios para definição das pautas e convocatórias, além do registro em ata das reuniões e atualização dos dados dos membros.

O planejamento e a avaliação são componentes importantes da atuação das CCRs do Comitê do São Francisco. A exemplo das demais Câmaras, anualmente a CCR do Submédio São Francisco elabora um plano de trabalho, além de um relatório de atividades relativas ao cumprimento do plano de trabalho do ano anterior. Periodicamente, coordena o processo de mobilização para a renovação dos mandatos de membros do CBHSF e, caso seja demandado, deverá realizar as consultas públicas determinadas pelo Plenário (Foto 1).



Foto 1 - Reunião da Câmara Consultiva do Submédio São Francisco
Fonte: Agência Peixe Vivo

4.5.1 Principais Aspectos da CCR do Submédio São Francisco

A atuação da CCR do Submédio São Francisco abrange desde o município de Remanso, às margens do lago de Sobradinho, até a usina de Paulo Afonso, na Bahia. A região integra 25 municípios da Bahia e 59 municípios de Pernambuco.

O território do Submédio São Francisco possui uma área de 155.637 Km², que corresponde à 17% do território da bacia do São Francisco, se caracterizando pela vegetação predominante do tipo Caatinga e pelo clima Semiárido e Árido, apresenta as temperaturas mais altas observadas na bacia e ocorrências muito reduzidas e irregulares de chuvas, concentradas em determinadas épocas do ano (ANA, 2017)

Grande parte dos rios da região é intermitente, ou seja, não apresenta águas em um período do ano, pois o fluxo é interrompido nos períodos mais severos de estiagem. Oito rios afluem para o curso médio do rio São Francisco: Pajeú, Salitre, Brígida, Pontal, Garças, Tourão, Vargem e Moxotó.

A questão do aporte hídrico é particularmente preocupante nessa região, ocasionando conflitos relacionados com os diferentes usos da água – para a agricultura irrigada, geração de energia, abastecimento humano, navegação e lazer, entre outros, pois nem sempre existe água suficiente para atender a todos e, nesses casos, a prioridade de uso é o abastecimento humano e a dessedentação dos animais.

Entre os principais problemas ambientais que impactam os recursos hídricos no Submédio São Francisco destaca-se a ausência de água em quantidade para a diluição de efluentes urbanos, industriais e de mineração, fator que compromete a qualidade das águas para os usos mais exigentes, e a grande expansão das áreas irrigadas.

No curso principal, a irregularidade das vazões observadas, como efeito da operação das barragens instaladas para a geração de energia, impacta significativamente o meio ambiente causando uma série de problemas entre elas o assoreamento no leito do rio e dificuldades para a navegação. Nessa área destacam-se as represas de Itaparica e Paulo Afonso.

Nesse contexto é que a CCR do Submédio São Francisco cumpre, em âmbito regional, o papel atribuído ao Comitê do São Francisco, qual seja, o de promover o debate e as articulações necessárias à gestão dos conflitos relacionados com o uso da água naquela região.

Além disso, a Câmara atua como interlocutora das comunidades regionais no encaminhamento de demandas ao Comitê, como acontece atualmente com os projetos de recuperação hidroambiental em execução no Submédio São Francisco, destinados a revitalizar os afluentes, a fim de conter o processo de diminuição progressiva da vazão natural do rio e melhorar a qualidade de suas águas.

4.6 Aspectos Metodológicos

A abordagem metodológica utilizada é a qualitativa, realizou-se o levantamento e análise das expectativas e percepções dos atores. Conforme Creswell (2013), algumas das características chave das pesquisas qualitativas são: cenário natural, pesquisador como instrumento chave, uso de múltiplas fontes de dados, análise indutiva e dedutiva, significado dos participantes, design emergente, reflexividade e visão holística.

Essa dissertação é considerada uma investigação de caráter qualitativa. A escolha dessa abordagem justifica-se, como apresenta Fraser e Gondim (2004, p. 8), no fato de que, "o que se pretende, além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, é entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões de mundo". Quanto à natureza, aproxima-se de uma pesquisa aplicada. Isto tomando a

classificação posta por Gil (2002, p. 17) das principais razões para se realizar uma pesquisa: “razões de ordem intelectual”, quando o objetivo é simplesmente a geração do conhecimento (pesquisa pura); e “razões de ordem prática”, quando se almeja tornar algo mais eficiente a partir dos conhecimentos gerados (pesquisa aplicada).

Quanto aos objetivos, encaminhou-se para pesquisa exploratório-descritiva. No primeiro momento, foi realizada a pesquisa exploratória com a finalidade de obter uma visão geral sobre o objeto de estudo, uma vez que existe uma carência de literatura sobre modelos de governança local, governança multinível dos recursos hídricos e adaptação às mudanças climáticas e sua aplicação em políticas de desenvolvimento territorial sustentável. Após uma sistematização maior do estudo, foi empregada a pesquisa descritiva, a fim de identificar a ocorrência de processos de cooperação na formulação e execução de políticas públicas nos municípios analisados, quais os atores envolvidos, quais as políticas públicas gerenciadas, bem como os resultados já alcançados ou ainda em andamento.

Quanto aos procedimentos, foi utilizado um estudo de caso, com o auxílio da pesquisa bibliográfica e documental. Nas palavras de Yin (2001, p. 32), o estudo de caso é uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de coletar subsídios para o embasamento teórico, assim como realizar a cobertura dos apontamentos que os estudos empíricos vêm assinalando. O levantamento bibliográfico teve como foco as seguintes temáticas: governança dos recursos hídricos, governança multinível, enfrentamento e adaptação a mudanças climáticas no semiárido, região do Submédio São Francisco.

O cenário estudado apresenta rica diversidade de atores-chave que serão os protagonistas da pesquisa deste projeto de dissertação.

Em referência à visão dos stakeholders, foi utilizado entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas foram realizadas com gestores públicos, com organizações empenhadas e promotoras de ações públicas e lideranças locais e atores envolvidos no processo de governança dos recursos hídricos para adaptação as mudanças do clima no Submédio São Francisco. Essa percepção

é importante uma vez que o processo de interação e integração de políticas é complexo e envolve várias dimensões, a forma como atores vinculados à convivência com o semiárido e a programas sociais enxergam essa relação pode ter alguma consequência sobre o fenômeno.

O método de análise do material, levantado por meio de pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações e artigos científicos), documental (análise de leis, decretos, portarias, resoluções, estatutos, atas e projetos relacionados ao CIF) e de campo, esta última instrumentalizada a partir de entrevistas semiestruturadas, foi à análise de conteúdo.

Bardin (1997) configura essa metodologia como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Porém, a própria autora afirma que este conceito não é suficiente para definir a especificidade da técnica, acrescentando que a intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência esta que ocorre a indicadores quantitativos ou não.

As formas adotadas de enfrentamento das questões ambientais e climáticas pela via econômica podem estar associadas às redes sociais comunitárias que facilitam estratégias produtivas comunitárias para resolução imediata de problemas. Cooperativas de produtores, mutirões para construção e manutenção de rede de infraestrutura hídrica, criação de poupanças comunitárias, entre outras atividades estão ancoradas em densas redes sociais vitais para redução dos custos e riscos associados à atividade econômica. Foram utilizadas as seguintes abordagens teórico-metodológicas para o estudo de redes sociais: stakeholders ou lideranças, capital social, disseminação ou contágio.

As abordagens não são excludentes entre si, ocorrendo com mais ou menos intensidade e abrangência em cada rede social, juntas permitem captar a complexidade esperada da interação entre as relações sociais e respostas individuais aos problemas diretamente ligados a situações climáticas severas.

4.6.1 Fontes

O emprego da pesquisa documental justifica-se pelo uso de fontes de

dados no estudo, como: a legislação que incide sobre a circunscrição dos temas, nos municípios analisados, tanto os do legislativo, como do executivo, bem como os atos, as agendas e qualquer tipo de documento que elucidem aspectos importantes sobre as capacidades investigadas que estejam disponíveis o acesso.

Para subsidiar a análise do processo foram levantados dados e informações históricas provenientes de revisão bibliográfica; literatura cinza e informações oficiais sobre as políticas selecionadas, disponibilizadas em portais de órgãos governamentais, normas e medidas de transparência. Outras fontes foram os estudos elaborados pela Rede Clima, dados levantados pelo PI-SSA, como o mapeamento dos stakeholders, levantamento de políticas públicas e informações disponibilizadas pelo Comitê da Bacia do Rio São Francisco, além do diagnóstico encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente para a elaboração do Macrozoneamento Econômico e Ecológico da bacia do Rio São Francisco.

A pesquisa utilizou, ainda, métodos mistos (quantitativas e qualitativas), abordando populações locais (urbanas, periurbanas e rurais); gestores públicos locais, regionais e nacionais – fornecedores de informação para a tomada de decisão (regionais, nacionais e internacionais / cientistas, ativistas, lideranças sociais, etc.). Esta dissertação reconhece a importância de incluir gestores públicos de diferentes escalas (local, regional e nacional) ao longo de todo o estudo, por meio de processos participativos, discussão de resultados e de possíveis adaptações nas políticas públicas.

O levantamento das percepções foi realizado pelo próprio autor em campo. Para compor o trabalho, além das entrevistas semiestruturadas e da literatura acadêmica tradicional foram utilizados dados produzidos por órgãos estatais, dados disponibilizados por organizações não governamentais, documentos oficiais do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e dados levantados pela equipe da sub-rede Desenvolvimento Regional da Rede Clima.

4.6.2 Saídas de campo e coleta de dados

As atividades em campo para a coleta dos dados primários necessários para a pesquisa foram divididas em duas fases, que juntas contabilizaram aproximadamente 20 dias. Primeiro foi feito um campo exploratório, que ocorreu na primeira semana de outubro de 2017. Nesse campo foi feito o reconhecimento da região de estudo. Visitou-se o perímetro urbano de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), além de cidades do Submédio da Bacia em Pernambuco e Bahia. No campo exploratório foram efetuadas 105 entrevistas com instituições e atores chaves do Submédio São Francisco (Apêndice C).

Entrevistas abertas com atores locais foram realizadas para a apresentação da proposta de pesquisa e para a apreensão das primeiras impressões sobre a percepção quanto às mudanças climáticas na região. O formulário elaborado e validado no âmbito do Projeto Integrativo de Segurança Sociambiental (PI-SSA) foi aplicado por uma equipe composta por sete pesquisadores, dentre eles o autor desta dissertação. Entre as questões chaves abordadas na relação para captação de percepções estava “Recursos Hídricos”, que subsidiou parte das reflexões acerca da importância da governança multinível dos recursos hídricos para adaptação às mudanças climáticas no Submédio São Francisco.

Com relação às entrevistas institucionais, foram entrevistados secretários de governo da prefeitura de Petrolina (PE) e de Juazeiro (BA), da Escola Família Agrícola, da Embrapa Semiáridos e representantes governamentais integrantes do Comitê da Bacia e da Câmara Consultiva do Submédio São Francisco. O objetivo destas entrevistas foi identificar as ações já desenvolvidas na região e identificar possíveis parcerias com o Comitê de Bacias do Rio São Francisco. No decorrer do campo exploratório e do campo de aprofundamento ocorreram duas grandes plenárias do Comitê, e mais de cinco reuniões da Câmara Consultiva do Submédio São Francisco.

No intervalo dos dois campos, ocorreu um Workshop para a validação de informações levantadas pelo Ministério do Meio Ambiente para a elaboração do Macrozoneamento Econômico e Ecológico da Bacia do Rio São Francisco. Nesse momento, além de lideranças comunitários, representantes dos usuários da bacia, também estavam presentes pesquisadores brasileiros de diferentes Universidades,

entre eles os da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas, sub-rede Desenvolvimento Regional.

Na segunda fase das atividades em campo, realizada na primeira quinzena de novembro de 2018, além da devolutiva de parte dos dados levantados pela equipe da Rede Clima e do Projeto PI-SSA, foram realizados alguns workshops. Os esforços do campo foram direcionados para a apreensão sistemática da percepção dos atores locais, especificamente dos usuários dos recursos hídricos (usuários da bacia).

A percepção foi apreendida por meio de entrevistas semi-estruturadas (Apêndice A) e por meio da metodologia de análise de redes sociais. Os dados das entrevistas foram tabulados no Excel e serviram para caracterizar a amostra e para relacionar possíveis similaridades entre os informantes agrupados sob um mesmo discurso.

As informações obtidas com as entrevistas semi-estruturadas também corroboraram com a construção de narrativas. Essas informações foram sobre as características gerais dos informantes (idade, escolaridade, número de membros do núcleo familiar; principais atividades produtivas; políticas pública e etc.). Por fim os dados do campo foram complementados com a revisão da produção bibliográfica sobre Governança Multinível de Recursos Hídricos.

A seleção dos participantes foi feita por meio de indicações de lideranças comunitárias. Foi explanado às lideranças a necessidade de indicações de participantes que apresentassem perfis diferentes entre si. A diversidade foi o atributo norteador na definição dos participantes.

Em maio de 2019 foi realizada em Brasília a XXVI Plenária e XXI e XXII Plenárias Extraordinárias do CBHSF, com a participação de centenas de atores que atuam na Bacia, membros do Comitê e da Câmara Consultiva do Submédio São Francisco. As plenárias foram acompanhadas e relatos e conflitos anotados, sendo essas nuances subsidiadas pelos relatos oficiais disponibilizados no site do comitê, entre eles as atas de todas as reuniões, entrevistas e reportagens.

4.6.3 Metodologias Utilizadas

Mapeamento de atores

Neste mapeamento, atores são tanto personagens que atuam no território do Submédio São Francisco, como entidades com natureza jurídica, ou seja, instituições, órgãos governamentais, centros de pesquisa etc., sendo considerados somente aqueles com atuação no Brasil. Primeiramente, buscou-se identificar quais atores já possuíam atuação em adaptação às MCG no Brasil, sejam estas entidades governamentais, acadêmicas, privadas ou ONGs; em um segundo momento, a pesquisa consistiu na identificação daqueles cuja competência legal e/ou técnica representava grande relevância para governança dos recursos hídricos na região estudada, tornando, portanto, necessário incluí-los nas discussões sobre o tema.

A complexidade do tópico adaptação, representada pela diversidade de seus elementos (impactos e vulnerabilidades), temas e inter-relações dos setores impactados; a extensão do território brasileiro e suas inúmeras instituições de pesquisa existentes; a abordagem mais localizada de algumas informações geradas; bem como a existência de lacunas para integração do conhecimento gerado no país; dificultaram o mapeamento completo dos atores e informações geradas nesta temática. Devido a esses obstáculos, nesse primeiro momento, o presente trabalho pode ter desconsiderado atores de igual importância e suas respectivas informações geradas no tema.

Diante disso considera-se mais importante o conjunto da ferramenta com seus dados iniciais do que a análise em si. Ou seja, a ferramenta que traz benefícios e outros subprodutos no longo prazo é atemporal; já a análise do banco de dados final é apenas uma “fotografia” do mapeamento inicial.

Abaixo são apresentados os atributos (Quadro 4) considerados para o mapeamento dos atores-chaves envolvidos no tema governança dos recursos hídricos no Submédio São Francisco:

Quadro 4 - Principais Características Institucionais

Identificação
Nome Sigla Natureza do Ator (múltipla escolha -1 opção) Governo Federal Governo Estadual Governo Municipal Instituições de pesquisa e universidades Instituições financeiras e seguradoras Organizações não-governamentais e movimentos sociais Cooperação Internacional Outros Site e outras informações Contatos
Vínculos institucionais
Organização a qual está ligada Organizações ligadas à mesma Principais parcerias Principais apoios financeiros
Atribuições
Principais atribuições gerais Principais atribuições em mudanças climáticas Linhas de atuação

Elaboração: Autor

Para auxiliar na representação e mapeamento dos atores institucionais foram definidos alguns atributos. O primeiro bloco de atributos trata das principais características institucionais do ator, como sua natureza e principais atribuições no tema, o segundo grupo de atributos busca caracterizar seus vínculos institucionais. O último bloco lista qual componente do processo de adaptação o mesmo atua e as atividades desempenhadas. Importante salientar que a definição do grupo de atividades listadas no presente trabalho não busca ser exaustiva e detalhada

Revisão Narrativa de Literatura

A “revisão narrativa” não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A

seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos.

Nesse tipo de estudo, são analisadas as produções bibliográficas em “determinada área [...] fornecendo o estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada” (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 191).

Análise de Redes de Políticas Públicas

Nas ciências sociais a rede social é interpretada como uma estrutura composta de elementos em interação, um conjunto de atores (nós) que se interconectam através de relações relativamente estáveis, não hierárquicas e independentes (ligações). Os atores envolvidos compartilham interesses em comum, e são determinados, juntamente com as relações da rede, pelo processo social que se quer representar. A abordagem de redes sociais parte do princípio de que o homem é um ser social que mantém diversos tipos de relacionamentos e interações com outras pessoas. Retomando a definição de Musso (2004, p.32), a rede é “uma estrutura escondida cuja dinâmica supõe-se explicar o funcionamento do sistema”, e a rede social aparece para revelar a estrutura escondida e desvendar o funcionamento do sistema.

Diversas definições de redes sociais foram formuladas ao longo dos últimos anos, nas quais as relações são identificadas como o principal elemento comum. Por exemplo, segundo Loiola e Moura (1997), as redes sociais denominam “as múltiplas relações tecidas a partir das associações coletivas” (p.55), para Fleury (2002b) são “estruturas multicêntricas que compreendem diferentes atores, organizações ou nós, ligados entre si a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns e de uma dinâmica gerencial compatível e adequada” (p.223), para Marteleto (2001), enfim, representam “um conjunto de participantes autônomos, que unem ideias e recursos em torno de valores compartilhados” (p. 72).

Destaca-se, ainda, a definição proposta por Emirbayer e Goodwin (1994). Uma rede social é um dos muitos conjuntos possíveis de relações sociais de um conteúdo específico, por exemplo, relações comunicativas, de poder, afetuosas, ou

de troca, que ligam atores no interior de uma estrutura social maior (ou rede de redes).

A unidade relevante de análise não precisa ser uma pessoa individual, mas pode ser também um grupo, uma organização, ou ainda, uma “sociedade” inteira (isto é, uma rede limitada territorialmente de relações sociais); ou qualquer entidade que esteja conectada a um conjunto de outras entidades (EMIRBAYER ; GOODWIN, 1994, p. 1417).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Levantamento de Políticas Públicas e atores influentes no Submédio São Francisco

Este trabalho correspondeu a um levantamento dos principais atores e iniciativas cujos objetivos convergem direta ou indiretamente para a governança dos recursos hídricos e para adaptação as mudanças climáticas no Submédio São Francisco. Esse levantamento nos fornece um “retrato” do território da bacia do Rio São Francisco no que se refere à coerência das iniciativas de ação pública.

Procedimentos semelhantes foram propostos por autores como Nilsson et al (2012) na construção de um quadro analítico para a compreensão da coerência entre políticas no âmbito da União Europeia. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas define adaptação, como um ajuste nos sistemas naturais e humanos em resposta ao estímulo climático atual ou esperado ou aos seus efeitos, podendo moderar danos ou explorar oportunidades benéficas (IPCC, 2001).

No âmbito dessa dissertação, a adaptação foi definida como toda ação, antecipatória ou reativa, processo ou condição, que reduz sensibilidades ou aumenta a capacidade adaptativa dos sistemas socioecológicos, tendo por referência um ou mais vetores de exposição (LINDOSO, 2013). Ou seja, ela consiste em redução das vulnerabilidades ou aproveitamento de uma oportunidade diante da mudança do clima. Como resumido por Lindoso e Rodrigues Filho (2016), a vulnerabilidade na literatura sobre mudanças climáticas é apresentada em função de três atributos: exposição, sensibilidade e capacidade adaptativa.

Dada a abrangência dos conceitos, o levantamento das iniciativas de ação pública implementadas na região do Submédio Rio São Francisco seguiu uma lógica

igualmente abrangente. Foram considerados os seguintes atores: (i) agricultura e questões agrárias; ii) proteção social, segurança alimentar e nutricional; iii) recursos hídricos, saúde e saneamento; iv) ordenamento territorial; v) conservação do meio ambiente e da sociobiodiversidade; e vi) infraestrutura (energia, mineração, resíduos sólidos, mobilidade urbana e uso do solo).

As iniciativas levantadas incluem programas públicos nacionais e estaduais que incidem nos cinco estados que compõem a bacia, propostos no recorte geográfico deste trabalho: Pernambuco e Bahia. No entanto, a análise das políticas, como ressalta Hassenteufel (2011), não se limita à ação das autoridades públicas uma vez que estas interagem com atores não estatais na coprodução da ação pública.

Neste sentido, foram incluídas as iniciativas implementadas por atores privados, organizações não governamentais, associações religiosas e agências internacionais que também convergem para os objetivos de adaptação. Além dos objetivos das ações, aspectos como instrumentos legais, status, duração, origem e volume de recursos e municípios de incidência foram considerados neste esforço.

5.1.1 Esfera pública

O levantamento dos programas públicos desenvolvidos em nível nacional foi feito inicialmente a partir da extração de informações em sítios dos Ministérios, considerando a reforma ministerial de setembro de 2016 (Lei nº 13.341/16), dado ao cronograma estipulado para apresentação dessa dissertação de mestrado não foram considerados as mudanças ocasionadas pela Reforma Ministerial realizada pelo governo Bolsonaro.

Buscou-se identificar a que pastas os projetos foram remanejados, de modo que as informações sobre o desenvolvimento dos projetos levaram em consideração os atores que estão atualmente responsáveis pela implementação/acompanhamento dos impactos das políticas em nível local.

Ademais, buscou-se informações em nível estadual sobre os atores responsáveis pelo acompanhamento das Políticas Nacionais, a exemplo do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, conhecido como Programa Água para Todos (PAT).

Por outro lado, existiram algumas políticas elaboradas e implementadas em nível estadual, que levam em consideração necessidades mais específicas. Dessa forma, em todos os setores acima citados, realizou-se também um levantamento de programas estaduais a partir de informações obtidas nos sítios dos governos estaduais e suas respectivas secretarias setoriais, tais como o Programa Chapéu de Palha em Pernambuco.

Tanto em nível nacional como em nível estadual houve dificuldades em encontrar informações sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos, já que nem todas as políticas foram institucionalizadas. Neste caso, recorreu-se a documentos disponíveis na internet como: auditorias do Tribunal de Contas da União, acordos de cooperação, notícias veiculadas na mídia e em notas de repúdio de Organizações da Sociedade Civil (ONGs, OSCIPs, Redes, Associações e Cooperativas).

As políticas institucionalizadas em nível nacional tinham valiosas informações sobre os atores responsáveis pela implementação e acompanhamento das políticas. No entanto, houve limitado acesso a informações sobre parcerias com Organizações da Sociedade Civil nos sítios do governo, de modo que a ação de diversas entidades pode ter sido subestimada.

5.1.2 Terceiro setor

O papel das organizações não governamentais no Submédio São Francisco se mostra fundamental para as ações de proteção socioambiental, uma vez que suas interferências, para além dos objetivos de adaptação, servem o propósito de regular interesses eleitorais e o uso privado dos recursos naturais e públicos. Sindicatos, pastorais, associações de trabalhadores, comunidades e organizações civis de atuação social e ambiental tem atuado de maneira incessante no combate às “políticas de privilégios e exclusão social” (Lisboa et al, 2005), na compensação dos impactos e em defesa de grupos menos influentes. Centenas de organizações atuam na bacia em projetos de distintas escalas, propósitos e orçamentos.

Dentre os atores do comitê de bacia (CBHSF), a sociedade civil e as comunidades tradicionais compõem cerca de 29% dos 124 membros eleitos para a gestão 2016-2020 (sendo 62 titulares e 62 suplentes) (CBHSF, 2015). Ao mesmo tempo, o terceiro setor apresentou durante as eleições de 2016 o maior número de candidatos ao Comitê entre todas as categorias, fato que corrobora os indícios da

importância deste setor nos projetos de revitalização do Rio São Francisco. Este trabalho de dissertação adotou como metodologia identificar os principais atores da categoria, partindo dos atuais membros do Comitê de Bacia, bem como os candidatos à atual gestão, para então buscar demais organizações e membros de mandatos anteriores.

Ainda, atores não ligados ao Comitê foram levantados. No entanto, ao passo que as leis de acesso à informação e políticas de transparência tornam disponíveis informações sobre projetos de atores do setor público, entre políticas, planos e programas, o mesmo não acontece na mesma intensidade com os projetos da sociedade civil.

Dados de organizações, seus projetos e iniciativas são amplamente pulverizados e muitas vezes escassos, seja por restrições orçamentárias, técnicas e de infraestrutura ou pelo próprio perfil e escala das instituições. Diante da assimetria da informação encontrada entre iniciativas de atores públicos e do terceiro setor, essa primeira versão ainda não introduz iniciativas lideradas pela sociedade civil. No entanto, os atores aparecem à medida que estão envolvidos nas iniciativas e programas governamentais.

5.1.3 Esfera privada

Na Bacia do São Francisco, algumas sub-regiões são mais fortemente contempladas com a presença de indústrias e agroindústrias, exercendo em tais locais um maior peso em relação aos atores das outras esferas. É o que ocorre nas regiões do Norte e Oeste da Bahia e no Sul de Pernambuco os polos agroindustriais de grãos e fruticultura.

Tal atividade econômica se reflete no uso da água da Bacia, com uma demanda de 70% da água sendo destinada à irrigação, com maior concentração no Médio e Sub-Médio de acordo com o Plano Decenal. A área irrigada ocupa cerca de 336.200 hectares, correspondendo a projetos agrícolas públicos e privados.

A socioeconomia ribeirinha ainda se vincula ocasionalmente à agropecuária e à pesca tradicionais, porém com crescimento expressivo da aquicultura, turismo e lazer. A esfera privada exerce uma grande influência na poluição do Rio São Francisco. Tanto as indústrias como as unidades residenciais lançam indiscriminadamente efluentes nas calhas do rio e de seus afluentes.

Uma das áreas onde a poluição é mais crítica é a Região Metropolitana Juazeiro e Petrolina, onde se registra, além dos esgotos domésticos e industriais, uma alta carga de Agrotóxicos. O rio também constitui a base para o suprimento de energia elétrica da região Nordeste do país, sendo uma importante esfera do ponto de vista dos setores econômicos. Os represamentos construídos nas últimas décadas correspondem atualmente a nove usinas hidrelétricas em operação.

O Rio ainda possui um extraordinário potencial para o desenvolvimento do transporte hidroviário, sendo estimado uma extensão de navegação de cerca de 1.670 km. Destacam-se dois trechos principais: 1.312 km entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA) e 208 km entre Piranhas (AL) e a foz. Definição dos Eixos de Análise

Construção de uma matriz de objetivos políticos

O primeiro objetivo do levantamento apresentado acima é mostrar um panorama das interações entre as principais ações setoriais implementadas na região de estudo e os objetivos de adaptação às mudanças climáticas.

5.2 Eixo de Análise

5.2.1 Matriz de Objetivos Políticos

Um número cada vez maior de ferramentas vem sendo utilizado na análise da coerência entre políticas e das interações entre objetivos de desenvolvimento sustentável (Hub, 2016; Kivimaa e Mickwitz, 2006; Locatelli et al., 2015; Nilsson et al., 2016a; Nilsson et al., 2016; OECD, 2016; Le Blanc, 2015). Nilsson et al. (2016) apontam algumas propostas de abordagem neste sentido como, por exemplo, um instrumento com foco na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 19 (SDGs).

Os autores apresentam uma tipologia de interações, organizadas em sete pontos, fornecendo um leque não exaustivo, porém suficientemente amplo de classificação das relações. Estes pontos são ilustrados no Quadro 05

Quadro 5- Pontuação das interações entre os Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável



Fonte: Nilsson et al. (2016)

Tais interações podem ser quantificadas tanto em relação aos objetivos políticos como em relação às intervenções e instrumentos específicos. A definição depende do objetivo da análise.

Interações positivas permitem a construção de estratégias intersetoriais e as interações negativas são objeto de *trade-offs*. Vale, no entanto, lembrar que as interações negativas podem refletir uma questão temporal, podendo ser resolvidas com investimentos em tecnologias e outras soluções. Além disso, os tipos de interações variam em função do contexto geográfico, político e tecnológico.

Os autores utilizam o exemplo do *trade-off* entre alocação de terras para produção de bioenergia ou produção alimentar, que não corresponde necessariamente a um dilema em as partes do mundo. Para eles, nos países nórdicos os mercados de bioenergia fortaleceram sistemas produtivos agrícolas e florestais, garantindo oportunidades novas e mais diversificadas de mercados e aumentando a resiliência de agricultores e proprietários de terras florestadas (Nilsson et al., 2016b).

Diante disso, a tipologia de interações referentes à governança dos recursos hídricos para adaptação às mudanças climáticas deve levar em conta critérios específicos para a definição destes dois objetivos. Para tal, é necessário esclarecer alguns pontos. A vulnerabilidade é um contexto que perpassa desde vulnerabilidades sociais, que envolvem aspectos socioeconômicos e político-institucionais gerais, que tornam os sistemas susceptíveis a distúrbios de várias naturezas, até a vulnerabilidade biofísica, diretamente associada ao clima.

Dessa forma, a adaptação é um processo transversal que perpassa diversos setores na busca por reduzir sensibilidades e fomentar capacidades adaptativas. As políticas públicas se relacionam de diferentes formas e graus com tal busca. A quantificação destas interações no caso da bacia do Rio São Francisco só poderá

ser realizada uma vez que critérios sejam elaborados. Entretanto, possivelmente contará com uma abordagem analítica retroativa da vulnerabilidade que permite, a partir dos impactos, reconstruir a cadeia causal que liga a mudança do clima e as unidades expostas aos seus efeitos adversos e, assim, identificar quais e como as políticas elencadas podem moderar vulnerabilidades e de que forma: moderando vulnerabilidades sociais ou atacando de forma implícita ou explícita a vulnerabilidade climática.

5.2.2 Mapa de Interação entre atores institucionais

Diante da diversidade crescente de atores que participa da formulação, da implementação e do acompanhamento das políticas públicas contemporâneas e diante da erosão das fronteiras entre níveis de ação (local, nacional, supranacional) e entre as esferas pública e privada, a abordagem das redes (policy networks) tem se mostrado adaptada à análise das políticas públicas (MILHORANCE, 2016; HASSENTEUFEL, 2011).

Um número crescente de autores privilegia o termo “ação pública” a fim de enfatizar a construção coletiva – não restrita ao Estado – das políticas. Neste contexto, a abordagem das redes permite examinar as interações entre atores estatais e não estatais na construção das políticas públicas, com base nas suas relações de poder e no contexto político e institucional em que se inserem. Essas interações são influenciadas pelos recursos (políticos, simbólicos, materiais, formais) disponíveis, pelo sistema de representação ao quais os diferentes grupos de atores aderem e que orientam suas ações, e pelos interesses que definem as preferências da ação.

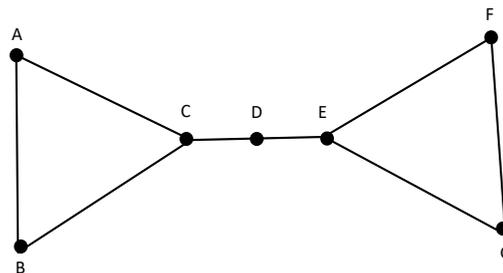
O estudo e a compreensão das políticas mostram-se, dessa forma, mais conectados aos da política (HASSENTEUFEL, 2011). Para construção de um mapa exploratório das interações entre atores são mobilizadas ferramentas de análise de redes sociais, que contabilizam a presença ou ausência de relações entre membros de uma rede. Esta se baseia em uma abordagem sociológica, interacionista, que, apesar de um foco inicial nas relações interpessoais (GROSSETTI e GODART, 2007), tem se voltado mais recentemente para as interações entre atores institucionais (LAZEGA, 2014).

Três tipos de atores (públicos e privados) foram identificados:

- i) organizações responsáveis pela implementação das iniciativas mapeadas;
- ii) organizações que participam da co-implementação das iniciativas (por exemplo, membros de comitês gestores);
- e iii) organizações financiadoras (por exemplo, agências de fomento, agências internacionais).

Neste contexto, os tipos de interações inicialmente consideradas são filiação institucional (por exemplo entre secretarias e ministérios), co-implementação (por exemplo por meio de comitês gestores) e financiamento das iniciativas. São contabilizadas a existência ou ausência (1 ou 0) de interação entre organizações (ver exemplo na Figura 5) e o gráfico resultante é constituído de nós e setas conectando estes nós (ver exemplo na Figura 8).

Figura 5 Representação matricial da rede hipotética X.



Fonte: Lazega (2014)

	A	B	C	D	E	F	G
A	0	1	1	0	0	0	0
B	1	0	1	0	0	0	0
C	1	1	0	1	0	0	0
D	0	0	1	0	1	0	0
E	0	0	0	1	0	1	1
F	0	0	0	0	1	0	1
G	0	0	0	0	1	1	0

Fonte: (LAZEGA, 2014)

A centralidade de um ator em uma rede é medida em função dos contatos positivos com outros atores. Os principais tipos de centralidade de atores são a centralidade de grau, a centralidade de proximidade, e a centralidade de intermediaridade.

Nesta dissertação considera-se a centralidade ponderada de grau, que informa o número de interações de um ator e o peso destas interações. Esta ferramenta complementar fornece uma visualização dos atores que, por exemplo, controlam a alocação de recursos ou que dispõem. Três tipos de centralidade dos atores são particularmente importantes na análise de redes:

- I. centralidade de grau (*degree centrality*), que consiste no número de interações de um ator particular com outros atores da rede e que pode ser ponderada em função do peso de cada tipo de interação (*weighted degree centrality*);
- II. centralidade de proximidade (*closeness centrality*), que consiste no número mínimo de “passos” que um ator deve efetuar na rede para entrar em contato com outros atores (por exemplo, na Figura 7, o número de passos mínimos entre A e D = 2) e pode ser interpretada como uma medida da autonomia ou da independência de um ator;
- III. a centralidade de intermediaridade (*betweenness centrality*), que consiste no controle exercido por um ator sobre as interações entre dois outros.

Tais classificações permitem explorar a natureza hierárquica e as diferenças de status entre as organizações que compõem o sistema estudado (Lazega, 2014). Nesta etapa da análise, são levados em conta recursos materiais (no que se refere ao financiamento), políticos e formais (no que se refere à implementação das iniciativas).

Cumprir observar que esta cartografia de atores e esta análise das interdependências entre membros de uma rede interinstitucional correspondem a ferramentas essencialmente descritivas e exploratórias que são utilizadas de maneira complementar aos métodos qualitativos adotados na pesquisa.

A figura 6, ilustrativa de algumas das principais políticas nacionais com incidência na bacia do Rio São Francisco, resulta possível visualizar que as políticas para comunidades tradicionais (cor marrom) parecem estar mais integradas às políticas de meio ambiente do que das políticas produtivas (pensando os arranjos

institucionais para sua implementação). A figura 9 também evidencia como as políticas agrárias (cor laranja) aparecem mais integradas às políticas sociais (cor amarelo) do que às políticas agrícolas (cor vermelho).

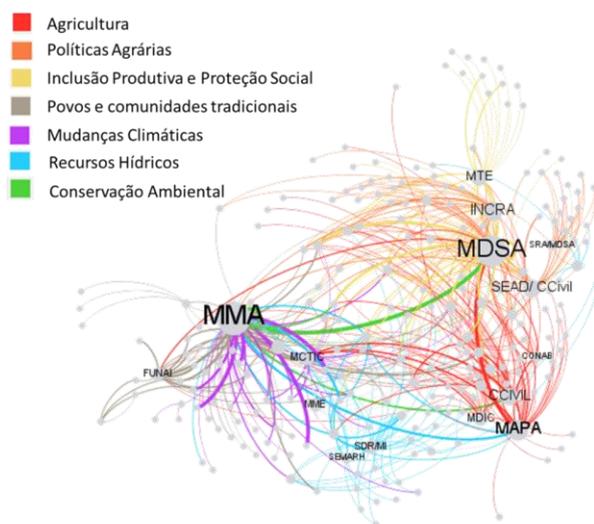


Figura 6 - Políticas Nacionais com incidência na bacia do Rio São Francisco
 Fonte: Sub-rede Desenvolvimento Regional – Rede Clima

O espaço de apropriação da ação pública pelos atores locais é vasto e frequentemente pouco estruturado, o que leva em alguns casos à materialização de clientelismos e outros tipos de poder discricionários (BURSZTYN, 2008; SAYAGO, 2008). Uma análise das interações entre objetivos políticos refere-se à coerência entre jurisdições (Nilsson et al., 2016b). A implementação de instrumentos de políticas públicas leva em consideração tanto as interações entre atores quanto os territórios em que essas interações são forjadas.

Aspectos como as características espaciais e populacionais, os fatores locais de vulnerabilidade e os processos históricos particulares diferenciam as dinâmicas territoriais e os processos de materialização das políticas (MILHORANCE, 2016).

5.3 Compondo o cenário

A governança multinível é particularmente crítica em uma federação descentralizada, onde a gestão dos recursos hídricos está sob responsabilidade dos 27 estados e do Distrito Federal, e enraizada em uma história de democracia participativa, com base em mais de 200 comitês de bacias hidrográficas.

A gestão descentralizada é uma resposta adequada à diversidade de necessidades e condições locais, mas também oferece desafios de coordenação que precisam ser levados em conta quando se buscam soluções para a água “em demasia”, “muito pouca”, ou “muito poluída”.

A alocação da água ganhou impulso no Submedio São Francisco com a escassez de água nos últimos anos. A concorrência entre diferentes usuários (por exemplo, agricultura, indústria e domicílios) demanda mecanismos adequados para o gerenciamento de soluções de compromisso (*trade-offs*), especialmente porque a energia hidrelétrica é a principal fonte de energia no Brasil (87.1% da geração de eletricidade vem de fontes renováveis), no caso específico da região estudada, tendo ao longo do curso do Rio mais de três hidrelétricas (Sobradinho, Paulo Afonso e Três Marias). Enquanto as outorgas de água nos rios federais são concedidas pela Agência Nacional de Águas (ANA), as outorgas para os rios estaduais são emitidas pelos órgãos gestores do estado.

Como as prioridades podem diferir entre as entidades federais, estaduais e de bacia, a pergunta que se coloca é como tornar as decisões desses níveis administrativos mutuamente compatíveis e efetivas.

5.4 A Intersetorialidade como Aspecto-Chave da Governança dos Recursos Hídricos

A partir da identificação de desafios setoriais, a presente dissertação explora a literatura que trata da integração das políticas de recursos hídricos às políticas setoriais e analisa aspectos como a coerência entre os objetivos das ações implementadas, as interações entre os atores que participam do processo de construção e de implementação destas ações e as dinâmicas territoriais que influenciam o processo de implementação.

O desenvolvimento de articulação intrasetorial é peça-chave para o sucesso das políticas e, em muitos casos, o mesmo vale para a articulação intersetorial. As discussões sobre água devem permear as políticas setoriais de forma concreta e articulada.

A bacia hidrográfica do rio São Francisco possui uma série de conflitos surgidos nas últimas décadas, vinculados à geração de energia e a agricultura irrigada (Moraes et al., 2015). Outras demandas existentes na Bacia são a

navegação, pesca e aquicultura, turismo e lazer e a conservação de ecossistemas (CBHSF, 2004). A vulnerabilidade socioambiental local e regional gerada pela pobreza e pelas condições ambientais se encontra exacerbada pelas mudanças climáticas. Problemas nos setores de saúde humana, perdas econômicas vinculadas à agricultura, perda da biodiversidade, degradação de zonas costeiras, degradação dos recursos hídricos, vulnerabilidade urbana, carências energéticas, são alguns dos aspectos diretamente implicados no processo de adaptação.

A integração de políticas públicas permite maximizar os benefícios do investimento governamental e evitar possíveis conflitos. Com relação à efetiva governança em bacias hidrográficas: Uma alternativa para promover a necessária articulação para incrementar a coerência e consistência entre políticas é adotar o recorte territorial de bacias hidrográficas, sempre sobreposto com outras diferentes abordagens territoriais.

A abordagem de bacias, em escalas adequadas, é essencial para muitas das ações, especialmente para a aplicação dos instrumentos de gestão e de integração de políticas. No entanto, o recorte de bacia hidrográfica dificilmente corresponde às divisões político administrativas, o que impõem a necessidade de ferramentas para atuação complementar dos entes envolvidos e para definição dos arranjos e responsáveis pela implementação das ações necessárias.

A capacidade de adaptação influencia diretamente a eficácia das instituições no gerenciamento dos recursos de uso comum, tornando necessário conhecer e atuar sobre os processos que permitem a adaptação das instituições às mudanças. Ainda, a dinâmica da sociedade também molda as instituições. A partir dessas premissas, alguns pontos são propostos como requisitos para a obtenção de um sistema de governança multinível de recursos hídricos adaptado a condições em mudança: (i) informação e conhecimento; (ii) gestão de conflitos; (iii) cumprimento de regras; (iv) presença de infraestrutura e (v) aprendizado e adaptação. A governança em um sistema dinâmico pressupõe, assim, a existência de informações em tempo e em qualidade necessárias para a tomada de decisão.

5.5 A cobrança de água na bacia do Rio São Francisco

Durante a crise hídrica, ocasionada pela estiagem dos últimos anos e do alto consumo de água no perímetro irrigado, foi instituído o dia do rio. Nesse dia, o

bombeamento da água do rio é proibido para qualquer atividade relacionada ao uso do rio. Foi possível perceber entre os entrevistados, especialmente entre os pescadores e pequenos agricultores, uma série de conflitos em relação ao cumprimento das regras estabelecidas pela ANA.

No campo das ações dos atores institucionais foi possível perceber a importância da cobrança do uso da água, através dos mecanismos instituídos pela Política Nacional dos Recursos Hídricos. De acordo com os secretários e agentes públicos entrevistados, todo o trabalho desenvolvido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) só foi possível graças à cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Para esses atores a cobrança viabilizou inúmeras ações e projetos, apoios e eventos. Entre eles, estão a execução de Projetos Hidroambientais, a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, ações de educação ambiental e promoção de conhecimento técnico-científico, e muitas outras realizações que trouxeram mais qualidade de vida para as populações mais vulneráveis as mudanças climáticas.

De acordo com o presidente da Agência Municipal de Meio Ambiente de Petrolina, O CBHSF deu um importante passo para a recuperação da Bacia do Rio São Francisco quando aprovou em 2016 a atualização do Plano de Recursos Hídricos para a Bacia – Período 2016-2025 e, conseqüentemente, a atualização dos valores da cobrança pelo uso das águas do Rio. A partir de então, a cobrança tornou-se mais justa, para ele, quanto melhor o uso dos recursos, menor a cobrança.

O Plano apresentando contém as ações que serão executadas para preservar e revitalizar o Rio São Francisco e a cobrança irá contribuir para financiar essas ações, além de incentivar o uso racional da água. Prevista na Lei 9.433/97 (Lei das Águas) a Cobrança pelo Uso da Água é um dos instrumentos que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos. Possui os seguintes objetivos:

- Obter verba para a recuperação das bacias hidrográficas brasileiras;
- Estimular o investimento em despoluição;
- Dar ao usuário uma sugestão do real valor da água;
- Incentivar a utilização de tecnologias limpas e poupadoras de recursos hídricos.

A cobrança do uso da água é um instrumento fundamental na revitalização do Submédio São Francisco. Não se trata de um imposto. É um valor fixado a partir de um pacto entre o poder público, usuários e sociedade civil, no âmbito do Comitê de Bacia, com o apoio técnico da Agência Nacional das Águas – ANA. Um dos parâmetros para definir os valores é bem simples: quem usa e polui mais os corpos de água, paga mais; quem usa e polui menos, paga menos.

Todos os usuários que utilizam os recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, e que dependam de outorga pelo direito de uso estão sujeitos à cobrança. Quem pagará será o usuário que capta água diretamente de um curso d'água ou que nele lança efluentes.

Os valores a serem pagos foram propostos pelo CBHSF, por meio da deliberação nº 94/2017, e são descritos a seguir (Quadro 5):

Quadro 5 - Valores Atualizados de Cobrança da Água

TIPO DE USO	UNIDADE	VALOR (R\$)
Captação de água	m ³ (captado)	0,012
Consumo de água	m ³ (consumido)	0,024
Lançamento de efluentes	m ³ (indisponibilizado)	0,0012

Fonte: Agência Peixe Vivo

O dinheiro da Cobrança pelo Uso da Água é arrecadado pela ANA e é integralmente repassado ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, através da Agência Peixe Vivo – entidade delegatária do CBHSF. Cabe ao Comitê a condução do processo de seleção dos projetos prioritários, serviços e obras a serem beneficiados com os recursos da Cobrança. Os critérios para essa seleção também são aprovados pelo CBHSF e são essencialmente técnicos e de domínio público, cabendo à Agência Peixe Vivo a fiscalização da execução das ações.

São financiados com os recursos da Cobrança pelo Uso da Água os Projetos de Recuperação Hidroambiental, Planos Municipais de Saneamento Básico e ações que ajudam o CBHSF na gestão do Rio, como, por exemplo, organização de seminários, reuniões, eventos, entre outros.

A desintegração de Políticas Públicas é um fator relevante que dificulta a governança dos recursos hídricos na região do Submedio São Francisco. Os estados (Bahia e Pernambuco) possuem um histórico de competição política e

pouco diálogo. No perímetro urbano de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) essa questão é tratada de forma a normalização a falta de integração e comunicação entre esses atores. Cada cidade discute seus problemas isoladamente, o que se mostra um grande desafio dado que muitas vezes as questões enfrentadas são na verdade problemas comuns. O secretário de Ordenamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável de Petrolina (PE) por exemplo, cita em entrevista a inexistência de fóruns de diálogo e aponta um distanciamento de alguns atores da prefeitura da Câmara Consultiva e do próprio Comitê.

A geração e a disponibilização de informações confiáveis e conhecimento sobre os sistemas naturais e humanos, incorporando as incertezas (existência de cadastros confiáveis e atuais de usuários, utilização de previsão climática, monitoramento, séries hidrológicas longas, entre outros) tornam-se fundamentais nesse processo. Além disso, é preciso criar ou adaptar mecanismos para resolução de potenciais conflitos. Nesse sentido, é imprescindível a existência de regras bem definidas, coerentes com a realidade local, de amplo conhecimento, e com mecanismos que induzam o seu cumprimento, com sanções compatíveis com as violações.

A Câmara consultiva desempenha um importante papel na resolução dos conflitos na Bacia do Rio São Francisco. Podemos citar como exemplo a elaboração de relatórios de controle social. Nos segundo semestre de 2018 o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Juazeiro e a Compesa de Petrolina foram notificados por conta do lançamento de esgoto diretamente no Rio São Francisco, a decisão foi uma das deliberações da reunião ordinário da Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco. A notificação foi fruto do relatório elaborado por uma comissão, criada com o objetivo de acompanhar a situação de saneamento na região.

Nas entrevistas realizadas com atores locais, um dos temas mais discutidos foi a redução da vazão do lago de Sobradinho. Esta ação foi autorizada pela Agência Nacional das Águas - ANA como uma das medidas de enfrentamento a grave crise hídrica enfrentada. Percebe-se ao analisar documentos oficiais do CBHSF que a angústia dos atores locais tinham ressonância na Câmara Consultiva e por consequência na Plenária do Comitê. Nessa ocasião da redução da vazão da usina de Sobradinho, o Comitê lançou nota de repúdio apontando que haveriam

“consideráveis impactos ao meio ambiente e aos usuários e populações, sobretudo do Submédio e do Baixo São Francisco”.

A redução das vazões é resultado de uma demanda apresentada pelo setor elétrico, através do Operador Nacional de Sistema – NOS. De acordo com posicionamento oficial da Câmara Consultiva do Submédio São Francisco, a ANA não levou em conta os prejuízos que essa medida causa aos demais usos que é feito da água, como por exemplo o abastecimento da população e a pequena irrigação. Para Carlos Eduardo, um dos representantes da sociedade civil no CBHSF esta decisão "ocorre sem que tenha tido uma negociação com a população na questão de se cobrir os impactos na vida das pessoas".

No período de 2007/2008 a ANA também autorizou a redução da vazão do reservatório de Sobradinho, conforme denunciaram os membros do Comitê em uma das reuniões da CCR. "Quem paga a conta? A Chesf diz que não é ela", questiona Carlos Eduardo, um dos representantes no Comitê. O presidente da Associação dos Barqueiros da Ilha do Rodeadouro, Israel Barreto, externou sua preocupação, temendo que a baixa do Rio possa comprometer a navegabilidade no acesso à Ilha que fica situada em áreas dos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

Além deste assunto, pescadores, educadores/as, militantes sociais e outros membros da Câmara Consultiva, chamaram atenção para os diversos impactos que o Velho Chico vem sofrendo. O lançamento de esgotos urbanos diretamente no rio, o uso desordenado da água para irrigação e outros projetos voltados para o agronegócio, a morte dos afluentes, e os futuros projetos de retiradas de água são alguns elementos que preocupam hoje os ribeirinhos.

O Brasil alcançou progressos notáveis na gestão dos recursos hídricos desde a adoção da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos em 1997 e criação da ANA, em 2000. Essas conquistas definiram as bases de uma governança multinível, integrada e localizada dos recursos hídricos, em contraste com o modelo de desenvolvimento centralizado e tecnocrático do regime militar. Mesmo assim, a reforma* do setor de recursos hídricos ainda não colheu plenamente os benefícios econômicos, sociais e ambientais esperados. As lacunas de governança multinível examinadas com base no Arcabouço de Governança Multinível da OCDE ainda dificultam a implementação efetiva da gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Os diversos planos de recursos hídricos em níveis nacional, estadual, local e de bacia são mal coordenados e não chegam a ser colocados em prática, por falta

de financiamento ou limitada capacidade de acompanhamento e execução. Por exemplo, eles não estabelecem prioridades ou critérios claros para definir os recursos hídricos disponíveis e orientar as decisões de alocação para o desenvolvimento da energia hidrelétrica, extensão da irrigação e uso doméstico, entre outros.

A incompatibilidade entre as fronteiras administrativas municipais, estaduais e federais e os limites hidrológicos levanta a questão da escala funcional adequada. Por exemplo, é difícil aplicar normas de qualidade da água e regras de captação nos locais onde dois ou mais órgãos de gestão dos recursos hídricos são responsáveis por trechos diferentes de um rio.

O isolamento setorial dos ministérios e órgãos públicos ainda dificulta a coerência política entre os setores de recursos hídricos, agricultura, energia, licenciamento ambiental, saneamento e uso do solo. O fato de que os municípios estão em geral ausentes dos comitês de bacias hidrográficas e que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos não cumpre plenamente o seu papel são fatores que reforçam essa situação.

Onde existem, as cobranças pelo uso da água são baixas e raramente se baseiam em estudos de acessibilidade ou em avaliação de impacto; essas cobranças são consideradas finanças públicas e, portanto, estão sujeitas às regras e procedimentos rígidos de gastos, muitas vezes onerosos para os estados. Isso impede o seu uso como instrumento de política de promoção do uso racional dos recursos hídricos e de indicação da escassez.

A disponibilidade de dados e informações sobre recursos hídricos acessíveis e de boa qualidade varia entre os estados, prejudicando a efetiva tomada de decisão em termos de quem recebe água, onde e quando. Os comitês de bacias hidrográficas possuem poderes deliberativos fortes, mas têm limitada capacidade de implementação. Em muitos casos, eles essencialmente desempenham um papel de defensores, enquanto que na maioria dos países o seu papel é construir o consenso sobre as prioridades e o planejamento para orientar a tomada de decisões.

A gestão dos recursos hídricos no Brasil passou por reformas ambiciosas e com visão de futuro que a moldaram em direção à descentralização, participação e integração. A Política Nacional de Recursos Hídricos de 1997 promulgou os princípios e diretrizes básicos, e a criação da ANA, em 2000, marcou o surgimento

de uma instituição altamente qualificada e estável para conduzir o processo de reforma.

A descentralização para os estados e comitês de bacias hidrográficas estabeleceu uma abordagem multinível e por áreas críticas, muito alinhada com o desejo da sociedade de aumentar a tomada de decisão baseada na instância local e de “baixo para cima” na sequência da transição democrática. No entanto, a reforma da gestão dos recursos hídricos não está completa; existem ainda muitas lacunas de governança que precisam ser corrigidas.

As difíceis negociações e articulações do final da década de 1990, sobre o planejamento das bacias hidrográficas, a cobrança pelo uso da água, a gestão dos seus múltiplos usos e a participação dos usuários e da sociedade civil tiveram sérias implicações na política atual. A efetividade de implementação nessas áreas é irregular, e a interface entre a água e outras áreas de política pública não é gerida adequadamente.

O Brasil é um país de enorme diversidade, não só em termos de características hidrográficas e níveis de desenvolvimento econômico, mas também em termos de capacidade das instituições, entre outros. Tal diversidade entre os estados explica por que não pode haver uma avaliação ou resposta do tipo “solução única”. Além disso, o país enfrenta atualmente uma severa crise hídrica e um momento de intenso questionamento sobre o que funcionou e o que não funcionou adequadamente e o que deve ser melhorado.

As providências em curso (por exemplo o Plano Nacional de Segurança Hídrica e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança Climática) criam oportunidades para fortalecer a resiliência e se preparar para o futuro. Três mudanças importantes no debate público podem dar apoio a uma melhor governança dos recursos hídricos. Em primeiro lugar, está o papel crucial dos estados na gestão dos recursos hídricos. A governança em uma bacia hidrográfica dificilmente ocorrerá sem o fortalecimento dos estados; bem como a gestão federal integrada dos recursos hídricos não poderá ser alcançada sem uma gestão estadual integrada da água. Em segundo lugar, está o fato de que o engajamento das partes interessadas e a mobilização social generalizada não devem excluir os sólidos conhecimentos técnicos e o exercício da autoridade pública. Em terceiro lugar, o reconhecimento de que abordagens de “baixo para cima” precisam ser complementadas por um processo de “cima para

baixo”, para garantir o cumprimento das metas nacionais e dos objetivos a longo prazo.

5.6 Um cenário fragmentado

A formulação e a implementação da política de recursos hídricos no Brasil são altamente fragmentadas, devido às lacunas de governança e aos desafios de coordenação relacionados.

Há muitos planos de recursos hídricos elaborados, mas eles são, em geral, mal coordenados e de fraca efetividade na prática, devido à falta de capacidade tanto de implementação quanto de financiamento. Como resultado, os planos não passam de “tigres de papel” ou promessas a serem cumpridas por outros. O Plano Nacional de Recursos Hídricos é muito amplo para ser capaz de definir prioridades específicas e não consegue se ligar a uma estratégia de desenvolvimento ou coordenar a tomada de decisões.

O descompasso entre os limites administrativos (municipal, estadual e federal) e os limites hidrológicos (comitês de bacias hidrográficas) leva a uma “matriz dupla”, que precisa ser conciliada, e que é agravada pelo duplo domínio e pela jurisdição compartilhada sobre os rios estaduais/federais.

As abordagens isoladas presentes entre os ministérios relacionados à temática da água prejudicam a coerência política nos diferentes níveis. Em particular, a fraca coordenação entre as políticas de recursos hídricos, de uso do solo, de saneamento, de meio ambiente e de desenvolvimento econômico é prejudicial para a política de recursos hídricos. O fato de que os municípios estão em geral ausentes de estruturas participativas é um fator agravante.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos não tem desempenhado plenamente o seu papel de coordenação intersetorial. O nível de representação dos ministérios não é suficiente, o que enfraquece sua influência no processo de tomada de decisões e nas orientações estratégicas. Devido à natureza técnica do seu trabalho, o Conselho tem agido frequentemente como uma câmara de registro, em vez de servir como uma plataforma consultiva de peso para orientar a ação pública.

Quando existem, as tarifas da cobrança pelo uso da água são baixas, assim como os valores coletados. Os recursos arrecadados se acumulam sem utilização visível, o que é desanimador para os usuários cobrados e para os comitês de bacias

hidrográficas em geral. As receitas oriundas das hidrelétricas são compartilhadas por várias organizações e geralmente não são especificamente destinadas para o setor de recursos hídricos. A priorização em concordância com as necessidades federais, estaduais e de bacias é baixa.

As capacidades dos estados são em geral mais limitadas em termos de pessoal, financiamento, participação e compromisso político e o país está em um emaranhado de muitos comitês de bacias hidrográficas resultando em baixa implementação.

A imagem de “abundância de água” no Brasil, como já mencionado, gera uma lacuna de conscientização, que prejudica a capacidade das autoridades responsáveis para enfrentar as questões hídricas prementes. Políticos e cidadãos estão atentos para as consequências da “má” gestão da água, mas tendem a considerar a questão do ponto de vista meramente setorial.

A qualidade e o acesso aos dados e informações hidrológicos, econômicos e financeiros variam entre os estados no Brasil, bem como a sua capacidade de monitorar o uso de água e de fazer cumprir as políticas. O papel-chave da Câmara Consultiva deve ser complementado pelo de outros atores interessados, para desenvolver responsáveis pela água em nível federal e ferramentas adicionais para alimentar um sistema nacional de suporte às decisões. Passos à frente para fortalecer a governança da água

O Brasil tem os ingredientes para um sistema de governança da água à prova de futuro, inclusive um enorme potencial em termos de inovação e qualificação, uma grande e rica experiência, e um impulso para seguir em frente.

A Câmara Consultiva pode servir de ponto de encontro entre as políticas e as tendências de abordagem (“de cima para baixo” e “de baixo para cima”), bem como de elo abrangente entre a descentralização baseada na subsidiariedade (estados e municípios) e na solidariedade (bacias hidrográficas). Para contornar o desafio do duplo domínio, pelo qual as competências sobre os rios federais e estaduais são alocadas a diferentes níveis de governo.

O termo alocação da água é usado para descrever os processos e mecanismos envolvidos no compartilhamento de recursos hídricos entre diferentes usuários de água. Isso inclui o estabelecimento de planos de recursos hídricos que definam a disponibilidade de água, e a concessão de outorgas de uso da água para os usuários individuais. Inclui a alocação dos recursos hídricos a longo prazo, bem

como os ajustes sazonais ao volume de água disponível para diferentes usuários, e a alocação das águas superficiais e subterrâneas.

Uma questão emergente a adoção de uma abordagem sistemática para alocação da água é relativamente nova no Brasil, mas alguns elementos-chave de um regime de alocação bem projetado estão implementados. Aqui se incluem: planos de recursos hídricos em níveis federal, interestadual, estadual (concluídos em 18 dos 27 estados brasileiros), de bacias hidrográficas ou em nível de unidades de gerenciamento (100); o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH); e o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), que permite o registro, o armazenamento e a recuperação de informações relevantes para a gestão dos recursos hídricos.

Embora se reconheça a diversidade de contextos e arranjos em todo o país, diversas deficiências precisam ser sanadas para que a água contribua efetivamente para os objetivos mais amplos da política. A não resolução dessas dificuldades pode resultar em novos conflitos pela água e limitar o potencial da alocação dos recursos hídricos em contribuir para os objetivos de desenvolvimento, econômicos e outros.

Os planos de recursos hídricos não definem as prioridades ou os critérios para orientar as decisões de alocação. Além disso, esses planos em geral não levam em consideração os eventos cíclicos, como as secas, carecendo, portanto, de clareza em termos de prioridade para o uso da água em tempos de crise. Parte significativa do planejamento setorial ocorre isoladamente (por exemplo o desenvolvimento da energia hidrelétrica, a expansão da irrigação), frequentemente desconectado do processo de planejamento dos recursos hídricos.

A responsabilidade por muitas das decisões sobre a alocação é atribuição de comitês de bacias hidrográficas ou de órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, entidades cujas prioridades de alocação da água podem diferir daquelas do nível nacional. Tensões potenciais entre as prioridades federais e estaduais são exacerbadas pelos desafios relacionados ao “duplo domínio” sobre a gestão da água, e pelas inconsistências na abordagem da alocação em fontes conectadas hidrologicamente.

A implementação da política de alocação da água continua a ser a exceção, e não a regra. Essas deficiências prejudicam a capacidade da gestão dos recursos hídricos no Brasil de atingir um equilíbrio entre obrigações concorrentes. O processo utilizado ajuda a aumentar a conscientização sobre o impacto de uma frágil

governança financeira e dos riscos e usos da água. Como tal, é um poderoso mecanismo de construção de capacidades.

6. REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho de dissertação, a partir dos achados e compreensões adquiridas, sugere as seguintes ações para superar as lacunas de governança e fortalecer a integração e a coordenação:

- Aumentar a visibilidade do setor de recursos hídricos na agenda política nacional como uma prioridade estratégica, com benefícios econômicos, sociais e ambientais mais amplos promover o poder, a influência e a efetividade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e dos conselhos estaduais de recursos hídricos em orientar as decisões estratégicas no mais alto nível;

- Fortalecer e reformular as instituições de bacias para tornar o engajamento dos agentes envolvidos mais e efetivo e orientado para resultados;

- Promover uma maior coordenação do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Cidadania, Ministério da Economia e seus equivalentes em nível estadual;

- Fortalecer a capacidade técnica e financeira das instituições estaduais, por meio de mecanismos de empoderamento, e aumentar a implementação da cobrança pelo uso da água como instrumento de política, onde relevante e necessária;

- Fomentar uma cultura de continuidade nas políticas públicas estaduais com uma visão de longo prazo apoiada politicamente, um recrutamento mais qualificado dos profissionais que trabalham com recursos hídricos, bem como mandatos baseados em estratégias consensuais de médio e longo prazo, aperfeiçoar a troca de experiências, comunicação e aprendizado em rede em todos os níveis, para extrair lições das histórias de sucesso e dos desafios comum.

É importante que nos Planos de recursos hídricos existam mecanismo que identifiquem as prioridades e orientem as decisões de alocação. Ao mesmo tempo, os planos devem fornecer a flexibilidade para dar suporte à utilização dos reservatórios para usos múltiplos, se esse for caso.

O Comitê precisa criar padrões consistentes para a emissão e definição das outorgas de água, baseados em revisão minuciosa das práticas existentes. Esses

padrões devem ser elaborados com o objetivo de identificar oportunidades de aumentar a flexibilidade para os usuários de água; outorgas coletivas podem ajudar.

A Câmara Consultiva precisa criar um ambiente favorável à utilização de Instrumentos econômicos que combinem eficiência e flexibilidade. Há uma variedade de opções (essencialmente instrumentos de preços), que podem facilitar a redistribuição da água entre os usuários de água. Um terceiro conjunto de medidas especifica os arranjos de governança necessários para assegurar a eficiência da alocação: a execução (fazer cumprir) e o monitoramento, como características centrais de um sistema de alocação com bom funcionamento; arranjos institucionais que possam fortalecer a capacidade dos agentes estaduais para elaborar planos e definir prioridades, que apoiem um melhor alinhamento das prioridades e práticas federais e estaduais (inclusive para a gestão dos rios federais) e informação, capacitação e engajamento com os usuários de água.

Reforçar a coordenação intersetorial para maior coerência e consistência política, fortalecer a capacidade das instituições de nível estadual em termos de pessoal, financiamento, acompanhamento e execução, a efetividade das instituições em nível de bacia para o engajamento dos atores interessados voltado a resultados e à plena implementação dos planos de bacias hidrográficas. Além de incentivar a adoção de mecanismos de preços, incluindo cobranças pelo uso da água, para refletir os custos de oportunidade dos usos alternativos dos recursos hídricos.

Promover a continuidade e a imparcialidade da política pública para uma visão de longo prazo direcionada à gestão sustentável dos recursos hídricos, a transparência e o compartilhamento regular de informações para criar mais confiança. Além de sensibilizar as partes interessadas sobre os riscos futuros e promover maior interação com os municípios em fóruns consultivos e deliberativos.

Adotar uma abordagem consistente para definir o volume de recursos hídricos disponível para maximizar os benefícios, e facilitar a realocação, quando apropriado, para incentivar a eficiência hídrica, elaborar planos de recursos hídricos que orientem as decisões de alocação da água, e fazer o melhor uso de uma variedade de instrumentos econômicos para apoiar a sua implementação. E por último, ampliar as oportunidades de compartilhamento de experiência entre os estados e as bacias para promover a aprendizagem através do diálogo entre pares.

6.1 Perspectivas para pesquisas futuras

Existem demandas, campo e espaço institucional para avançar na pesquisa sobre governança de recursos hídricos para adaptação às mudanças climáticas no Brasil, em seus vários aspectos. A Rede Clima, estabelecida em 2007 pelo Governo Federal tem vários subtemas, dentre os quais o de Cidades e já contribuiu para gerar estudos relacionados principalmente a vulnerabilidade e adaptação, megacidades, da literatura, respaldada na comunidade acadêmica, que inclui estudos e publicações sobre temas urbanos. Entretanto, notam-se lacunas na sistematização de informações sobre a ação climática de governos locais, sobretudo devido à falta de dados quantitativos confiáveis produzidos no âmbito das cidades.

À medida que os atores locais, em especiais os órgãos governamentais, se tornam melhor capacitadas, haverá séries históricas de dados mais confiáveis, que permitam melhor analisar o desempenho de sua ação climática. Ao mesmo tempo, a atuação em rede, tanto nacional quanto internacionalmente possibilitará a disseminação das práticas e conceitos para outras regiões do país.

Uma abordagem multidisciplinar da governança dos recursos hídricos para adaptação às mudanças do clima no Brasil deve favorecer o surgimento de novas frentes de pesquisa e estimular o processo de sistematização de informações relevantes à compreensão do regime de mudanças climáticas com a participação de atores não estatais, sobretudo das cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Naeara & KECK, Margaret E. **Representando a Diversidade: Estado, Sociedade e “Relações Fecundas” nos Conselhos Gestores**. In: Caderno

CRH, vol. 21, nº 52. On-line version ISSN 1983-8239. Salvador, 2008.

ABERS, Rebecca Naeara. **Água e Política. Atores, Instituições e Poder nos Organismos Colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil**. Ed. Annablume. São Paulo, 2010

ABRUCIO, F. L.; SANO, H. **Associativismo Intergovernamental: experiências brasileiras**. Brasília: IABS, 2013.

ADELLE, C.; RUSSEL, D. Climate Policy Integration: a Case of Déjà Vu?. **Environmental Policy And Governance**, [s.l.], v. 23, n. 1, p.1-12, jan. 2013. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/eet.1601>. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/eet.1601>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **A evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil**. Brasília: ANA, 2002. 64p.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Cuidando das águas: soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos**. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Brasília: ANA, 2011. Disponível em: Acesso em: 14 abr. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos**, 2016

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas hidrológico**, 2016.

ARRETCHE, M. T. S. **Mitos da Descentralização**: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. RBCS, n. 31, p. 44 – 66, 1996.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008. 288 p.

BETSILL, M.; BULKELEY, H. **Cities and the Multilevel Governance of Global Change**. Global Governance, v. 12, n. 2, p. 141-159, 2006.

BIERMANN, F.; PATTBERG, P. **Global Environmental**. Governance Reconsidered. Cambridge, MA: The MIT Press, 2012.

BLAIR, H. **Participation and Accountability at the Periphery**: democratic local governance in six countries. World Development, v. 28, n.1, p. 21-39, 2000.

BLANCHARD, A; HORAN, T. Virtual Communities and Social Capital. **Social Science Computer Review**, Califórnia, v. 16, n. 3, p.293-307, out. 1998. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/089443939801600306>. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/089443939801600306?journalCode=ssce>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BONAFONT, Laura Chaqués. **Redes de Políticas Públicas**, Colección Monografías, nº 206. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2004.

BORZEL, T.A. **Organizing Babylon**: On the Different Conceptions of Policy Networks. Public Administration. 1998, 76, 253-273.

BRASIL. Lei 12.187, de 29 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>. Acesso em: 19 mai. 2019

BRASIL. Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art.

1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRITTO, J. (2002). **Cooperação Interindustrial e Redes de Empresas**. In: D. Kupfer, & L.

CALMON, P; COSTA, A. **Texto para Discussão: Redes e Governança das Políticas Públicas**. Centro de Estudos Avançados de Governo e de Administração Pública (CEAG/UnB), 2013.

COSTA, M. P.; NEVES, M. J. M. **Diálogos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Desafios para a Gestão da Água e do Saneamento no Brasil**. 2017

D'SEP, C. **Água juridicamente sustentável**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DIAS, R. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em: 04/06/2019.

DOWBOR, L. **Información para la ciudadanía y el desarrollo sustentable**. Nueva Sociedad, Caracas, Venezuela, p.125-144, 2005.

FONTES, B. A. S. et al. **Gestão local no nordeste do Brasil: a busca de novos paradigmas**. In: FISCHER, T et al. *Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. **Da Fala do Outro ao Texto Negociado: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa**. Revista Paidéia, v. 14, n. 28, 2004.

FREY, K. **Desenvolvimento sustentável local na emergente sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação na formação de redes comunitárias**. Revista de Sociologia e Política, no.21, Mar 2019, p.165-185;

disponível online: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a11n21.pdf>FUNK, K. Information networking as an instrument of sustainable development. *Social Science Computer Review*, v.17, nº 1, spring 1999, p.107-114

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GODET, M. **A caixa de ferramentas da prospectiva estratégica**. CEPES – Centro de Estudos de Prospectiva e Estratégia. P.97, Lisboa Portugal. 2000.

GONÇALVES, A. O Conceito de governança. 2012. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>>. Acesso em:10 jun. 2019.

GOSS, S. **Making local governance work: networks, relationships, and the management of change**. Houndmills: Palgrave, 2001

GOVERNMENTS. **Roadmap for localizing the sdgs: implementation and monitoring at subnational level**. 2016.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 6, p. 1360-1380, 1973.

HASENCLEVER, **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil** (pp. 345-388). Rio de Janeiro: Editora Campus.

HEALEY, P. Transforming governance: Challenges of institutional adaptation and a new politics of space. **European Planning Studies**, v. 14, n. 3, p. 299 – 320, 2006.

HILL, M; HUPE, P. **Implementing public policy**. London: Sage, 2002.

HOLLING, C.S. **Engineering resilience vs. ecological resilience**. In *Engineering Within Ecological Constraints*, ed. PC, Schulze, p. 31–43. Washington, DC: Natl, 1996.

Holling, C.S; Meffe, G. K. (1996) Command and Control and the Pathology of Natural Resource Management, *Conservation Biology*, 2 (10), 328-337

HOORNWEG, D. et al. **Cities and Climate Change**: responding to an urgent agenda. Washington: The World Bank, 2011. 306 p. (Urban Development series)
 IPCC, 2011: Summary for Policymakers. In: IPCC **Special Report on Renewable Energy Sources and Climate Change Mitigation** [O. Edenhofer, R. Pichs-Madruga,

Y. Sokona, K. Seyboth, P. Matschoss, S. Kadner, T. Zwickel, P. Eickemeier, G. Hansen, S. Schlömer, C. von Stechow (eds)], Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.

IPCC. Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability. **Summary for Policymakers**. WG II. IPCC, Geneva, 2014.

JACOBI, P. R. Aprendizagem social, desenvolvimento de plataformas de múltiplos atores e governanças da água no Brasil. **Interthesis**, Florianópolis, v. 7, p.69-95, jul. 2010. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
<http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384>. Disponível em:
 <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/18071384.2010v7n1p69/13138>>. Acesso em: 08 jun. 2019

JACOBI, P. R. Governança da Água no Brasil. In: RIBEIRO, W. C. (Ed.). **Governança da Água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume, 2009.

JACOBI; SINISGALLI, P. A. de A. **Governança ambiental e economia verde**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1469-1478, 2012.

KENIS, P.; SCHNEIDER, V. **Policy networks and policy analysis**: scrutinizing a new analytical tool. In: MARIN, B; MAYNTZ, R (orgs.). *Policy networks: empirical evidence and theoretical considerations*. Frankfurt am Main: Campus; Boulder, Colorado: Westview Pres, 1991, p.25-59

KNOPP, G. Governança social, território e desenvolvimento. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 4, n. 8, p. 53-74, 2011.

KOOIMAN, J. **Modern governance: new government-society interactions**. Newbury Park, Calif.: Sage, 1993.

KOOIMAN, Jan. Governar en Governance. In: **La Gobernanza hoy: 10 textos de referencia**. 57-81. LIN, Nan. Building a Network Theory of Social Capital. In: Connections 22. INSNA. 1999.

KUMLER, L. M.; AND M. C. LEMOS. Managing waters of the Paraíba do Sul river basin, Brazil: a case study in institutional change and social learning. **Ecology and Society**. Volume 13. Número 2. 2008

LAUTZE, J. et al. Putting the cart before the horse: Water governance and IWRM. **Natural Resources Fórum**, v. 35, n. 1, p. 1-8, 2011.

LEMONS, M.; AGRAWAL, A. **Environmental governance**. Annual Review of Environment and Resources, v. 31, p. 297–325, 2006.

LIMA, A. J. R. **Governança dos recursos hídricos: proposta de indicador para acompanhar sua implementação**. São Paulo: WWFBrazil; FGV, 2014.

LINDOSO, D.; RODRIGUES FILHO, S. **Vulnerabilidade e adaptação: bases teóricas e conceituais da pesquisa**. In: BURSZTYN, M.; FILHO, S. R. (Eds.). O clima em transe: vulnerabilidade e adaptação da agricultura familiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

LOIOLA, Elisabeth e MOURA, Suzana. **Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais**. In: Tânia Fisher (org.). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais, Rio de Janeiro: FGV, 1997, 53-68

MALOUTAS, T.; MALOUTA, M. P. **The glas menagerie of urban governance and social cohesion: concepts and stakes/ concepts as stakes**. International Journal of Urban and Regional Research, v.28.2, Junho, 2004, p.449-465

MARENGO, J. A. et al. The Drought of Amazonia in 2005. **J. Climate**, v. 21, p. 495–516, 2008.

MARENGO, J. A; ALVES, L. M. Tendências hidrológicas da Bacia do Rio Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de Meteorologia**, Volume 20, Número 2, 2005. ORGANIZAÇÃO DAS

MARKS, G. Structural Policy in the European Community. In: **A Sbragia Euro-politics, Institutions and Policymaking** in the "New" European Community. Washington, DC: The Brookings Institution, 1992. p. 191-225.

MARQUES, E. C. **Redes sociais e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2003

MARTINS, H. **Uma teoria da fragmentação de políticas públicas: desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública**. Tese apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para a obtenção do grau de doutor em administração. Brasil, 2003.

MCGUIRE, M. (2002). **Managing Networks: Propositions on What Managers Do and Why They Do It**. *Public Administration Review*, 62:5, 599-609.

MMA. GEO Brasil: **Recursos Hídricos. Brasília**: Ministério do Meio Ambiente; Agência Nacional de Águas; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2017**. UNESCO. World Water Assessment Programme. 2017.

OCDE. Governança dos **Recursos Hídricos no Brasil**, OECD Publishing, Paris, 2015.

OCDE. **WateGovernance in OECD Countries: A Multi-level Approach. OECD Studies on Water**, OECD Publishing, Paris, 2011. ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OECD. **The Polluter-Pays Principle. Paris:** Organization for Economic Co-operation and Development, 1972

ONS – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; FAHMA; DREER. Estimativa das Organização das Nações Unidas (ONU) – Governance and Sustainable Development Policies. In: **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20**. Rio de Janeiro, 2012

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge University Press, UK, 1990.

PEREIRA, M. Desafios contemporâneos do ordenamento do território: para uma governabilidade inteligente do(s) território(s). **Prospectiva e Planeamento**, Lisboa, n. 16, p. 77-102, 2009.

PERSSON, Å. **Environmental Policy Integration: An Introduction**. Policy Integration for Sustainability (PINTS). Stockholm: Stockholm Environment Institute (SEI), 2004.

PORTES, Alejandro. **Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology**. New Jersey: Princeton. 1998

POWELL, W. W., & SMITH-DOERR, L. (1994). **Networks and Economic Life**. In: N. Smelser, & R. Swedberg, *The Handbook of Economic Sociology* (pp. 368-402). Princeton: Princeton University Press. SINISGALLI, P. A. de A. Governança ambiental e economia verde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1469-1478, 2012.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas Públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e rede de políticas públicas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

RASUL, G.; SHARMA, B. The nexus approach to water–energy–food security: an option for adaptation to climate change. **Climate Policy**, v. 16, n. 6, p. 682–702, 2016.

RHODES, R. A. W. **Understanding governance: policy networks, governance, reflexivity and accountability**. Milton Keynes: Open University Press, 1997.

RIBEIRO, W. (Org.). **Governança da Água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume, 2009. 379 p

RICHARDS, D.; SMITH, M. J. **Governance and public policy in the United Kingdom**. New York: Oxford University Press, 2002.

ROBINSON, M. **Does Decentralisation Improve Equity and Efficiency in Public Service Delivery Provision?** IDS Bulletin, v. 38, Issue 1, p. 7–17, 2007.

RODRIGUEZ, F. A.; HOLTZ, G. P. Subprojeto 4.5. A – **Diagnóstico analítico da bacia e sua zona costeira**. In: ANA; GEF; PNUMA; OEA. Projeto gerenciamento integrado das atividades desenvolvidas em terra na bacia do São Francisco. Viçosa, 2003. 190p. Relatório Final.

SANDSTROM, A.; CARLSSON, L. The Performance of Policy Networks: the relation between network structure and network performance. **The Police Studies Journal**. Reino Unido, Não é um mês valido! 2008. p. 497-524.

SANTOS, M. H. C. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997.

SCHROEDER, F.A.; CASTELLO, J. P. **Cardume Associado: Nova Modalidade de pesca de atuns no sul do Brasil – descrição e comparação**. Pan-American Journal of Aquatic Sciences, v. 2, n.1, p. 66-74 p, 2007.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p.347-369, abr. 2009.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2019

SENA, A. et al. **Medindo o invisível**: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 3, 2016.

SETZER, J. **Subnational and transnational climate change governance: Evidence** from the state and city of São Paulo, Brazil. Fifth Urban Research Symposium, 2009. Disponível em: Smit, B.; Wandel, J. (2006) Adaptive capacity and vulnerability, *Global Environmental Change*, 16, 282-292.

STEPHENSON, P. Twenty years of multi-level governance: Where Does It Come From? What Is It? Where Is It Going? *Journal of European Public Policy*, v. 20, n. 6, p. 817-837, 2013.

STERN, N. **Aspectos Econômicos das Mudanças Climáticas** – Sumário Executivo. 2006.

TAYLOR, M. **Public policy in the community**. New York: Palgrave Macmillan, 2003

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**: Limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez Editora. 2001

TORTAJADA, C. **Water Governance**: some critical issues. *International Journal of Water Resources Development*. Volume 26. Número 2. Pgs 297-307. 2010

VAN DER LEEUW, S.; ASCHAN-LEYGONIE, C. **A long-term perspective on resilience in socio-natural systems**. Workshop: System shocks - system resilience. Sweden, 2002.

WORLD BANK. World Development Report 1992: **Development and the Environment**. New York: Oxford University Press, 1992.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Traduzido por Daniel Grassi.
2.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS

As perguntas abaixo constituem um roteiro enxuto e amplo para guiar a entrevista. Assim, mais importante que as reproduzir literalmente, é compreender o objetivo subjacente (descrito a seguir) e, a partir dessa compreensão, explorar as perguntas e as respostas nesse intuito.

A ida a campo após a longa estiagem iniciada em 2012 fornece uma oportunidade científica rara de observar *in loco* os impactos e as respostas a um desastre natural que tende se tornar mais frequente e intenso nas próximas décadas. Assim, o roteiro é construído a partir da lógica impacto e resposta, perpassando cada uma das dimensões relevantes à segurança socioambiental: água, energia, alimento, trabalho, transporte, renda, moradia, ambiente. Caberá ao entrevistador a flexibilidade de adaptar o vocabulário e provocar, durante a entrevista, os pontos importantes, sem conduzir ou enviesar o tipo de resposta. Caberá à equipe, por sua vez, durante a fase de análise, interpretar as respostas dentro do arcabouço da vulnerabilidade.

Cabe destacar que uma versão semelhante de perguntas foi testada e amadurecida depois de entrevistas com mais de 30 atores durante as oficinas do MacroZEE da Bacia do São Francisco, realizada em setembro de 2017, no Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

Roteiro

1. Sobre o vetor de exposição

- a) Quando começou e quanto tempo durou a última estiagem na região?
- b) O senhor/ a senhora já havia vivido uma estiagem semelhante a essa? Se sim, quando?

2. Sobre impactos e respostas (sensibilidades, capacidade adaptativa e adaptação)

- a) Com a estiagem, quais mudanças o senhor/a senhora observou em cada uma das seguintes dimensões (ver quadro abaixo):
- b) E para cada um desses aspectos, que tipo de medidas/ações/iniciativas foram tomadas para diminuir as perdas ou lidar com os impactos (ver quadro abaixo):

Aspectos	Mudanças	Respostas (medidas/ações/iniciativas/políticas)
Água		

Alimento		
Trabalho Remunerado		
Trabalho Doméstico		
Renda		
Família		

Transporte		
Energia		
Moradia		
Migração e mobilidade		
Ambiente		

--	--	--

2c) O senhor/senhora reconhece contradições entre essas ações/medidas/iniciativas? Quais?

3. Para a categoria que o senhor/senhora representa, como a estiagem afetou as atividades e o que foi possível fazer para diminuir as perdas e lidar com os prejuízos?

4. Como as decisões do seu grupo são tomadas?

5. Há algo mais que o senhor/senhora gostaria de acrescentar e que nós não perguntamos ou você não mencionou ao longo da conversa³. Para a categoria que o senhor/senhora representa, como a estiagem afetou as atividades e o que foi possível fazer para diminuir as perdas e lidar com os prejuízos?

4. Como as decisões do seu grupo são tomadas?

5. Há algo mais que o senhor/senhora gostaria de acrescentar e que nós não perguntamos ou você não mencionou ao longo da conversa

APÊNDICE B – LISTA DE MUNICÍPIOS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

Bahia

Abaré

Campo Formoso

Chorrochó

Curaçá

Glória

Jacobina

Jaguarari

Jeremoabo

João Dourado

Juazeiro

Macururé

Miguel Calmon

Mirangaba

Morro do Chapéu

Ourolândia

Paulo Afonso

Pedro Alexandre

Rodelas

Santa Brígida

Sento Sé
Sobradinho
Uauá
Umburanas
Várzea Nova

Pernambuco

Afogados da Ingazeira
Afrânio
Águas Belas
Alagoinha
Araripina
Arcoverde
Belém de São Francisco
Betânia
Bodocó
Bom Conselho
Brejinho
Buíque
Cabrobó
Caetés
Calumbi
Carnaíba
Carnaubeira da Penha
Cedro
Custódia
Dormentes
Exu
Flores F
Ioresta
Granito
Iati
Ibimirim
Igaraci
Inajá
Ingazeira
Ipubi

Itacuruba
Itaíba
Itapetim
Jatobá
Lagoa Grande
Manari
Mirandiba
Orocó
Ouricuri
Paranatama
Parnamirim
Pedra
Pesqueira
Petrolândia
Petrolina
Quixabá
Salgueiro
Saloá
Santa Cruz
Santa Cruz da Baixa Verde
Santa Filomena
Santa Maria da Boa Vista
Santa Terezinha São José do Belmonte
São José do Egito
Serra Talhada
Serrita
Sertânia
Moreilândia
Solidão
Tabira
Tacaratu
Terra Nova
Trindade
Triunfo
Tupanatinga
Tuparetama
Venturosa

Verdejante

APÊNDICE C – ATORES RELEVANTES

Organizações	Sigla	Esfera	Nível de atuação	Região
Agência Nacional de Águas	ANA	Público	Federal	Brasília
Agência Nacional de Águas	ANA	Público	Nacional	Brasília-DF
Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	ANATER	Público	Nacional	Brasília
Agência Nacional de Energia Elétrica	ANEEL	Público	Federal	Brasília
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	ANVISA	Público	Nacional	Brasília
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	ANP	Público	Nacional	Brasília
ASSOC. COMUNITÁRIA INDÍGENA FOWA PYPNY-SO	ACI Fowa Pypny-SO	Associação	Local	Águas Belas-PE
Associação de Desenvolvimento Sustentável	ADESSU	ONG	Regional	Afogados da Ingaizeira - PE
Banco Central do Brasil	BCB	Público	Nacional	Brasília
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	BANCOOB	Privado	Nacional	Brasília
Banco do Brasil	BB	Sociedade de Economia Mista	Nacional	Brasília-DF
Caixa Econômica Federal	CEF	Empresa Pública	Federal	Brasília
Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica	CIAPO	Público	Nacional	Brasília
Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e	CAISAN	Órgão Colegiado	Nacional	Brasília

Nutricional;				
Casa Civil da Presidência da República	CCIVIL	Público	Federal	Brasília
Centrais elétricas Brasileiras	Eletrobrás	Sociedade de Economia Mista	Federal	Brasília
Comando do Exército	Comando do Exército	Público	Federal	Brasília
Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão	CBAP	Órgão Colegiado	Nacional	Brasília-DF
Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico e Econômico do Território Nacional	CCZEE	Órgão colegiado	Nacional	Brasília-DF
Comissão Nacional de Combate à Desertificação	CNCD	Órgão colegiado	Nacional	Brasília-DF
Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais	CNMTR/CONTAG	Representação de classe	Nacional	Brasília
Comitê Gestor do Programa Bolsa Verde	CGPBV	Órgão Colegiado	Federal	Brasília
Comitê Gestor do Programa Criança Feliz	CGPCF	Órgão Colegiado	Federal	Brasília
Comitê Gestor do Simples Nacional	CGSN	Público	Nacional	Brasília
Comitê Gestor Interministerial do Auxílio Emergencial Financeiro	CGIAEF	Órgão Colegiado	Federal	Brasília
Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua	CIAM-PNPSR	Órgão Colegiado	Federal	Brasília
Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios	CGSIM	Público	Nacional	Brasília
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	CODEVASF	Público	Regional	Brasília-DF
Companhia dos Vales do Parnaíba e do São Francisco	CODEVASF	Público	Regional	Brasília
Companhia Nacional de Abastecimento	CONAB	Público	Federal	Brasília
Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil	Contraf-Brasil/CUT	Representação de Classe	Nacional	Brasília-DF
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	CONTAG	Representação de Classe	Federal	Brasília-DF
Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	CGEN	Público	Federal	Brasília
Conselho Estadual de Recursos Hídricos	CONERH		Estadual	Bahia
Conselho Gestor do Programa Bolsa Família	CGPBF	Órgão Colegiado	Federal	Brasília
Conselho Monetário Nacional	CMN	Público	nacional	Brasília
Conselho Nacional de Assistência Social	CNAS	Público	Federal	Brasília
Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável	CNPCT	Órgão colegiado	Nacional	Brasília

dos Povos e Comunidades Tradicionais				
Conselho Nacional de Política Agrícola	CNPA	Público	Nacional	Brasília
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	CONSEA	Público	Federal	Brasília
Coordenação-Geral de Vigilância e Resposta às Emergências em Saúde Pública	CGVR	Público	Estadual	Brasília
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	Público	Nacional	Brasília
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado da Bahia	FETAG-BA	Privado	Estadual	Bahia
Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	FPMEPP	Público	Nacional	Brasília
Fundação Banco do Brasil	FBB	Sociedade de Economia Mista	Federal	Brasília
Fundação Cultural Palmares/MinC	FCP/MinC	Doador	Nacional	Brasília-DF
Fundação Nacional de Saúde	FUNASA	Público	Federal	Brasília
Fundação Nacional do Índio	FUNAI	Público	Federal	Brasília
Fundação Nacional Indígena	FUNAI	Público	Nacional	Brasília-DF
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	FNE	Público	Nacional	Brasília
Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda	FUNPROGER	Público	Nacional	Brasília
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	FNDE	Público	Federal	Brasília
Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde	FNS	Público	Nacional	Brasília
Fundo Nacional do Meio Ambiente - MMA	FNMA	Público	Nacional	Brasília
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	FIDC	Público	Nacional	Brasília
Fundos de Investimento Imobiliário	FII	Público	Nacional	Brasília
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Ibama	Público	Nacional	Brasília
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio	Público	Nacional	Brasília
Instituto de Gestão das Águas e Clima	INGÁ-BA	Público	Estadual	Bahia
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA	Público	Internacional	Brasília
Instituto Nacional da Propriedade Industrial	INPI	Público	Nacional	Brasília
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	INCRA	Autarquia	Nacional	Brasília
Instituto Nacional de Meteorologia	INMET	Público	Federal	Brasília
Instituto Nacional do Seguro Social	INSS	Público	Federal	Brasília
Ministério da Ciência,	MCTIC	Público	Federal	Brasília

Tecnologias, Inovações e Comunicações				
Ministério da Cultura	MinC	Público	Federal	Brasília
Ministério da Defesa	MD	Público	Federal	Brasília
Ministério da Educação	MEC	Público	Federal	Brasília
Ministério da Fazenda	MF	Público	Federal	Brasília
Ministério da Indústria e Comércio Exterior	MDIC	Público	Federal	Brasília
Ministério da Integração Nacional	MI	Público	Federal	Brasília
Ministério da Justiça e Segurança Pública	MJ	Público	Federal	Brasília
Ministério da Saúde	MS	Público	Federal	Brasília
Ministério das Cidades	MCidades	Público	Federal	Brasília
Ministério das Relações Exteriores	Itamaraty	Público	Federal	Brasília
Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA	Público	Federal	Brasília
Ministério de Direitos Humanos	MDH	Público	Federal	Brasília
Ministério de Meio Ambiente	MMA	Público	Federal	Brasília
Ministério de Minas e Energia	MME	Público	Federal	Brasília
Ministério do Esporte	MEsporte	Público	Federal	Brasília
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	MPOG	Público	Federal	Brasília
Ministério do Trabalho e Previdência Social	MTE	Público	Federal	Brasília
Ministério dos transportes, portos e aviação civil	MTransportes	Público	Federal	Brasília
Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário	MDSA	Público	Federal	Brasília
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste	MMTR-NE			
Movimento das catadoras de mangaba do Sergipe	MCM-SE			
Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil	MMC			
Movimento dos Pequenos Agricultores	MPA			
Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do campo	MTC	Representação de Classe	Regional	
Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra	MST	Representação de Classe	Nacional	
Movimento Ecológico São Francisco de Assis	MESFA	ONG	Regional	Pirapora - MG
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	MIQCB			São Luís-MA
Núcleo de Criadores de Gir da Bahia	Nucleo Gir Bahia			
Observatório do Clima	OC			
Operador Nacional do Sistema Elétrico	ONS			
Orçamento Geral da União	OGU	Público	Nacional	Brasília
Organização das Cooperativas Brasileiras	OCB			
Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio	OSCATMA	ONG	Regional	Barra dos Coqueiros -

Ambiente - OSCATMA				SE (obs: este município não esta na lista dos municípios da bacia, mas a ONG é membro do comitê pelo SE)
Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - OEPAS / EMBRAPA	OEPAS			
Órgãos Municipais de Defesa Civil				
Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas;	PBMC			
Petróleo Brasileiro S.A.	Petrobrás	Público	Nacional	Rio de Janeiro
Prefeitura de Belo Horizonte	PBH	Público	Municipal	Belo Horizonte-MG
Preserv Consultoria Ambiental	PRESERV	Privada		São Luis - MA
Procuradoria Geral do Estado - PE	PGE-PE			
Procuradoria Geral do Estado do Sergipe	PGE-SE	Público	Estadual	Aracaju
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD			
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	PNUMA			
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	PNUMA	Público	Nacional	Brasília-DF
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata)	PROMATA-PE	Público	Estadual	Recife-PE
Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural	ProRural-PE	Público	Estadual	Recife-PE
Programa Interunidades de Pós-Graduação do Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo	PPGI-CENA	Público	Nacional	São Paulo-SP
Programa Pequenos Projetos Ecosociais	PPP-ECOS			
Projeto Kaitumba; Assoc. Mutaloombo;				
Pronaf				
Pronamp				
Propriá Carranca - Organização do Desenvolvimento Ambiental Sustentável e da Cultura Popular Tradicional do Baixo São Francisco	Propriá Carranca	ONG	Regional	Propriá-SE
Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede CLIMA	Rede Clima			

Rede Cerrada	Rede Cerrado	Rede		
Rede de Agricultura de Precisão/EMBRAPA	Rede AP/EMBRAPA			
Rede de Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito Humano à Alimentação	REDE KÔDYA	Rede		
Rede de Educação Cidadã	Recid	Rede	Nacional	Brasília-DF
Reserva Global de Reversão	RGR			
São Francisco Vivo		ONG	Estadual	Salvador-BA
Sec.-Exec. de Atenção à Saúde		Público	Estadual	Pernambuco
Sec.-Exec. de Coordenação Geral	SES	Público	Estadual	Pernambuco
Sec.-Exec. de Vigilância em Saúde		Público	Estadual	Pernambuco
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura.	SEAGRI-BA	Público	Estadual	Salvador
Secretaria da Infraestrutura de Alagoas	SEINFRA-AL	Público	Estadual	Maceió-AL
Secretaria da Receita Federal do Brasil	RFB	Público	federal	brasília
SECRETARIA DA SAÚDE - BAHIA	SESAB-BA	Público	Estadual	Bahia
Secretaria das Cidades de PE	SECID-PE	Público	Estadual	Recife-PE
Secretaria das Mulheres Extrativistas do CNS	SME/CNS			
Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária	SARA-PE	Público	Estadual	Recife-PE
Secretaria de Atenção a Saúde	SAS	Público	Nacional	Brasília
Secretaria de Cidades e Integração Regional	Secir-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte-MG
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos.	SCTIE	Público	Nacional	Brasília
Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Sedir-BA	Público	Estadual	Salvador
Secretaria de Desenvolvimento Regional do MI	SDR/MI	Público	Federal	Brasília
Secretaria de Desenvolvimento Rural	SDR-BA	Público	Estadual	Salvador
Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	SEDS DH-PE	Público	Estadual	Recife-PE
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Sedur-BA	Público	Estadual	Salvador
Secretaria de Educação do Estado da Bahia	SEDUC-BA	Público	estadual	Salvador
Secretaria de Educação do Estado de Alagoas	SEDUC-AL	Público	estadual	Maceió
Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais	SEDUC-MG	Público	estadual	Belo Horizonte
Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco	SEDUC-PE	Público	estadual	Recife
Secretaria de Educação do Estado de Sergipe	SEDUC-SE	Público	estadual	Aracaju
Secretaria de Estado da	SEAGRI-SE	Público	Estadual	Aracaju

Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca - SE				
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - Alagoas	SEAGRI-AL	Público	Estadual	Maceió
Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social - Alagoas	SEADES-AL	Público	Estadual	Maceió
Secretaria de Estado da Fazenda	SEFAZ-SE			
Secretaria de Estado da Fazenda - PE	SEFAZ-PE			
Secretaria de Estado da Fazenda - Tesouro Estadual - Alagoas	Tesouro Estadual - AL	Público	Estadual	Maceió
Secretaria de Estado da Fazenda - Tesouro Estadual - Bahia	Tesouro Estadual - BA	Público	Estadual	Salvador
Secretaria de Estado da Fazenda - Tesouro Estadual - Minas Gerais	Tesouro Estadual - MG	Público	Estadual	Belo Horizonte
Secretaria de Estado da Fazenda - Tesouro Estadual - Pernambuco	Tesouro Estadual - PE	Público	Estadual	Recife
Secretaria de Estado da Fazenda - Tesouro Estadual - Sergipe	Tesouro Estadual - SE	Público	Estadual	Aracaju
Secretaria de Estado da Saúde	Sesau	Público	Estadual	Alagoas
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	SEAPA-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte-MG
Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais	SECCRI	Público	Estadual	Belo Horizonte
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário	SEAD-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte
Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais	SEDINOR-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte-MG
Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	SEDPAC			
Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais	SEE-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte-MG
Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais - SEGOV - Agência Minas Gerais	Agência Minas Gerais	Público	Estadual	Belo Horizonte
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	SEMAD-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte-MG
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de MG	Seplag-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte-MG
Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso	SES	Público	Estadual	
Secretaria de Estado de Saúde de MG	SES-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte

Secretaria de Estado de Trabalho e de Desenvolvimento Social	SEDESE-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte-MG
Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico	SEPLANDE-AL			
Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão de Sergipe	SEPLAG-SE			
Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas	SEDEVAN	Público	Estadual	Belo Horizonte-MG
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais/MI	SFR/MI			
Secretaria de Gestão do trabalho e da educação na Saúde	SGTES	Público	Nacional	Brasília
Secretaria de gestão estratégica e Participativa	SGEP	Público	Nacional	Brasília
Secretaria de Governo da Presidência da República	SG	Público	Federal	Brasília
Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social	SEIDES-SE			
Secretaria de Infraestrutura	SEINFRA-PE	Público	Estadual	Recife-PE
Secretaria de Infraestrutura do Sergipe	SEINFRA-SE	Público	Estadual	Aracaju-SE
Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional	SIH/MI	Público	Federal	Brasília
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia	SIHS-BA	Público	Estadual	Salvador
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social	SJDHDS-BA	Público	Estadual	Salvador
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade	SEMAS-PE	Público	Estadual	Recife-PE
Secretaria de Orçamento Federal	SOF	Público	Nacional	Brasília
Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas	Seplag-AL	Público	Estadual	Maceió-AL
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	SEPPIR	Público	Federal	Brasília
Secretaria de Políticas para as Mulheres	SPM	Público	Nacional	Brasília
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia	Sepromi-BA	Público	Estadual	Salvador
Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente	SRH/MMA	Público	Federal	Brasília
Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos	SRHE-PE	Público	Estadual	Recife-PE
Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental - MMA	SRHU/MMA			
Secretaria de Reordenamento Agrário	SRA/MSDA			

Secretaria de Saúde de Pernambuco	SES-PE	Público	Estadual	Recife
Secretaria de Vigilância em Saúde	SVS	Público	Nacional	Brasília
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo	SEDETEC-SE			
Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais	SEFAZ-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte-MG
Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Alagoas	SEMARH-AL			
Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe	SEMARH-SE	Público	Estadual	Aracaju-SE
Secretaria do Meio Ambiente da Bahia	Sema-BA	Público	Estadual	Salvador
Secretaria do Planejamento da Bahia	Seplan-BA	Público	Estadual	Salvador
Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.	Tesouro Nacional			
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário	SEAD/CCivil			
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil	SEAFDA/Ccivil	Público	Federal	Brasília
Secretaria Especial de Direitos Humanos	SDH	Público	Federal	Brasília
Secretaria Especial de Saúde Indígena	SESAI	Público	Nacional	Brasília
Secretaria Executiva	SE	Público	Nacional	Brasília
Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento	SEAIPA			
Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais	SEEDIF-MG	Público	Estadual	Belo Horizonte-MG
Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza/MDSA	SESEP/MDSA	Público	Federal	Brasília
Secretaria Nacional da Juventude	SNJ	Público	Nacional	Brasília
Secretaria Nacional de Defesa Civil/MI	Sedec/MI	Público	Federal	Brasília
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades	SNSA/MCidades	Público	Federal	Brasília
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA	Sesan/MDSA	Público	Federal	Brasília
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Sebrae			
Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais	SASOP	ONG	Nacional	Camaru-BA
Serviço Florestal Brasileiro	SFB	Público	Nacional	Brasília-DF
Serviço Nacional de	SENAR			

Aprendizagem Rural				
Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A	COPANOR	Público	Estadual	Teófilo Otoni
Sindicato das Indústrias de Leite de Minas Gerais	SILEMG			
Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente da Bahia - SINDAE	SINDAE	Representação de Classe	Estadual	Salvador-BA
Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente da Bahia - SINDAE	SINDAE	Sindicato	Estadual	Salvador-BA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sergipe	STR-SE	Representação de Classe	Estadual	Aracaju-SE
Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais	OCEMG			
Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES)	SCNES			
Sistema de Informações em Saúde da Atenção Básica (SISAB)	SISAB			
Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos	SGIRH-AL			
Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos - BA	SEIA		Estadual	Bahia
Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - Alagoas	SIGRH-AL		Estadual	Alagoas
Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	SNGRH			
Small Grants Program/GEF	SGP/GEF	Doador	Internacional	Washington-DC, USA
SOS Mata Atlântica	SOS Mata Atlântica	ONG	Nacional	São Paulo - SP
Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural	Bahiater	Público	Estadual	Salvador-BA
Superintendência de Inclusão e Segurança Alimentar	Sisa/SJDHDS	Público	Estadual	Salvador
Superintendência de Proteção e Defesa Civil	Sudec/CCivilBA	Público	Estadual	Salvador
Superintendência de Proteção e Defesa Civil-BA	Sudec-BA	Público	Estadual	Salvador
Superintendência de Seguros Privados	SUSEP	Público	Nacional	Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Porto Alegre
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	SUDENE	Público	Reginal	Recife
Superintendência Regional CONAB Bahia	CONAB-BA			
Superintendência Regional CONAB Sergipe	CONAB-SE			

Swiss Reinsurance Group	Swiss Re			Zurich
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária	Unicafes			
Unidade de Gerenciamento do Proágua - Gestão	UGPG			
Unidade de Técnica de Administração do Projeto Águas de Sergipe	UAPAS			
Unidade Federal de Gerenciamento	UGPG	Unidade de gestão		Brasília-DF
Unidade Técnica de Vigilância das Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar	UVHA	Público	Nacional	
Unidade Técnica do Centro de Informações Estratégicas e Resposta em Vigilância em Saúde	CIEVS/CGVR	Público	Estadual	Brasília
Unidade Técnica Estadual da Bahia	UTE-BA			
Unidade Técnica Estadual de Minas Gerais	UTE-MG			
Unidades Estaduais de Gerenciamento do Programa	UEPG			
United Nations Convention to Combat Desertification	UNCCD			
Universidade Federal da Bahia	UFBA	Universidade	Estadual	Salvador
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Público	Nacional	Maceió-AL
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Universidade		
Universidade Federal de Sergipe	UFS	Público	Federal	Aracaju-SE
Universidade Federal de Viçosa	UFV	Público	Nacional	Viçosa-MG
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	Universidade	Nacional	Petrolina-PE
Visão Mundial	Visão Mundial	ONG	Nacional	Recife-PE
ORGANIZAÇÕES CANDIDATAS AO COMITÊ DE BACIA 2017-2020, CUJOS PROJETOS NÃO FORAM AINDA LEVANTADOS				
Associação Aroeira		ONG		AL
Associação dos Moradores da Fazenda Paraíso		ONG		AL
Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios Ltda. CARPIL	CARPIL	ONG		AL
Fórum de Defesa Ambiental - FDA	FDS	ONG		AL
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade - IABS	IABS	ONG		AL
Instituto de Estudos Culturais, Políticos e Sociais do Homem Contemporâneo		ONG		AL
Instituto Lagoa Viva		ONG		AL
Instituto para Preservação da		ONG		AL

Mata Atlântica				
Instituto Terraviva		ONG		AL
Museu Coleção Karandash de Arte Popular e Contemporânea		ONG		AL
Organização de Apoio aos Agricultores do Sertão e Semiárido de Alagoas		ONG		AL
Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia - AGENDRA	AGENDRA	ONG		BA
Associação Ambientalista Corrente Verde		ONG		BA
Associação dos Estudantes de Ciências Paulo Afonso - AEC - REPENSAR	AEC-REPENSAR	ONG		BA
Associação dos Pequenos Produtores Agrovila 18		ONG		BA
Associação de Promoção do Desenvolvimento Solidário e Sustentável - ADES	ADES	ONG		BA
Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN	FUNDIFRAN	ONG		BA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cotegipe		ONG		BA
União das Associações do Vale do Salitre - UAVS	UAVS	ONG		BA
ACE Três Marias		ONG		MG
Agência para Desenvolvimento Local, Integrada e Sustentável		ONG		MG
Associação de proprietários de Lotes da Ilha do Mangabal - APLIM	APLIM	ONG		MG
Associação Comunitária do Bonfim e Adjacências - ASBOM	ASBOM	ONG		MG
Associação AMA PANGEIA - Amigos do Meio Ambiente	AMA PANGEIA	ONG		MG
Associação Ambientalista do Alto São Francisco de Pará - ABASP	ABASP	ONG		MG
Associação Comunitária da Barra da Estiva		ONG		MG
Associação Comunitária de Marimbas		ONG		MG
Associação Comunitária de Pires e Albuquerque		ONG		MG
Associação Comunitária de Rio do Félix - ACRIF	ACRIF	ONG		MG
Associação Comunitária de Rio Félix II		ONG		MG
Associação Comunitária de São Pedro do Rio do Félix		ONG		MG
Associação Comunitária de Sobradinho		ONG		MG
Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha - ACOMCHAMA	ACOMCHAMA	ONG		MG

Associação Comunitária dos Moradores de São Norberto		ONG		MG
Associação Comunitária dos pequenos Produtores de Tirirical		ONG		MG
Associação Comunitária Fazendinha Comunitária		ONG		MG
Associação Comunitária Julia Alves de Almeida		ONG		MG
Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição		ONG		MG
Associação Comunitária Pedro Alves Pereira		ONG		MG
Associação Comunitária Pedro Noronha		ONG		MG
Associação Comunitária São Vicente		ONG		MG
Associação Comunitária Vereador Domingos Ferreira Pimenta		ONG		MG
Associação da Fazenda Poções		ONG		MG
Associação de Artesãos, Artistas Plásticos e Produtores Caseiros - TMA	TMA	ONG		MG
Associação de Catadores e Recicladores de Pirapora - ASCARPI	ASCARPI	ONG		MG
Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios - ADAO	ADAO	ONG		MG
Associação de Múltipla Ação Social		ONG		MG
Associação de Novidades Jovens Turísticas de Três Marias - ANJOTUR	ANJOTUR	ONG		MG
Associação de Pais e Amigos Excepcionais		ONG		MG
Associação de Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará - CBH Pará	CBH PARÁ	ONG		MG
Associação dos Agricultores e Familiares do Município de Guaraciama e Região		ONG		MG
Associação dos Agricultores Familiares de Três Marias e Região		ONG		MG
Associação dos Canavieiros do Alto São Francisco - ACSF	ACSF	ONG		MG
Associação dos Catadores de Materiais Reaproveitáveis e Amigos de Três Marias - CATAMIGOS	CATAMIGOS	ONG		MG
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Lagoa da Prata - ASCALP	ASCALP	ONG		MG
Associação dos Papeleiros e Amigos do Meio Ambiente - APAMA	APAMA	ONG		MG
Associação dos Pequenos e		ONG		MG

Micro Produtores Rurais do Martins				
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Estiva		ONG		MG
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Triunfo - PA Betinho		ONG		MG
Associação dos Trabalhadores sem terra e Minufundiários de Canabrava e Região - Fazenda São Marcos		ONG		MG
Associação Municipal de Apoio as Vítimas de Violência - AMAVI	AMAVI	ONG		MG
Associação Nordeste Reflorestamento e Educação - NODESTA	NODESTA	ONG		MG
Associação Regional de Proteção Ambiental da Comarca de Curvelo		ONG		MG
Associação dos Agricultores Familiares e Demais Produtores da Sub Bacia Hidrográfica do Córrego Vereda Grande e Adjacências		ONG		MG
Comunidade Santa Cruz		ONG		MG
Comunidade São Geraldo da Cabeceira dos Poções		ONG		MG
Conselho Comunitário de Cabeceira do Rio das Pedras		ONG		MG
Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Barra do Guaicui		ONG		MG
Cooperativa dos Piscicultores do Alto e Médio São Francisco		ONG		MG
Creche Comunitária Lar da Criança		ONG		MG
Fundação de Cultura e Turismo de Lagoa da Prata - FUTURA	FUTURA	ONG		MG
Fundação Salua Daura de Arte e Cultura - FADA	FADA	ONG		MG
Instituto de Observação da Terra - INOT	INOT	ONG		MG
Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas		ONG		MG
Instituto Opará: Cultura, Meio Ambiente e Cidadania		ONG		MG
Instituto Pró - Endêmicas		ONG		MG
Instituto Tábuas da Bacia do Verde Grande		ONG		MG
Jovens Educadores Ambientais - JEA	JEA	ONG		MG
Movimento Artístico Cultural e Ambiental de Caeté - MACACA	MACACA	ONG		MG
Movimento Ecológico São Francisco de Assis		ONG		MG
Movimento Verde de Paracatu - MOVER	MOVER	ONG		MG
Projeto Metamorfose		ONG		MG

Sociedade dos Amigos do Memorial Manuelzão de Revitalização de Andrequicé - SAMARRA	SAMARRA	ONG		MG
Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Minas Gerais		Sindicato		MG
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaeté		Sindicato		MG
SOS São Francisco		ONG		MG
Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	Sistema FIEMG	Privado	Estadual	MG
Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia	SEINFRA-BA	Público	Estadual	Salvador-BA
Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas	CPLA			
Cooperativa Agropecuária de Produtores de Leite Familiar da Bacia Leiteira de Alagoas	COOPAZ			
Cooperativa dos Agricultores Familiares do Sertão de Alagoas	CAFISA			
Cooperativa Regional dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Paraíba-al	COOPEVALE			Paulo Jacinto-AL
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE			
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE			
MINISTÉRIO FEDERAL DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO DA ALEMANHA	BMZ		Internacional	
Secretaria de Desenvolvimento Territorial	SDT-AL			
Agência de Defesa Agropecuária da Bahia	ADAB			
Mecanismo Global da UNCCD	MG		Internacional	
Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco	CONSEMA-PE	Público	Estadual	
Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais de Minas Gerais	CCivilMG			
Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas	Abanorte			
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia	SECTI-BA	Público	Estadual	
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia	SECULT-BA	Público	Estadual	
Secretaria de Educação do Estado da Bahia	SEC-BA	Público	Estadual	
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia	SEFAZ-BA	Público	Estadual	
Secretaria de Turismo do Estado da Bahia	SETUR-BA	Público	Estadual	
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do	SETRE-BA	Público	Estadual	

Estado da Bahia				
Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba	Fundo Jaíba			
Associação Cultural e Ambiental Projeto Jaíba	ACAPJA			
Associação de Produtores de Limão e outras frutas da Região do Jaíba	ASLIM			
CENTRAL DE ASSOCIACOES DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO JAIBA	CENTRALJAI			
Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais	IEF-MG			
Serviço Voluntário de Assistência Social	SERVAS			Belo Horizonte-MG
Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil	SICOOB			
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe	FETAGRI-SE			
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	APIB			
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	COIAB			
Articulação dos Povos Indígenas da região Sul	Arpinsul			
Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo	APOINME			
Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal	ARPINPAN			
Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste	Arpinsudeste			
Grande Assembleia do Povo Guarani	Aty Guassú			
Comissão Nacional de Política Indigenista	CNPI	Público	Nacional	
The Nature Conservancy	TNC	ONG	Internacional	
A Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos	SEIDH-SE			

APÊNDICE D – LISTA COMPLETA DOS ENTREVISTADOS

1) Bahia

Grupo	Grupo - detalhes	Local	Local detalhado
Perímetro Irrigado	Projeto Mandacarú 1	Juazeiro	Perímetro de Mandacarú - Juazeiro
Perímetro Irrigado	Projeto Mandacarú 1	Juazeiro	Perímetro de Mandacarú - Juazeiro
Indígena	Tuxá	Rodelas	-
Indígena	Tuxá	Rodelas	Aldeia mãe - sede de Rodelas
Pescadores; agricultores; caprinocultores	Associação de Caxauí	Rodelas	Sede de Rodelas
Indígena	Tuxá (representante no comitê de bacia)	Barra de Tarrachil	Reunião do Comitê
Indígena	Pankarara (vice-cacique e representante das comunidades indígenas no comitê de bacia)	Barra de Tarrachil	Reunião do Comitê
Agricultores	Associação de Agricultores de Barra do Tarrachil	Barra de Tarrachil	Reunião do Comitê
Indígena	Pankararu	Jatobá	Aldeia Pankararu
Indígena	Pankararu	Jatobá	Aldeia Pankararu
Indígena	Pankararu	Jatobá	Aldeia Pankararu
Indígena	Pankararu	Jatobá	Aldeia Pankararu
Pescadores	Associação dos Piscicultores de Rodelas	Rodelas	Sede de Rodelas
Indígena	Tuxá	Rodelas	Aldeia mãe - sede de Rodelas
Pescadores	Colônia dos Pescadores de Rodelas Z-73	Rodelas	Sede de Rodelas
-	Assessoria a associações locais	Rodelas	Sede de Rodelas
Fundo de Pasto / Organização	Laje das Aroeiras / IRPAA	Uauá	Laje das Aroeiras
Fundo de Pasto	Laje das Aroeiras	Uauá	Laje das Aroeiras
Fundo de Pasto	Laje das Aroeiras	Uauá	Laje das Aroeiras
Fundo de Pasto	Laje das Aroeiras	Uauá	Laje das Aroeiras
Fundo de Pasto		Uauá	Retiro
Fundo de Pasto	Sítio do Zacarias	Uauá	Retiro
Fundo de Pasto	Angeco	Uauá	Retiro
Fundo de Pasto	Fazenda Quixaba	Uauá	Retiro

Fundo de Pasto	Comunidade Sítio do Meio	Uauá	Retiro
Fundo de Pasto	Retiro	Uauá	Retiro
Fundo de Pasto	Fazenda Roçado	Uauá	Retiro
Fundo de Pasto	Associação Boa Vista dos Alves	Uauá	Retiro
Fundo de Pasto	Associação dos Pequenos Agropecuaristas Regional do Caldeirão do Almeida	Uauá	Retiro
Fundo de Pasto	Beldroega	Uauá	Retiro
Fundo de Pasto	Associação Quixaba	Uauá	Retiro
Fundo de Pasto	Fazenda São Bento	Uauá	São Bento
Quilombola	Comunidade quilombola (Aiatobá?) - Apoio SEBRAE Agente de Desenvolvimento	Curaçá	Sede de Curaçá - Sala do Empreendedor de Curaçá
Agricultores / Organização	União das Associações do Vale do Salitre / IRPAA	Juazeiro	Sede de Juazeiro
Fundo de Pasto	Comunidade Pocinho	Uauá	Pocinho
Perímetro Irrigado	Associação dos Fruticultores do Perímetro Irrigado de Curaçá (Presidente) - Distrito de Tamotinga	Juazeiro	SEBRAE Juazeiro
Fundo de Pasto / Organização	COOPERCUC	Uauá	Planta de produção da Coopercuc
Perímetro Irrigado	Associação Grapiúna	Curaçá	Grapiúna
Perímetro Irrigado	Associação Grapiúna (Conselho fiscal)	Curaçá	Grapiúna
Agricultores	Associação São Gonçalo da Serra / Algodões Velhos	Sobradinho	
Agricultores	Associação de Criadores e Produtores Rurais de Pau Preto (Tesoureira)	Juazeiro	

Perímetro Irrigado	Associação Geral dos Usuários das Adutoras do Salitrinho (presidente)		
Agricultores	Associação Agrícola Comunitária Terra Nossa	Sobradinho	Comunidade Terra Nossa - Sobradinho
Agricultores	Associação Comunitária Agropecuária Fonte de Vida	Sobradinho	
Governo	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Chorrochó	Barra de Tarrachil	Reunião do Comitê
Academia; Comitê de Bacia	Coordenador CCR Submédio São Francisco	Barra de Tarrachil	Reunião do Comitê
Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto, e Meio Ambiente da Bahia (SINDAE-BA) - Diretor Regional Norte		
Indígena	Tuxá	Rodelas	Aldeia avó - Surubabé
Indígena	Tuxá	Rodelas	Aldeia avó - Surubabé
Indígena	Tuxá	Rodelas	Aldeia mãe

2) Perímetro Urbano

Local	Grupo	Grupo - detalhes
Juazeiro	Organização	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada ...
Petrolina		Morador de Petrolina
Petrolina	Governo	Secretário de Ordenamento Urbano e Sustentabilidade
Juazeiro	Agricultores	Feira de Agroecologia de Juazeiro
Petrolina	Governo	Equipe Secretaria de Ordenamento Urbano e Sustentabilidade
Petrolina	Catadores	

Juazeiro	Agricultores	Feira de Agroecologia de Juazeiro
Juazeiro	Catadores	Cooperativa de Catadores de Juazeiro - Cooperfitz
Petrolina	Catadores	Vice-presidenta da Cooperativa de Catadores de Petrolina-COOMARCA
Juazeiro	Catadores	Cooperativa de Catadores de Juazeiro
Juazeiro	Catadores	Cooperativa de Catadores de Juazeiro - Cooperfitz
	Catadores	Cooperativa de Catadores de Juazeiro - Cooperfitz
Petrolina	Governo	Equipe Secretaria de Ordenamento Urbano e Sustentabilidade
Juazeiro		Feira de Agroecologia de Juazeiro
Juazeiro-BA	Pescador	Pescador do Bairro do Angari
Juazeiro-BA	Lavadeiras	lavadeira do Bairro do Angari
Sobradinho-BA	Governo	Técnico da Embrapa Semiárido
Sobradinho-BA	Governo	Estagiário da Embrapa Semiárido
		Feira de Agroecologia de Juazeiro
Juazeiro	Governo	Equipe da Secretaria de Agricultura e Sustentabilidade (BA)
Juazeiro	Lavadeiras	Ex-lavadeira em Juazeiro
Casa Nova/BA		
Juazeiro-BA	Pescador	Pescador do Bairro do Angari
		Cooperativa de Catadores de Juazeiro - Cooperfitz
		Cooperativa de Catadores de Juazeiro - Cooperfitz
		Diretor da Municipal de Meio Ambiente
		Secretário de Agricultura e Sustentabilidade - Juazeiro (BA)
Juazeiro-BA		ex-lavadeira do Bairro do Angari

3) Pernambuco

Local	Grupo	Grupo - detalhes
Dormentes-PE	Agricultores	Sítio Boa Vista
Serra Talhada-PE	Assentamento	Presidente de Assentamento
Lagoa Grande-PE	Assentamento	Assentamento Edmilson Araújo
Serra Talhada-PE	Assentamento	Presidente de Assentamento
Sobradinho-BA	Pscicultores	Piscicultrora
Sobradinho-BA	Jovens / Agricultores	Gestora da Escola Família Agrícola
Dormentes	Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dormentes
Lagoa Grande-PE	Assentamento	Presidente do Assentamento Beira Rio
Sobradinho-BA	Governo	EMBRAPA Semiárido
Lagoa Grande-PE	Assentamento	Assentamento Bom Jesus
Serra Talhada-PE		Presidente da Associação do Saco
Lagoa Grande-PE	Sindicato	Presidente SRT Lagoa Grande
Sobradinho-BA	Agricultores	
Orocó-PE	Indígena	Cacique da Aldeia Indígena Truká, Porto Apolônio Sales
Tabira-PE	Agricultores	Presidente de Associação de Agricultores
Salgueiro-PE	Quilombo	Presidente da Associação do Quilombo Conceição das Crioulas

Tabira-PE	?	Presidente da Associação de Humaitá
Dormentes-PE	Agricultores	Sítio Arapoã
Orocó-PE	Indígena	Aldeia Indígena Truká, Porto Apolônio Sales
Sobradinho-BA	Governo	EMBRAPA Semiárido
Sobradinho-BA	(?) Agricultores / Piscicultores	
Afogados da Ingazeira-PE	Organização	Casa da Mulher do Nordeste
Salgueiro-PE	Quilombo	Secretária da Associação do Quilombo Conceição das Crioulas
Dormentes-PE	Agricultores	Associação de Agricultores de Vila Nova

APÊNDICE E – Mapeamento de Políticas Públicas

	Nível Federal; Estadual; Regional; Municipal	Esfera Público; Privado; ONG;	Estratégia/ Iniciativa (Nome)	Abrev. / Sigla	Instrumento legal (Decreto; Lei; portaria, instrução normativa, acordos de empréstimo; cooperação)	Objetivos (Objetivos gerais/específicos da iniciativa)	Vínculo Principal Instituição
1	Federal	Público	Plano Brasil sem Miséria	BSM	Decreto 7492, de 02/06/2011	Superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações; ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos, bem como garantir a inclusão produtiva	SESEP/MD SA
2	Federal	Público	Bolsa Família	PBF	Lei 10.836/2004, Decreto 5.209/2004 (regulamenta)	Promover o acesso à rede de serviços públicos (saúde, educação e assistência social); combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público	MDSA
3	Federal	Público	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social	BPC	Lei Nº 8.742, de 7/12/1993, regulamentada pelo decreto Decreto Nº 6.214, de 26/09/2007, com atualizações do Decreto nº 8.805, de 2016	Garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família	MDSA
4	Federal	Público	Política Nacional para a População em Situação de Rua	PNPSR	DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.	Possibilitar condições de acolhida (atendimento inicial que identifica as necessidades do cidadão) na rede socioassistencial; Contribuir para resgatar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua;; Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; Promover ações para reintegrar a pessoa em situação de rua à família e à comunidade.	MDSA
5	Federal	Público	Programa Criança Feliz	PCF	Decreto Nº 8.869/2016	Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem	MDSA

6	Federal	Público	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica	Luz para Todos	Decreto nº 4.873, de 11/11/2003 e Decreto Nº 7.520, DE 08/07/2011 (e alterações)	Propiciar atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público (10 milhões de pessoas)	MME
7	Federal	Público	Política Nacional de Recursos Hídricos	PNRH	Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997	Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;; a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.	SRHU/MMA, ANA
8	Estadual	Público	Política Estadual de Recursos Hídricos de Alagoas	PERHAL	LEI Nº 5.965 de 10 de novembro de 1997.	Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; utilizar de forma racional e integrada os recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; buscar a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.	SEMARHAL
9	Estadual	Público	Política Estadual de Recursos Hídricos da Bahia	PERHBA	LEI Nº 11.612 DE 08 DE OUTUBRO DE 2009	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	SEIA
10	Estadual	Público	Política Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco	PERHPE	LEI Nº 12.984, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2005.	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	SEINFRA-PE
11	Estadual	Público	Política Estadual de Recursos Hídricos de Sergipe	PERHSE	LEI Nº 3.870 DE 25 DE SETEMBRO DE 1997	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	SEMARH-SE
12	Federal	Público	Programa Interáguas	Interáguas	Acordo de Empréstimo N8074-BR	Buscar melhor articulação e coordenação de ações no setor água; facilitar uma melhor articulação intersetorial, incluindo a compatibilização do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regionais, estaduais e nacional, contribuindo para uma utilização mais racional e integrada dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento	MMA, MI, MCidades

						<p>sustentável; contribuir para a consolidação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), com a implantação e aprimoramento dos instrumentos de gestão preconizados pela Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como o fortalecimento institucional dos organismos gestores e usuários de recursos hídricos nos níveis federal e estadual; avaliar e desenvolver metodologias para adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País; apoiar a implementação da gestão sistemática e sistêmica dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade e considerando de forma integrada os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, de forma descentralizada e participativa; promover a estruturação da gestão e o fortalecimento institucional dos serviços de saneamento básico, como forma de assegurar a adequada sustentabilidade institucional e financeira, incluindo incrementar a eficiência dos prestadores de serviços e qualificar a gestão por meio de estudos, pesquisas, formação, capacitação e sistema de informações; dar suporte técnico à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades em sua missão de implementar a Política Federal de Saneamento Básico, prover as condições necessárias para a criação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), promover novos modelos de organização e gestão dos serviços de saneamento, incentivando a gestão associada por meio de consórcios públicos; O promover a educação sanitária e ambiental e a mobilização social em saneamento e recursos hídricos; apoiar a viabilização e implantação da Política Nacional de Irrigação; dar suporte técnico à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional em sua missão de implementar a Política Nacional de Defesa Civil; apoiar a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Risco de Desastres, considerando a identificação, o monitoramento, o sistema de alerta e o plano emergencial de resposta.</p>	
1 3	Federal	Público	Programa de Gestão Integrada de Águas Urbanas	GIAU	Acordos de Empréstimo	Preparar uma Estratégia integrada de Ação para dar solução aos principais problemas relacionados com os serviços de saneamento nas áreas urbanas.	SEMARH-SE

14	Federal	Público	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água	PAT	Decreto 7.535/2011; Portaria nº 379, de 28/06/2012	Promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social	SDR/MI
15	Federal	Público	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro	GERCO	Lei nº 7.661, de 1988	Orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural	MMA
16	Estadual	Público	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro de Alagoas	GERCOAL	Decreto nº 4.098, de 14/01/2009	Orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”	MMA, IMA
17	Estadual	Público	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro da Bahia	GERCOBA	DECRETO Nº 10.969 DE 14 DE MARÇO DE 2008	Orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”	SEMA-BA
18	Estadual	Público	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro de Pernambuco	GERCOPE	Decreto nº 21. 669, de 26 de agosto de 1999	Orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”	MMA, CPRH-PE
19	Estadual	Público	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro de Sergipe	GERCOSE	DECRETO Nº. 29.167 DE 05 DE ABRIL DE 2013	Orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”	SEMARH-SE
20	Estadual	Público	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água	PATPE	Decreto nº 38.113, de 26 de abril de 2012	Promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social; assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;	SARA-PE
21	Estadual	Público	Programa Água para Todos da Bahia	PATBA	Decreto nº 10.436, de 31 de agosto de 2007, alterado pelo Decreto nº 13.962 de 26 de abril de 2012	Proporcionar o atendimento ao direito humano fundamental de acesso à água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano; ampliar o acesso e elevar a qualidade dos serviços prestados, relativos ao abastecimento de água e às demais ações de saneamento básico; articular e integrar os diversos componentes da sustentabilidade ambiental relacionados ao saneamento	SIHS-BA

						básico; apoiar os municípios que administram diretamente os seus serviços de água e esgoto	
22	Estadual	Público	Programa Água para Todos de Minas Gerais	PATMG	Decreto nº 45.832, de 22/12/2011	Prover o acesso à água às populações vulneráveis na área de abrangência do IDENE	SECCRI
23	Estadual	Público	Programa Água para Todos de Alagoas	PATAL	PORTARIA Nº 136/2014	Prover o acesso à água às populações vulneráveis na área de abrangência do IDENE	SEMARH-AL
24	Estadual	Público	Programa Água para Todos de Sergipe	PATSE	Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011	Universalização do acesso à água	SEMARH-SE
25	Estadual	Público	Programa Águas de Sergipe	PAS	Acordo de Empréstimo n 8113-BR	Promover o uso eficiente e sustentável da água na Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe	SEMARH-SE
26	Estadual	Público	Programa Água Doce de Sergipe	PAD-SE	Decreto nº 29.971 de 13 de março de 2015	Recuperação, implantação e gestão de sistemas de dessalinização em 25 comunidades do semiárido sergipano, garantindo água potável para o consumo humano	SEMARH-SE
27	Federal	Público	Operação Carro-Pipa	OCP	Portaria Interministerial nº 1/2012	Realizar ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável	SEDEC/MI
28	Federal	Público	Programa de Apoio à Conservação Ambiental	Bolsa Verde	Lei nº 12.512, DE 14/10/2011; Decreto nº 7.572, de 28/07/2011	Incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.	MMA
29	Federal	Público	Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas	PFAPP PU	Lei 12.512 de 14/10/2011 (Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016)	Disponibilizar serviços de assistência técnica e gerencial a empreendedores (MEI) em situação de pobreza inscritos no CadÚnico; Transferir recursos não reembolsáveis e por tempo determinado.	MDSA
30	Federal	Público	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	Pronatec	Lei 12.513/2011	I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e	MTE

						tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.	
3 1	Federal	Público	Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	PFAPR	Lei nº 12.512, de 14/10/2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.644, de 16/12/2011	Estruturação de atividades produtivas dos beneficiários com vistas à inclusão produtiva e promoção da segurança alimentar, incremento da renda e fortalecimento da autonomia dos beneficiários com assessoria técnica, acesso ao mercado e transferência de recurso não reembolsável para melhorar a infraestrutura hídrica e estruturar a unidade produtiva.	MDSA
3 2	Federal	Público	Programa Nacional de Microcrédito	Programa Crescer	Lei nº 11.110, de 25/04/2005; Portaria nº 83, de 21 de março de 2014	Facilitar o acesso ao crédito, a formalização e a geração de trabalho e renda, e visa atender as necessidades de capital de giro e/ou de investimentos, especialmente máquinas e equipamentos. O público alvo são empreendedores individuais, pessoa jurídica, que tenham faturamento máximo de R\$ 120 mil por ano. Oferece redução dos juros, com cobrança de 8% ao ano, e a TAC de 1% sobre o valor financiado, que varia de R\$ 300 a R\$ 15 mil.	MTE
3 3	Federal	Público	Programa Nacional do Microcrédito Orientado	PNMPO	MP nº 226, de 29/11/2004; Decreto nº 5.288, de 29/11/2004 convertida na Lei nº 11.110, de 25/04/2005.	Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; articulação entre as instituições de microcrédito, os bancos e demais operadores dos recursos públicos e privados com o objetivo de promover um fluxo permanente de recursos através de operações de repasse e mandato; fomentar a estruturação do setor das microfinanças. Tem como diferencial se fundamentar no envolvimento entre do agente de crédito com o empreendedor, pois o uso do recurso é totalmente orientado e feito acompanhamento diretamente no local onde se desenvolvem as atividades produtivas do negócio, durante todo o período de contrato. Pode repassar microcrédito pelo PRONAF.	MTE
3 4	Regional	Pub-priv	Programa CrediAmigo	CrediAmigo	Fundamenta-se nas diretrizes da Lei nº 11.110, de 25/04/2005	Facilita o acesso ao crédito às pessoas de perfil empreendedor que tenham interesse em iniciar uma atividade produtiva, através dos bancos comunitários. estimula a formação de grupos solidários, no qual todos respondem pelo crédito, sendo cada	BNB

						empreendedor avalista do outro. O público alvo são empreendedores individuais ou reunidos em grupos solidários que atuam nos setores informal ou formal da economia. Oferece diversos produtos, com taxas de juros diferenciadas a depender dos objetivos do empresário.	
35	Regional	Pub-priv	Programa de Microfinança Rural do Nordeste	AgroAmigo	Fundamenta-se nas diretrizes da Lei nº 11.110, de 25/04/2006	Concessão do financiamento de crédito para área rural, adotando metodologia própria de atendimento, e se propondo a melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).	BNB
36	Federal	Público	Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural	II PNRA		Melhorar a distribuição da terra, para atender os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Entre as famílias que pleiteiam terra, aquelas que estão no Cadastro Único e possuem renda familiar de até três salários mínimos mensais recebem pontuação adicional no processo de seleção para serem assentadas. orientar para fazer dos assentamentos espaços de produção e qualidade de vida integrados ao desenvolvimento territorial.	SEAD/Civil; INCRA
37	Federal	Público	Subprograma de Combate à Pobreza Rural	CPR	Medida Provisória nº 2.183-56, de 24/08/2001, regulamentado pelo Decreto nº 6.672, de 2/12/2008 e atualizado pelo Decreto nº 7.501, de 24/06/2011	Conceder aos trabalhadores rurais assentados apoio à instalação de suas famílias, implantação de infra-estrutura comunitária e capacitação dos beneficiários, com vistas à consolidação social e produtiva dos assentamentos, reger-se-á por este Decreto e pelo Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, previsto no art. 1º do Decreto no 4.892, de 25 de novembro de 2003.	SEAD/Civil
38	Federal	Público	Programa Nacional de Crédito Fundiário	PNCF	Decreto nº 6.672, de 2/12/2008; Portaria nº 226, de 20 de outubro de 2016,	Oferecer condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento, ou construir uma casa ou comprar implementos ou melhorar a estrutura produtiva; Público Beneficiário: trabalhadores e trabalhadoras rurais, filhos de agricultores familiares ou estudante de escolas agrotécnicas; Combater a pobreza Rural; Os potenciais beneficiários devem ter renda familiar anual variando entre R\$ 9mil até R\$ 30 mil e patrimônio entre R\$15 mil e R\$ 60 mil, dependendo da linha acessada. Devem ainda comprovar mais de 5 anos de experiência rural nos últimos 15 anos	SRA/MDSA

39	Federal	Público	Programa de Geração de Emprego e Renda	PROGER	Resolução CODEFAT nº 59 de 1994	Proporcionar linhas especiais de crédito, em atividades produtivas capazes de gerarem postos de trabalho e renda, nos diversos setores da economia. O objetivo era garantir ocupação e renda como uma das formas de superação da miséria.	MTE
40	Federal	Público	Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social	PIPS	Lei nº. 10.735, de 01/09/2003	Criação e a implementação de núcleos habitacionais que tornem acessível moradia para os segmentos populacionais das diversas rendas familiares; desenvolvimento e a ampliação de infraestrutura nos segmentos de saneamento básico, energia elétrica, gás, telecomunicações, rodovias, sistemas de irrigação e drenagem, portos e serviços de transporte em geral, com o objetivo de universalizar e aumentar a eficiência dos produtos e serviços prestados. Os recursos financeiros do PIPS serão destinadas ao financiamento, pelo prazo máximo de sessenta meses, de até trinta por cento do valor total de cada projeto elegível.	BCB
41	Regional	Público	Auxílio Emergencial Financeiro (Bolsa Estiagem)	Bolsa Estiagem	Lei 10.954/2004 com alterações da Lei 12.999/2014; Decreto 5.125/ 2004	Socorrer e a assistir famílias com renda mensal média de até 2 (dois) salários mínimos, atingidas por desastres, no DF e em municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, por tempo determinado	MDSA
42	Nacional	Público	Programa de abastecimento social	Vendas em Balcão	Portaria Interministerial Nº 182/1994	Viabilizar o acesso dos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio de vendas diretas; garantir, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos, por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em leilões públicos, com a perspectiva de apoiar e estimular a pequena produção rural; propiciar, também, às entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor, o acesso a esses estoques, nas mesmas condições de suprimento.	CONAB
43	Nacional	Público	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária	PROERA	Lei nº 10.696, de 2/07/2003	Repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural	SEAD-CCivil
44	Nacional	Público	Aposentadoria rural	Aposentadoria rural	Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e alterações	Planos de Benefícios da Previdência Social; Facilitar a comprovação da atividade rural com a finalidade de garantir a aposentadoria aos trabalhadores rurais; participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de	MTE; INSS

						produtor rural em regime de economia familiar.	
4 5	Regional	Público	Seguro da Agricultura Familiar	SEAF "ProAgro Mais"	Lei 8171/91 (art 65)	atender a verdadeira necessidade do agricultor familiar no que tange a segurança da produção, contemplando os sistemas produtivos sustentáveis, como a agroecologia, os cultivos orgânicos, os sistemas agroflorestais, entre outros.	BCB
4 6	Nacional	Público	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária	PROA GRO	Lei 5969/73 (revogada pela Lei 12058/2009), Lei 8171/1991, Decreto 175/1991	I - exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações;II - indenizar recursos próprios utilizados pelo produtor rural em custeio rural, quando ocorrerem perdas em virtude dos eventos citados no inciso anterior.	BCB
4 7	Regional	Público	Benefício Garantia-Safra	Garantia-Safra	Lei 10.420 de 10 de abril de 2002	Assegurar um auxílio financeiro por tempo determinado, aos agricultores familiares que vierem a sofrer perda em razão de estiagem ou excesso hídrico, comprovada de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do conjunto da produção, desde que tenham aderido ao Fundo Garantia Safra	MDSA
4 8	Federal	Público	Seguro Defeso	Seguro Defeso	Lei 10779/2003	preservar as espécies, o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e garantir a renda do pescador	MPS
4 9	Federal	Público	Zoneamento Agrícola de Risco Climático	ZARC	As portarias de Zoneamento Agrícola de Risco Climático são divulgadas anualmente no Diário Oficial da União	minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos adversos e permite a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares.	MAPA
5 0	Federal	Público	Programa de subvenção ao prêmio do seguro rural	PSR	Lei 10823/2003, Lei complementar 126/2007, Lei complementar 137/2010, Decreto 5121/2004	apoio financeiro aos produtores, arcando com parcela dos custos de aquisição do seguro, a chamada subvenção econômica ao prêmio do seguro rural.	MAPA
5 1	Federal	Público	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca	PNDS AP	Lei 11959/2009	Promover: I – o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;II – o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;IV – o desenvolvimento	MAPA

						socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.	
52	Federal	Público	Plano Nacional de Defesa Agropecuária	PNDA		Promover e implantar programas e ações de defesa agropecuária contribuindo para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, possibilitando as garantias para a preservação da vida e da saúde das pessoas e dos animais, além da segurança alimentar e o acesso a mercados.	MAPA
53	Nacional	Público	Plano Agricultura de Baixo Carbono	Plano ABC	Decreto 7390/2010 - Art 3º IV	Investir com mais eficácia na agricultura, promovendo sistemas diversificados e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos hídricos, com apoio ao processo de transição, organização da produção, garantia de geração de renda, pesquisa (recursos genéticos e melhoramento, recursos hídricos, adaptação de sistemas produtivos, identificação de vulnerabilidades e modelagem), dentre outras iniciativas.	MAPA
54	Nacional	Público	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	PNAPO	Decreto 7794/2012	integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.	OGU
55	Nacional	Público	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	Plano	Portaria Interministerial nº 1, de 3 de maio de 2016	Busca integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos dez ministérios parceiros na sua execução; Articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais; Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável; Promover o uso sustentável dos recursos naturais; Apoiar na conservação e recomposição dos ecossistemas modificados por meio de sistemas de produção que reduzam os resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção; Promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos; Promover a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso, conservação e manejo dos recursos genéticos vegetais e	MDSA; MF; SG; INCRA; MAPA; ANVISA; MMA; EMBRAPA; MEC; MS; FNDE; ICMBio; FUNAI

						animais; Ampliar a participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; Contribuir na promoção da redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres	
56	Nacional	Público	Programa de Agroindústria Familiar	PAF	Lei Complementar nº 123/2006	Estatuto da microempresa - ME e empresa de pequeno porte – EPP, que inclui enfoque direcionado às agroindústrias da agricultura familiar: apoia a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, garantindo a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas direta e indiretamente pelo Programa.	SEAD/CCI VIL
57	Federal	Público	Produção Integrada Agropecuária	PI Brasil	IN MAPA nr 27, de 30/08/2010	I - apoio às cadeias produtivas para fazer frente às exigências mercadológicas e elevar os padrões de qualidade e competitividade dos produtos agropecuários ao patamar de excelência requerido pelos mercados; II - fomento da produção sustentável, difusão e transferência de tecnologias, inovação tecnológica, boas práticas agropecuárias e bem-estar animal, como elementos básicos de transformação da produção convencional em sustentável, certificável e rastreável; III - estímulo à organização da base produtiva, monitoramento do sistema, sustentabilidade dos processos produtivos, implantação de base de dados, sistemas de gestão da propriedade e instrumentos econômicos para garantir a viabilidade do negócio; IV - incentivo e promoção de programas de capacitação para os envolvidos com as cadeias produtivas, buscando priorizar o produtor rural; e V - articulação para a realização de ações voltadas à promoção de campanhas de divulgação e difusão dos programas e projetos, no âmbito das cadeias produtivas, nos mercados e junto aos consumidores.	MAPA
58	Federal	Público	Indicação geográfica	IG	Resolução PR 55, de 18/03/2013 e IN 25/2013 (INPI/MDIC)	identificar a origem de produtos ou serviços quando o local tenha se tornado conhecido ou quando determinada característica ou qualidade do produto ou serviço se deve a sua origem.	INPI-MDIC
59	Federal	Público	Programa Nacional de Produção e	PNPB	Decreto nr 5297/2004; Lei 11097/2005	implementar de forma sustentável, tanto técnica, como econômica, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão	CCVIL

			Uso do Biodiesel			social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda.	
60	Federal	Público	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária	SUASA	Decreto 5741/2006	opera em conformidade com os princípios e definições da sanidade agropecuária, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, educação, vigilância de animais, vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal.	MAPA
61	Federal	Público	Programa Nacional de Alimentação Escolar	PNAE	Decreto Nº 37.106/1955; Lei Nº 8.913/1994; Lei Nº 11.947/2009	Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar	FNDE
62	Federal	Público	Programa de Aquisição de Alimentos	PAA	Lei 10.696/2003; Decreto 6.9595/2009; Lei Nº 12.512, de 14/10/2011	inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda	MDSA
63	Federal	Público	Programa Nacional de Agricultura Familiar	PRONAF	Decreto Nº 3.991/2001	Promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares	CCIVIL
64	Federal	Público	Crédito Rural		LEI No 4.829, de 5/11/1965	Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural; favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;	CMN
65	Federal	Público	Programa Nacional de Crédito Fundiário	PNCF	Lei Complementar n. 93 de 04/02/98 - Decreto n.4892, de 25/11/2003 - Resolução n. 3176 de 08/03/2004 do Banco Central	Oferecer condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento.	MDSA
66	Federal	Público	Programa de Garantia de Preços Mínimos	PGPM	Decreto-Lei nº 79/1966	diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e lhes assegurar uma remuneração mínima, balizar a oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional.	CONAB

67	Federal	Público	Programa de Garantia de Preços Mínimos para os produtos da Sociobiodiversidade	PGPM -Bio	Decreto-Lei nr. 79/1966 - Lei 11775/2008	diminuir oscilações na renda dos extrativistas e lhes assegurar uma remuneração mínima, balizar a oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional. Dar apoio às atividades como o extrativismo sustentável, de modo a contribuir para a conservação e uso racional dos recursos naturais e melhoria das condições de vida no campo.	CONAB
68	Federal	Público	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar	PGPAF	Decreto 5996/2006	garante às famílias agricultoras que acessam o Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento, em caso de baixa de preços no mercado, um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto.	MDSA
69	Federal	Público	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	PNATER	Lei 12188/2010 - Decreto 7215/2010	prover serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais	MDSA
70	Federal	Público	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	PRONERA	Decreto 7352/2010	apoio a projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.	MEC
71	Federal	Público	Programa Terra Sol	PTS	Decreto 8738/2016 (lei mais próxima, ref. ao Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA)	fomento à agroindustrialização e à comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias.	INCRA
72			Programa Terra Forte	PTF	Decreto 8738/2016 (lei mais próxima, ref. ao Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA)	Implantação e/ou modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo Incra, em todo o território nacional.	INCRA
73	Federal	Público	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	PNDTR	Norma Conjunta de Execução MDSA/INCRA nº 1, publicada em 22 de fevereiro de 2007.	assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis, previdenciários e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição de cidadã, fortalecer sua autonomia e possibilitar o acesso às políticas públicas. Visa também informar e orientar as mulheres sobre a importância da documentação e sobre as políticas	MDSA; INCRA

						públicas da agricultura familiar e reforma agrária, com enfoque especial àquelas destinadas às trabalhadoras rurais.	
74	Federal	Público	Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais	POPMM	Portaria Interministerial Nº 2, de 24 de setembro de 2008.	fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural.	MDSA; SPM
75	Federal	Público	Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural	PNJSR	Decreto 8736/2016	integrar e articular políticas, programas e ações para a promoção da sucessão rural e a garantia dos direitos da juventude do campo	MDSA
76	Federal	Público	Agricultura de precisão	AP	Portaria MAPA 852, de 20/09/2012	Sistema de gerenciamento agrícola baseado na variação espacial e temporal da unidade produtiva e visa ao aumento de retorno econômico, à sustentabilidade e à minimização do efeito ao ambiente tendo como público alvo o pequeno, o médio e o grande produtor do agronegócio brasileiro.	MAPA
77	Federal	Público	Política de Desenvolvimento de Biotecnologia	PDB	Decreto 6041/2007	estabelecimento de ambiente adequado para o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores, o estímulo à maior eficiência da estrutura produtiva nacional, o aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras, a absorção de tecnologias, a geração de negócios e a expansão das exportações. Agropecuária: estimular a geração de produtos agropecuários estratégicos visando novos patamares de competitividade e a segurança alimentar, mediante a diferenciação de produtos e a introdução de inovações que viabilizem a conquista de novos mercados. Ambiental: estimular a geração de produtos estratégicos na área ambiental visando novos patamares de qualidade ambiental e competitividade, mediante articulação entre os elos das cadeias produtivas, conservação e aproveitamento sustentável da biodiversidade, inclusão social e desenvolvimento de tecnologias limpas.	MDIC
78	Federal	Público	Programa Leite Saudável	PLS	Decreto 8533/2015	ascensão de 80 mil produtores de leite para a classe média rural através do Programa Leite Saudável. Pelo alinhamento das políticas públicas para a melhoria da renda da produtividade, da qualidade do	MAPA; SEBRAE

						leite e da ampliação dos mercados interno e externo	
79	Federal	Público	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	PNSAN	LEI Nº 11.346/2006; Decreto 7272/2010	promover a segurança alimentar e nutricional, na forma do art. 3º da Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional.	MDSA
80	Federal	Público	II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	PLANSAN (2016-2019)	Art. 3º do Decreto nº 7.272/2010	Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.	MDSA
81	Alagoas	Público	Programa Alagoas Mais Ovinos	Alagoas mais Ovinos	Projeto de lei	Fomentar e fortalecer a cadeia da ovinocaprinocultura em Alagoas, a partir da inclusão de animais que foram adquiridos obedecendo rigorosos critérios de seleção, oferecendo um incremento na renda de cerca de 800 famílias credenciadas; Melhoria do perfil genético do rebanho a partir da instalação de reprodutores PO (puros de origem) nos municípios; Capacitação dos produtores, a partir de parceria com o Arranjo Produtivo Local Ovinocaprinocultura no Sertão, em: manejo nutricional, sanitário, reprodutivo e de beneficiamento da carne, leite e seus derivados, com a finalidade de assegurar a sustentabilidade do programa e gerando um impacto na renda familiar; Melhoria dos índices produtivos para viabilizar as pequenas propriedades, predominantes no semi-árido alagoano; Disponibilizar ao mercado carne e leite de melhor qualidade; Introdução de uma assistência técnica sistemática; Envolvimento das Secretarias Municipais de Agricultura no processo de trabalho e monitoramento dos resultados, dado o impacto econômico e social para as economias locais; Resgate da auto-estima e participação ativa e qualificada das famílias nos processos de produção e agregação de valor; Colaborar para a permanência das famílias no meio rural, através da inclusão nos diversos processos de produção da agricultura familiar, de maneira digna e com qualidade de vida; Influenciar no sistema de produção das demais famílias das comunidades a serem contempladas, ampliando a melhoria de práticas a partir do Pronaf-Custeio e investimento; Funcionar como uma porta de saída do Programa Bolsa Família, através da ampliação da renda familiar	SEAGRI-AL

8 2	Alagoas	Público	Programa Alagoas Mais Leite	PAA LEITE	Projeto de lei	Beneficiar famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, que recebem renda total inferior a meio salário mínimo; Apoiar e fomentar a reestruturação da cadeia produtiva do leite da agricultura familiar; Promover a qualificação dos pequenos produtores de leite do Estado; Viabilização de infra-estrutura produtiva, nutrição e melhoramento genético do rebanho; Introdução permanente da inseminação artificial, num processo educativo de capacitação e assistência técnica; Garantir a capacitação dos produtores no uso de tecnologias de reprodução para aumento da produtividade de leite por animal; Agregação de valor ao produto, com a compra por meio da modalidade Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Melhoria da qualidade do leite consumido no Estado; Aumento da renda das famílias atendidas.	SEAGRI-AL
8 3	Alagoas	Público	Projeto "Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do inhame no Vale do Paraíba em Alagoas"	Programa Inhame		capacitação de produtores familiares, implantação de unidades de observação e demonstrativas com tecnologias disponíveis para a cultura do inhame, definição de um sistema de produção adequado para a cultura, promoção de eventos como Festival do Inhame, seminários, etc. e ações que visam o beneficiamento e comercialização da cultura, a exemplo da busca de novos mercados para o produto, apoio ao associativismo e cooperativismo, divulgação de novos modos de consumo e mudança no hábito alimentar com a inserção do inhame na merenda escolar e nas dietas de enriquecimento nutricional, entre outras.	SEAGRI-AL
8 4	Alagoas	Público	Palma e sorgo forrageiro			Novas variedades mais adaptadas e produtivas, novos arranjos espaciais, adensamento e estudos de níveis de fertilidades vêm sendo colocados à disposição dos produtores do Agreste e Sertão através de pesquisas realizadas na Unidade Experimental de Santana do Ipanema.	SEAGRI-AL
8 5	Alagoas	Público	Zoneamento agroecológico do Estado de Alagoas	ZAAL	Cooperação	Orientar a ocupação, o uso e o manejo ambiental de forma integrada, considerando o conjunto dos recursos naturais renováveis e poderá contribuir para a organização espacial das atividades agrárias e subsidiar políticas e estratégias para o desenvolvimento rural integrado; Elaborar mapas de solos na escala 1:100.000 de todo o Estado de Alagoas; Elaborar mapas, na escala 1:100.000, do potencial agroecológico; Elaborar mapas, na escala de 1:100.000 do potencial de	MDSA; SEAGRI-AL; Embrapa

						terras para irrigação; Elaborar mapas da pedoclimática das principais culturas do Estado de Alagoas; Compilar informações sobre recursos hídricos e socioeconomia do Estado de Alagoas; Produzir um Sistema de Informações Geográficas (SIG) com a disponibilização das metodologias utilizadas, e dos resultados relativos aos aspectos ambientais e socioeconômicos gerados no trabalho; Divulgar as informações; Treinamento e Capacitação.	
86	Bahia	Pub-priv	Programa de Melhoria Genética do Rebanho Bovino do Estado da Bahia	Programa Pró-genética	PROJETO DE LEI Nº 21.529/2015	Aumentar a produção de carne e leite nas pequenas e médias propriedades rurais, através do uso de touros melhoradores; Proporcionar ao pequeno e médio produtor rural possibilidades de aumento de renda, através da melhoria da produtividade e, conseqüentemente, da qualidade do seu padrão social; estabelecer uma conexão real e contínua entre o segmento da produção de genética especializada (os chamados rebanhos "elite") e a base da produção (rebanhos comerciais), de forma a garantir o fluxo de genética superior para a base produtiva.	SEAGRI-BA
87	Bahia	Público	Projeto entreposto frigorífico modular			Viabiliza um modelo padrão de equipamento modular que atenderá a demanda dos municípios baianos, objetivando a organização da cadeia produtiva da carne, tornando-a segura da produção ao consumo.	SEAGRI-BA
88	Bahia	Público	Projetos de irrigação (Paulo Afonso, Tucano, Ponto Novo, Curral Novo/Fazenda Velha, Jacuípe)			O Projeto beneficia pequenos e médios agricultores que, através de suas organizações associativas são responsáveis pela operação e manutenção do sistema hidráulico de irrigação, bem como pelo beneficiamento e comercialização da produção agrícola.	SEAGRI-BA
89	Bahia	Público	Missão China/Coréia do Sul/Nova Zelândia			fomentar o comércio e os investimentos de empresários baianos nesta região e explorar as possibilidades de cooperação técnica entre os setores produtivos do agronegócio da Bahia e esse país.	
90	Pernambuco	Público	Programa Leite de Todos em Pernambuco	Leite de Todos		Reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, com prioridade para crianças, gestantes e nutrízes, diária e gratuita de um litro de leite fluido pasteurizado pra família; Redução da mortalidade infantil e incidência de doenças dos beneficiários; Promoção da melhoria dos padrões de saúde e qualidade de vida das famílias carentes;	CEASA-PE

						Fortalecimento das cadeias produtivas da bovinocultura; Redução do êxodo rural.	
91	Pernambuco	Público	Programa Chapéu de Palha	PCP	PCP Zona Canavieira (Lei Estadual nº 13.244/2007); PCP Fruticultura irrigada (Lei Estadual nº 13.766/2009); PCP Pesca Artesanal (Lei Estadual nº 14.492/2011); PCP Emergencial de Estiagem (Lei Nº 14768 DE 18/09/2012); educação como alternativa viável na busca pela melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural e da sua família, por meio de cursos de capacitação e profissionalizantes	Adotar medidas de combate aos efeitos decorrentes das condições adversas para a agricultura familiar de subsistência durante o período de seca, que garantam condições mínimas de sobrevivência (emergencial de estiagem); atenuar a situação vivenciada pelos safristas desempregados no período da entressafra da fruticultura irrigada em 7 municípios (fruticultura irrigada); apoio aos trabalhadores rurais -da cana-de-açúcar frente aos desafios causados pelo desemprego em massa durante o período da entressafra (Zona Canavieira).	SEPLAG-MG
92	Minas Gerais	Público	Programa Estadual da Cadeia Produtiva do Leite	Programa Minas Leite	DECRETO Nº 44.163, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2005	Promover a qualidade de vida dos pecuaristas familiares por meio da construção técnica, da organização e da gestão dos seus sistemas de produção na pecuária bovina, propiciando sua integração nas cadeias produtivas vinculadas à atividade, com foco no incremento da renda proveniente dos produtos da bovinocultura – venda de leite e animais.	EMATER-MG
93	Minas Gerais	Público	Programa Minas Carne	Minas Carne		Melhorar a genética do rebanho mineiro; aprimorar as ações de defesa sanitária; coibir o abate informal; melhorar a qualidade da carne produzida e comercializada; e adequar a cadeia produtiva da carne às normas ambientais.	SEAPA-MG; SEFAZ-MG; SEEDIF-MG
94	Minas Gerais	Público	Programa 3A: Alimento, Água e Ambiente			dotar o meio rural de infraestrutura capaz de proporcionar o seu desenvolvimento econômico e ambiental para atender às demandas do mercado.	SEAPA-MG
95	Minas Gerais	Pub-priv	Projeto Jaíba		Fundo Jaíba - Decreto nº 43.795, de 29 de abril de 2004; Projeto Jaíba II - Decreto nº 34.029, de 06 de outubro de 1992; IRRIGAR JAÍBA - Decreto nº 43.802, de 4 de maio de 2004.	O Projeto Jaíba integra a participação governamental e a iniciativa privada. Os seus objetivos são: assegurar o assentamento de pequenos produtores e agricultores empresariais, reestruturar e revitalizar seus processos produtivos; promover o desenvolvimento sustentável da agricultura no norte do estado, visando consolidar o pólo agroindustrial, aumentando a participação da região no mercado interno e externo de frutas. O Projeto busca ainda implantar uma	

						agricultura moderna, capaz de gerar riquezas e prosperidade. O perímetro de irrigação do Jaíba é resultado do esforço da parceria entre o Governo Federal e o Governo de Minas.	
96	Minas Gerais	Público	Tecnocampo			formula, implementa e coordena políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, viabilizando o acesso à informação, a tecnologias, à assistência técnica e social, à qualificação profissional, a novos mercados e à infraestrutura, que promovam o aumento da qualidade e da produtividade na agropecuária, geração de renda e inclusão social, além de proporcionar a melhoria na qualidade de vida e a permanência da população no campo.	SEAPA-MG
97	Sergipe	Público	Projeto de desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores	Projeto Dom Távora		contribuir para a remissão da pobreza rural, mediante apoio aos pequenos produtores, de forma que estes desenvolvam negócios agropecuários e não-agropecuários que contribuam para a segurança alimentar e permitam a inclusão pelo trabalho e pela renda de maneira sustentável.	SEAGRI-SE
98	Sergipe	Público	Projeto de Mecanização Agrícola			mecanização rural no semiárido sergipano e demais municípios contemplados com o Programa Brasil sem Miséria, por meio de chamada pública.	EMDAGRO
99	Federal	Público	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais	PNPCT	Decreto nº 6040 de 7/02/2007	Apoiar iniciativas de promoção da segurança alimentar e nutricional, e de geração de renda para Povos Indígenas e Quilombolas por meio do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais- APL do Plano Nacional de Promoção de Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade; garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável; implantar infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais; garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos; garantir nos programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais; apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e	MMA; MDSA

						comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.	
100	Federal	Público	Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade	PNPSB	Portaria Interministerial nº 239, de 21/07/2009	Desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis; Promover a conservação, o manejo e o uso sustentável dos produtos da sociobiodiversidade; Fortalecer cadeias produtivas em cada um dos biomas agregando valor aos produtos da sociobiodiversidade; Fortalecer a organização social e produtiva dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares; Fortalecer a articulação intra/interinstitucional e intersetorial; Adequar o marco legal de maneira a atender as especificidades dos produtos da sociobiodiversidade.	MMA
101	Federal	Público	Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais	PAPCT	BRA/08/012	Apoio ao desenvolvimento de Políticas Públicas de Meio Ambiente e Inclusão Social, Política, Econômica e Cultural notadamente relacionadas à utilização dos ativos ambientais em favor dos povos e comunidades tradicionais, com fim de manter e valorizar suas práticas e saberes, assegurar seus direitos decorrentes, inclusive sua segurança alimentar; gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem; (i) garantir a legitimidade dos fóruns existentes para negociar demandas do setor; (ii) capacitar povos e comunidades tradicionais para a produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental de seus territórios; (iii) atuar nos gargalos dos processos produtivos e de mercado dos produtos agroextrativistas e agroecológicos; (iv) implantar políticas públicas que diminuam a dependência do setor da atuação governamental; v) desenvolver novo modelo de apoio institucional.	MMA
102	Regional	Público	Programa de Apoio à Comercialização de Produtos do Extrativismo	PAE	Portaria MAPA nº 1.039 de 28/10/2008; Portaria N.º 123, de 5 de Julho de 2016; COMUNICADO CONAB/MOC N.º 015, DE 01/08/2016	Busca estruturar arranjos produtivos sustentáveis, por meio de um conjunto de iniciativas que valorizam os conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – PCTAFs. Suas ações envolvem o assessoramento técnico, capacitação e apoio a organização social, acesso ao crédito, desenvolvimento de infra-estrutura produtiva, promoção comercial e inserção dos produtos extrativistas no mercado; Todos os beneficiários do programa deverão ser qualificados por meio da Declaração de	MMA

						Aptidão ao PRONAF – DAP e as associações e cooperativas deverão anexar a listagem com os dados dos extrativistas amparados.	
103	Nacional	Público	Subprograma Projetos Demonstrativos	PDA	Projeto BRA/03/009	Demonstrar por meio de experiências inovadoras a possibilidade efetiva de construção, em bases socioambientais, de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e, a partir dos aprendizados produzidos por estas experiências, estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão e incorporação destas estratégias por outras comunidades, organizações e instituições governamentais.	MMA
104	Nacional	Público	Programa 1426- Conservação, manejo e usos sustentáveis da agrobiodiversidade	Programa de Agrobiodiversidade	Exposição de Motivos n. 007/2007	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais; Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional; Identificação e Pesquisa de Espécies da Fauna e Flora de Importância Econômica (Plantas para o Futuro); 8266 - Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade); 8308 Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural (GESTAR); 8998 - Implantação dos Planos de Utilização dos Pólos do Proambiente; 6061 – Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica	MMA
105	Estadual	Associação	Projeto MAMETO NZUUMBA			Capacitação com Povos de Terreiro em Culinária Afro Baiana e Bordado Afro; Implantação de Acervo Bibliográfico e Inclusão Digital para Povos de Terreiro; Implantação de Cozinhas Comunitárias com aquisição de equipamentos	ACBANTU
106	Estadual	Associação	Projeto MUTALOO MBO			Proporcionar aos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado da Bahia o fortalecimento de suas ações sociais voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional através da implantação de Hortas Comunitárias que irão dinamizar a distribuição de alimentos, educação alimentar, Desenvolvimento étnico sustentável, comunitário e a capacitação de suas Lideranças, pela inserção desses grupos no PAA, ainda no âmbito do Fome Zero. Propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais; Aquisição de Equipamentos Públicos de Alimentação e N	ACBANTU

						utrição como por exemplo Cozinhas Comunitárias e para famílias em situação de vulnerabilidade social	
107	Regional	ONG	Programa de Pequenos Projetos Ecosociais	PPPEC OS		<p>O ISPN atua como a Coordenação Técnico-Administrativa (CTA) do PPP-ECOS. A CTA realiza uma triagem dos projetos enviados a partir da publicação dos editais. Após a triagem, os projetos seguem para o Comitê Gestor Nacional (CGN), composto por representantes ou especialistas da ABC, FBOMs, MMA, MDSA, PNUD, Rede Cerrado, ASA e CNS. Cabe ao CGN realizar a seleção final. A maior parte das organizações comunitárias agroextrativistas não tem estrutura organizacional para o cumprimento dos preceitos legais envolvidos na produção, comercialização e acesso a mercados mais exigentes. O conhecimento sobre normas legais que regularizam os empreendimentos agroindustriais ainda é pouco disseminado e sua linguagem pouco acessível aos produtores. Dessa forma, o ISPN tem produzido importantes documentos de orientações a pequenos produtores e a empreendimentos agroindustriais comunitários. Sensibilizar os financiadores de projetos agroextrativistas ou agroindustriais a alertar os produtores sobre todas as exigências regulatórias que futuramente poderão incidir sobre a atividade e sobre as possíveis consequências de não cumprimento das exigências. Promover o acesso em linguagem acessível, por meio de cartilhas ou outras publicações ou até mesmo oficinas e vídeos educativos, dos produtores aos principais marcos regulatórios referentes à produção, beneficiamento e comercialização de produtos da biodiversidade, considerando as especificidades legais estaduais e municipais.</p>	ISPN
108	Local	ONG	Unidade de Processamento de Frutas do Cerrado	PFC		<p>Implantar uma Unidade de Beneficiamento de Frutos do Cerrado com envolvimento de grupos de pequenos produtores(as) rurais, em particular mulheres e jovens rurais tradicionalmente envolvidos na coleta extrativista. Difundir proposta de manejo do Cerrado, incluindo o plantio de Sistemas Agroflorestais (SAFs) com os grupos envolvidos na Unidade de Beneficiamento. Difundir propostas de beneficiamento e comercialização de produtos do Cerrado junto às populações rurais residentes neste agroecossistema. Contribuir com a auto-sustentação da 109Área de Experimentação e Formação em Agroecologia do CAA. Resgatar o valor do</p>	CAA/NM

						ecossistema cerrado como estratégia para garantir a sobrevivência das populações rurais em região do semi-árido (Norte de Minas).	
1 0 9	Internacional	Pub-Priv-ONG	Adaptaclima	Adaptaclima		Melhorar a capacidade adaptativa do Brasil face à mudança do clima; sistematizar e disponibilizar informação em áreas temáticas prioritárias relacionadas à Adaptação à Mudança do Clima, promover comunicação e articulação entre quem produz e quem utiliza o conhecimento e estimular a produção de conhecimento em relação às lacunas identificadas; contribuir diretamente para o 1º objetivo do Plano Nacional de Adaptação (PNA), que prevê entre suas metas uma "plataforma online de gestão do conhecimento em adaptação criada e disponível à sociedade	GVces
1 1 0	Federal	Pub-Priv-ONG	Programa Dryland Champions	PDC		Homenagear as atividades das pessoas e/ou organizações e empresas que fazem uma contribuição prática ao Manejo Sustentável de Terras	MMA
1 1 1	Municipal	ONG	Projeto Fogão Solidário	PFS		Reduzir os custos das famílias com fogão a gás e minimizar uso de lenha de forma inadequada, evitando causar danos à saúde principalmente a das mulheres e melhorando a qualidade de vida das famílias dos territórios camponês do MTC	MTC
1 1 2	Nacional	ONG	Fundo Nacional de Permanência na terra	FUNPET		Iniciativa de fomento e de apoio a pequenos projetos e empreendimentos solidários e tem como missão promover o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades acompanhadas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras e do Campo – MTC e seus parceiros.	MTC
1 1 3	Nacional	Público	Programa de Ação Interagências	Programa de Ação Interagências	Bahia (Decreto nº 8.394 de 13 de dezembro de 2002)	ampliar a capacidade de resposta do IBAMA/Prevfogo nas questões relacionadas com o controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais. Este programa é concebido para estabelecer parcerias que envolvam ações integradas entre os mais diversos atores da sociedade civil organizada.	
1 1 4	Regional	Público	Projeto Piloto de controle de queimadas em quatro municípios da Bacia do Rio São Francisco	Projeto São Francisco	Portaria MMA nº 580 de 29/11/2007	Controlar e reduzir o uso do fogo em atividades agro-pecuárias, assim como os incêndios florestais na região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, de modo a contribuir para minimizar a degradação ambiental e recuperar o regime natural dos recursos hídricos da mesma, além de melhorar a qualidade de vida dos moradores da bacia.	IBAMA; Prevfogo

1 1 5	Estadual	Público	Projeto Pernambuco Rural Sustentável: MARCO DOS POVOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO	PRS	Acordo de empréstimo	promoção de iniciativas de negócios rurais; ampliação do acesso à saneamento rural e outras infraestruturas complementares; evitar potenciais efeitos negativos às comunidades indígenas ou, se forem inevitáveis, minimizá-los, mitigá-los ou compensá-los; garantir que os povos indígenas recebam benefícios sociais e econômicos culturalmente adequados; respeitar seus direitos consuetudinários sobre a terra, seus valores culturais, suas práticas de manejo de recursos naturais;	Prorural/SARA
1 1 6	Federal	Público	Programa Minha Casa Minha Vida	PMC MV	Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009	Criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).	MCidades
1 1 7	Federal	Público	Programa de Fortalecimento da Gestão Urbana	PFTGB		Mapeamento das áreas de risco e a estruturação de um sistema de monitoramento, alerta e resposta a desastres naturais, tem como objetivo proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente.	MCidades
1 1 8	Federal	Público	Plano de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais		LEI Nº 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012.	Apoiar a execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental	MCidades
1 1 9	Federal	Público	Projeto Brasil-Alemanha de Fomento ao Aproveitamento Energético de Biogás no Brasil	PROBIOGÁS:	Acordo de Cooperação com o Governo da Alemanha	Ampliar o uso energético eficiente do biogás em saneamento básico e em iniciativas agropecuárias e agroindustriais, inserir o biogás e o biometano na matriz energética nacional e, por conseguinte, contribuir para a redução de emissões de gases indutores do efeito estufa. Para atingir seus objetivos	MCidades
1 2 0	Regional	Público	Programa de Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Formar		Estruturar as ações de desenvolvimento de pessoas em sintonia com as demandas do Sistema Estadual do Meio Ambiente (Sisema) e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Segreh) potencializando recursos e esforços.	Sema-BA
1 2 1	Regional	Público Bahia	Plano de Mobilidade Urbana	PlanMob	Artigo 24 da Lei n. 12.587/2012 determina que os municípios acima de 20 mil hab. são obrigados por lei a elaborem seus Planos	Melhorar a acessibilidade e a mobilidade das pessoas e cargas, através do planejamento de curto, médio e longo prazos. É dever do Estado e dos municípios, em conjunto com sua	SEDUR-BA

					de Mobilidade Urbana	população, elaborar seus Planos de Mobilidade.	
1 2 2	Regional	Público	Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária -	PLANE HAB	Lei 11.124/2005	Orientar a Política Estadual de Habitação, elaborar seus respectivos Planos Estaduais e/ ou Municipais de Habitação de Interesse Social. Na Bahia, a Lei 11.041/2008 que criou a Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS, visando atender normativo do Ministério das Cidades e implementar a PEHIS, concluiu, no mês de Julho de 2014, o PLANEHAB.	Sedur-BA; MCidades
1 2 3	Regional	Público	Minas Integrada	MI		Promover o Planejamento Regional Integrado e a Gestão Compartilhada de serviços públicos como forma de reduzir as desigualdades.	Secir-MG
1 2 4	Regional	Público	Regularização Fundiária e Acesso à Terra	RFAT		Reduzir as desigualdades sociais por meio de ações voltadas à regularização fundiária e acesso ao crédito.	Secir-MG
1 2 5	Regional	Público	Programa Saneamento é Vida	PSV		Prover acesso adequado e universal ao Saneamento Básico para promoção do Bem-Estar Social, Melhores Condições de Saúde e do Meio-Ambiente, bem como prevenção a desastres naturais causados pela chuva ou dificuldades causadas pela escassez hídrica.	Secir-MG
1 2 6	Regional	Público	Nossa Cidade Melhor	NCM		Promover o desenvolvimento ordenado e sustentável das cidades por meio do apoio e Fomento à Implantação dos Instrumentos de Planejamento Urbano, melhorar a oferta e qualidade da Infraestrutura e de equipamentos públicos municipais, reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo, e viabilizar o acesso à habitação para a população de baixa renda melhorando os níveis de pobreza e as condições de vida desta faixa de população.	Secir-MG
1 2 7	Regional	Público	Plano Estadual de Gestão Consorciada e Integrada de Resíduos Sólidos de Pernambuco	PERS	PORTARIA Nº 017 DE 04 DE MARÇO DE 2009.doc	Potencializar os esforços para a resolução dos problemas advindos da geração dos resíduos sólidos. Adicionalmente, busca-se uma economia de escala e de escopo, agrupando os processos de planejamento e gestão para a melhoria dos serviços de resíduos sólidos na RMR.	SECID-PE
1 2 9	Regional	Público	Programa de Desenvolvimento Ambiental - PDA	PDA	Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006	visa melhorar a eficiência, eficácia e efetividade do sistema de gestão ambiental do Estado da Bahia, segundo o estabelecido na Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, contribuindo para a conservação e a utilização sustentável dos	MCidades

						recursos naturais do Estado, em particular dos recursos hídricos.	
130	Regional	Público	Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada	GAC	Resolução Cepram nº 4.327/13.	Apoiar os municípios baianos, individualmente ou através de consórcios territoriais de desenvolvimento sustentável, para a adequação de suas estruturas municipais de meio ambiente tendo em vista Resolução Cepram nº 4.327/13.	Sema-BA
131	Federal	Público	Projeto de Eficiente Energética em Sistemas de Abastecimento de Aguas	ProEE SA	Acordo de Cooperação com o Governo da Alemanha	Aproveitar o potencial de economia existente nos sistemas de abastecimento	MCidades
132	Federal	Público	Programa Saneamento Básico	PNSB	DECRETO Nº 7.217, DE 21 DE JUNHO DE 2010.	Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza	MCidades
133	Federal	Público	Programa de Desenvolvimento do Setor Água	INTER ÁGUAS	Decreto nº 7.472, de 04 de maio de 2011	Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País,	MCidades
134	Regional	Público	Programa de Uso Racional de Água e Energia nas Escolas			Promover um espaço para o diálogo e melhoria no gerenciamento deste recurso, na perspectiva de incorporar valores voltados ao exercício da cidadania no trato com a água e energia, incentivando o consumo sustentável e a eficiência no uso dos recursos públicos, nas dimensões ambiental e econômica do segmento social.	SEDUC-BA
135	Federal	Público	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel	PNPB	Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004	Objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, a produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda .	MME
136	Federal	Público	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	PROIN FA	Decreto nº 5.025, de 2004	Aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos concebidos com base em fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN)	MME

1 3 7	Federal	Público	Política Nacional de Saneamento Básico; Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)	PNSB	Lei Federal nº 11.445/2007; Decreto Federal nº 8.211/2014	Estabelece as diretrizes; determina a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico sob coordenação do Ministério das Cidades - Saneamento Básico Integrado, Saneamento Rural, Saneamento Estruturante	MS;FUNASA
1 3 8	Federal; Estadual; municipal	Público	Revitalização de Bacias Hidrográficas	PRSF	PPA (2004 a 2008; 2008 a 2011; 2012 a 2015)	Elaboração de projetos e implantação de obras que incluem ligações domiciliares, unidades sanitárias, coleta, elevação, tratamento e destinação final de efluentes; Sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos; Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários	MMA
1 3 9	Federal; Estadual; municipal	Público	Programa Resíduos Sólidos Urbanos		Programa 8007 (PPA 2008 a 2011)	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ride)	MS;FUNASA;MMA
1 4 0	Federal; municipal	Público	Política Nacional de Resíduos Sólidos	PNRS; PERS	Lei 12.305/2010; Decreto nº 7.404/2010; Decreto nº 7.405/2010	Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado); os instrumentos da PNRS ajudarão o Brasil a atingir uma das metas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima; Elaboração dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (PERS)	MMA
1 4 1	Estadual	Público	Plano das Ações de Gestão de Resíduos Sólidos do Estado do Sergipe; Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;	PEGIR S; PERS-SE	Lei Nº 5.857/2006	Provocar uma mudança gradual de hábitos e atitudes na sociedade sergipana desde a geração até a destinação final dos resíduos, estruturado em: projeto de mobilização social e divulgação; diagnóstico regional de resíduos sólidos; estudos de prospecção e escolha do cenário de referência; e diretrizes e estratégias de implementação das ações.	SEMARH-SE
1 4 2	Estadual	Público	Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de	PERS-PE	Lei Estadual 14.236/2010	Relacionar a situação atual dos resíduos sólidos no estado de Pernambuco e desenvolver diretrizes, estratégias, metas, programas e projetos,	SEMAS-PE

			Pernambuco; Plano Estadual de Resíduos Sólidos			capazes de subsidiar a gestão dos resíduos sólidos no estado, contando com a validação do documento a partir da participação popular	
1 4 3	Federal; Estadual; Municipal	Público	Estatuto das Cidades		LEI No 10.257/2001	Define diretrizes gerais da política urbana com a garantia de direito ao saneamento ambiental	Mcidas
1 4 4	Estadual	Público	Política Estadual de Saneamento de Minas Gerais		LEI 18309/2009; DECRETO 45137, DE 16/07/2009	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, CRIA A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ARSAE-MG - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	COPASA
1 4 5	Estadual	Público	Política de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e preservação e aproveitamento dos recursos hídricos no Estado de Pernambuco.		Lei Estadual 1307/1971; Decreto nº 20.786/1998.	Realiza a execução da política governamental de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e bem assim a preservação e aproveitamento dos recursos hídricos no Estado de Pernambuco.	COMPESA
1 4 6	Estadual	Público	Política Estadual de Saneamento Básico		LEI Nº 7.081/ 2009	Implementar ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário	SEINFRA-AL
1 4 7	Estadual	Público	Programa Estratégico de Construção e Recuperação de Infra-Estrutura para o Saneamento Ambiental		PPA 2007-2010 (Diretriz Estratégica 7)	Planejar, projetar, construir e recuperar infra-estrutura para o saneamento ambiental.	SEINFRA-SE
1 4 8	Estadual	Público	Programa de Universalização dos Serviços de Saneamento Básico		PPA 2007-2010 (diretriz Estratégica 1)	Assegurar a universalização do acesso e a melhoria da prestação dos serviços de saneamento básico	SEINFRA-SE

149	Estadual	Público	Política Estadual de Saneamento Básico da Bahia		Lei no 11.172/2008	Institui princípios e diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico, disciplina o convênio de cooperação entre entes federados para autorizar a gestão associada de serviços públicos de saneamento básico	SEDUR-BA
150	Federal	Público	Política Nacional de Meio Ambiente	PNMA	LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	Preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana	CONAMA
151	Federal	Público	Novo código Florestal		LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.	ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação; responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais; fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.	
152	Estadual	Público	Programa Fomento Florestal Integrado	PFFI-BA			Sema-BA
153	Estadual	Público	Apoio ao Desenvolvimento Florestal	ADF/PFFI		Promover capacitação e reciclagem de seu corpo técnico	Sema-BA
154	Estadual	Público	Pólo Florestal Sustentável	PFS/PFFI		Apoia a implantação de pólos florestais sustentáveis para atender demandas regionais (usos múltiplos) e para suprimento de biomassa: lenha e carvão (bioenergia); Diminuir a pressão sobre a vegetação nativa	Sema-BA
155	Estadual	Público	Floresta Bahia Global	FBG/PFFI		Promoção de ações de recuperação da cobertura vegetal dos biomas baianos e a descarbonização das atividades humanas, promovendo o seqüestro de carbono e contribuindo para minimização dos efeitos das mudanças climáticas	Sema-BA

156	Estadual	Público	Programa de Recomposição Florestal de Matas Ciliares para o Estado da Bahia	PRMC	Decreto nº 7.969/01	Promover a conservação, a melhoria e o aumento dos níveis de qualidade ambiental nos ecossistemas ribeirinhos, através da proteção e da recomposição das matas ciliares em áreas críticas de bacias hidrográficas do Estado, em parceria com organizações não-governamentais e associações de produtores rurais	
157	Estadual	Público	Programa Estadual de Restauração e Conservação das Matas Ciliares e Nascentes do Estado da Bahia	Permac	Lei 1.050/2009	Viabilizar projetos de restauração e recuperação da vegetação nativa ao longo dos rios, ao redor de barragens e nascentes, reduzir o processo de erosão do solo e o assoreamento dos rios e reservatórios d'água e conservar a biodiversidade através da implantação de corredores naturais, através das matas ciliares reduzindo o impacto da fragmentação da vegetação nativa e sua manutenção em longo prazo.	
158	Estadual	Público	Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca para o Estado da Bahia				
159	Nacional	Público	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras	PPG-7		Os projetos desenvolveram ações nas áreas de sistemas agroflorestais, recuperação ambiental, manejo de recursos florestais, manejo de recursos aquáticos e preservação ambiental.	
160	Estadual (Bahia)	Público	Projeto Mata Branca	PMB		Contribuir para a preservação, conservação e manejo sustentável da biodiversidade do Bioma Caatinga nos Estados da Bahia e do Ceará	
161	Nacional	Público	Programa Nacional de Florestas	PNF	DECRETO Nº 3.420, DE 20 DE ABRIL DE 2000.	Articular as políticas públicas setoriais para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação das florestas brasileiras. É constituído de projetos que são concebidos e executados de forma participativa e integrada pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais e a sociedade civil organizada. Esta articulação é feita pelo Ministério do Meio Ambiente.	MMA
162			Programa de Consolidação do Pacto Nacional	PROG ESTÃO			MMA

			pela Gestão das Águas				
163			Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica				
164		Público	Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros	PMAB B			
165		Público	Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar	PRONAR			
166		Público	Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores	PROCONVE			
167			Plano de Consumo Sustentável;				
168			Plano de Ação e Controle do Desmatamento e das Queimadas				
169	Regional	Privado	projeto Eco Flora São Francisco	Ecoflora		Preservação e Manutenção da Mata Ciliar do Rio São Francisco	Agrovale
170	Regional	Privado	Projeto Caatinga Rica	Caatinga Rica		repovoamento e enriquecimento vegetal das áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente e áreas com aptidões não-agrícolas destinadas à preservação	Agrovale
171	Regional	Privado	Projeto de Monitoramento da Fauna	PMF		monitoramento da fauna em sua área de influência, com a análise, classificação dos animais e acompanhando do desenvolvimento das espécies encontradas na região.	Agrovale
172			Política Nacional de		Decreto 4.339 de 22/08/2002.		

			Biodiversidade				
173	Federal	Público	Lei da Biodiversidade		LEI Nº 13.123/2015.	Acesso ao Patrimônio Genético e aos Conhecimentos Tradicionais Associados	MMA
174	Federal	Público	Política Nacional de Educação Ambiental	PNEA	Lei nº 9795/1999; Decreto nº 4.281/2002.	Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política.	MMA; MEC
175	Regional	Público	Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco	Plano Novo Chico	DECRETO Nº 8.834, DE 9 DE AGOSTO DE 2016		MMA
176	Federal	Público	Política Nacional de Segurança de Barragens	PNSB	Lei nº 12.334, de 20/09/2010		
177	Federal	Público	Programa Água Doce	PAD	Decreto 7.535/2011	Estabelecimento de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para o consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda em comunidades difusas do semi-árido	MMA
178	Federal	Público	Projeto de Integração do Rio São Francisco	PISF			
179	Federal	Público	Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias de Acesso à Água (Programa Cisternas)				
180	Regional	ONG	Programa 1 Milhão de Cisternas	P1MC		Melhorar a vida das famílias que vivem na Região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade	ASA
181	Regional	ONG	Programa Uma terra e duas águas	P1+2		Armazenar água para garantir segurança hídrica e alimentar e fomentar a geração de emprego e renda	ASA

182	Regional	Público	Projeto Gestão Integrada da Orla Marítima	Projeto Orla		Implementar uma política nacional que harmonize e articule as práticas patrimoniais e ambientais com o planejamento de uso e ocupação desse espaço que constitui a sustentação natural e econômica da Zona Costeira.	
183	Regional	Pub-Priv	Programas de monitoramento do rio São Francisco	PMRF		Monitorar a qualidade da água; monitorar a cunha salina; resgate de ictiofauna	CHESF
184	Regional	Púb-Priv	Plano de Ação Socioambiental: Construindo Cidadania	PAS-Chesf		Atores sociais têm a oportunidade de juntos definirem as ações voltadas para preservação ambiental de seus municípios, com vistas a atingir uma qualidade de vida compatível com sua realidade; Promove não apenas o conhecimento da realidade ecossociológica, mas desencadeia, junto à população, processos de informação, conscientização, sensibilização e participação, cidadania; Educação e Saúde Ambiental; Educomunicação socioambiental; Conservação dos recursos naturais e recuperação de áreas degradadas; Fortalecimento institucional e sustentabilidade; Educação, arte, cultura e meio ambiente	CHESF
185	Regional	Pub-Priv	Desenvolvimento de ações para produtores agropecuários e pescadores do território do entorno da barragem de Sobradinho – BA	AD-Sobradinho		Promover ações de pesquisa, transferência de tecnologias e de capacitação de técnicos, produtores e pescadores, de modo a fortalecer a infraestrutura das atividades agropecuárias, assegurando um nível de produtividade que permita a melhoria da renda dos produtores e reprodutibilidades das unidades produtivas das comunidades dos municípios situados no entorno da Represa de Sobradinho; Produção de mudas; Educação e conscientização ambiental da população; Implantação dos apiários e meliponários; Distribuição de equipamentos para pequenas fabricas caseira.	CHESF
186	Nacional	Pub-Priv	Inventário de Emissões de gases de efeito estufa	Inventário GEE		Transição para um novo modelo de desenvolvimento baseado numa economia de baixo carbono, buscando novas oportunidades de negócios e construindo, juntamente com o governo e a sociedade civil, as bases para a sustentabilidade ambiental, econômica e social do planeta; Buscar uma estratégia unificada para as suas empresas no sentido de adotarem práticas que minimizem ou compensem as suas emissões de gases de efeito estufa (GEE); Priorizar em sua carteira de projetos a participação de fontes de energia renováveis; Identificar os principais riscos e oportunidades das alterações climáticas	Eletrobrás

						para o negócio da Eletrobras; Assegurar a implementação de ações de gestão das emissões de GEE, mantendo um processo sistemático e contínuo e a busca de melhores práticas; Assegurar aos públicos externo e interno o acesso à informação, em especial com a publicação anual do “Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa das Empresas Eletrobras”; Atuar no fomento aos estudos relativos às mudanças climáticas, no esforço de identificar e compreender seus impactos no setor elétrico brasileiro, e de buscar novas tecnologias para minimizar seus efeitos; Atuar junto à cadeia produtiva, buscando a redução de emissões de gases de efeito estufa de fornecedores e clientes; Apoiar e atuar na normatização das questões relativas à mudança do clima no âmbito governamental e da sociedade civil
187	Estadual	Público	Projeto de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco	PSH-PE		
188	Federal	Público	Saúde da Família	SAF		O objetivo do Saúde da Família é atuar na manutenção da saúde e na prevenção de doenças, alterando, assim, o modelo de saúde centrado em hospitais. Criado em 1993, o programa já atende 103 milhões de pessoas.
189	Federal	Público	Melhor em Casa – Serviço de Atenção Domiciliar	EMAD		Melhorar e ampliar a assistência no SUS a pacientes com agravos de saúde, que possam receber atendimento humanizado, em casa, e perto da família
190	Federal	Público	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	SAMU 192	Lei nº 6.729	Chegar precocemente à vítima após ter ocorrido alguma situação de urgência ou emergência de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras, que possa levar a sofrimento, a sequelas ou mesmo a morte. Trata-se de um serviço pré-hospitalar, que visa conectar as vítimas aos recursos que elas necessitam e com a maior brevidade possível.
191	Federal	Público	Programa de Qualificação das Ações de	PQA-VS	nº 1.378/GM/MS	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), voltadas para a garantia do acesso integral a ações e serviços de qualidade, de forma oportuna, contribuindo para a melhoria das condições de saúde da população, para redução das iniquidades e para a

			Vigilância em Saúde			promoção da qualidade de vida dos brasileiros
192	Federal	Público	Plano de Contingência Nacional para a Febre Chikungunya		Lei nº 8.080	Neste documento, são definidas as responsabilidades no âmbito federal e estabelecida a organização necessária, de modo a atender a situações de emergência relacionadas à circulação do vírus Chikungunya no Brasil, visando à integralidade das ações, à prevenção e ao controle da doença.
193	Federal	Público	Plano de Contingência Nacional para Epidemias de Dengue		nº 1.399/1999	Evitar a ocorrência de óbitos por dengue, prevenir e controlar processos epidêmicos
194	Federal	Público	Doença diarreica aguda			
195	Federal	Público	Plano de Contingência para Resposta às Emergências em Saúde Pública Febre Amarela			Descrição das ações e as estratégias de contenção de surtos e epidemias
196	Federal	Público	Plano de eliminação de malária no Brasil		Lei nº 8.142 / Decreto nº 1.232	Combater a malária e acabar com a doença no país
197	Federal	Público	Estratégia de Resposta ao vírus Zika e o combate ao mosquito transmissor		LEI Nº 13.301, / Lei nº 8.080	Reunir as principais ações do Governo Brasileiro em um único documento, consolidando programas, protocolos, diretrizes e planos de modo que possa servir de suporte aos países que enfrentem problema semelhante. Esta Estratégia de Resposta conta com a efetiva participação de estados e municípios e estruturado dentro do princípio de atendimento universal do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil
198	Federal	Público	Política Nacional de Atenção Básica	PNAB		atuação básica que responda, perto da casa das pessoas, à maioria das necessidades de saúde, com agilidade, qualidade e de modo acolhedor e humanizado.

199	Federal	Público	Política Nacional de Alimentação e Nutrição	PNAN		melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição	
200	Estadual	Público	Programa de fortalecimento do SUS na RMS	PROSUS		O projeto tem como objetivo o fortalecimento do SUS na Bahia, priorizando a Região Metropolitana de Salvador e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público.	SESAB
201	Estadual	Público	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra		Lei n.º. 10.678 / Decreto nº 4.887 / Lei no 8.080,	Ampliar o acesso da população negra residente nas áreas urbanas, em particular nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos, e os residentes nas zonas rurais, especialmente nas comunidades quilombolas, às ações e aos serviços de saúde. - Promover a implementação e fortalecimento das ações de atenção às pessoas com doença falciforme, o que significa a reorganização, a qualificação do acolhimento e da assistência, na dispensação farmacêutica e da atenção diferenciada na internação. - Aprimorar o preenchimento da coleta do quesito raça/cor nos sistemas de informação do SUS, bem como o processamento e análises dos dados desagregados por raça/cor/etnia	
202	Estadual	Público	Programa de Prevenção à Dengue e Chikungunya		LEI Nº 13.301, DE 27 DE JUNHO DE 2016.		
203	Federal	Público	Programa de Monitorização das Doenças Diarreicas Agudas	(MDDA)	Portaria SES-PE nº 104, de 9 de março de 2012	identificar, semanalmente, mudanças no padrão das doenças diarreicas agudas garantindo a oportunidade da adoção das medidas de prevenção e controle.	
204	Estadual	Público	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA			Ampliação e Estruturação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Sesau
205	Estadual	Público	POLÍTICA ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE		Resolução SES nº 5250/2016 Valor:	intervir sobre os determinantes sociais de saúde, promovendo melhoria na qualidade de vida dos usuários e	

206	Estadual	Público	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	SINAPI R		superar as desigualdades raciais no Brasil, com o propósito de garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa de direitos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância.	SEDPAC
207	Estadual	Público	FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE		Resoluções SES/MG e suas atualizações: N° 1416/2008; N° 5073/2015 Resoluções SES/MG e suas atualizações: N° 1416/2008; N° 5073/2015	Apoiar a descentralização das ações de Vigilância em Saúde estimulando os municípios do Estado de Minas Gerais a realizar a análise permanente da situação de saúde da população e a articulação de um conjunto de tecnologias para a abordagem dos determinantes, riscos e danos à saúde, garantindo a integralidade da atenção à saúde.	
208	Estadual	Público	POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE INDÍGENA		Resolução SES nº 5263/2016	Melhorar a qualidade de vida dos usuários e redução das vulnerabilidades e riscos à saúde,	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
209	Nacional	Público	Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca		LEI Nº 13.153	Promover ações de uso dos recursos naturais e iniciativas produtivas sustentáveis nas áreas suscetíveis à desertificação, para evitar a degradação da terra	MMA
210	Nacional	Público	Programa Nacional de Combate à Desertificação	PAN-BRASIL		Instrumento norteador para a implementação de ações articuladas no controle e no combate à desertificação	MMA
211	Estadual	Público	Programa Estadual de Combate à Desertificação	PAE-AL		Fortalecer e disseminar as iniciativas de prevenção, combate e reversão da desertificação e de mitigação dos efeitos da seca, visando criar condições de sustentabilidade socioambiental nas Áreas Suscetíveis à Desertificação.	SEMARH
212	Estadual	Público	Política Estadual de Combate à Desertificação		LEI Nº 14.091, DE 17 DE JUNHO DE 2010	Garantir às populações locais condições de vida digna para convivência com o semiárido, promovendo o desenvolvimento socioambiental sustentável e a manutenção da integridade dos ecossistemas característicos desta região	SEMAS-PE
213	Estadual	Público	Programa Estadual de Combate à Desertificação	PAE-PE		Implementar a Política Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	SEMAS-PE

214	Estadual	Público	Programa Estadual de Combate à Desertificação	PAE-BA	Decreto no 11.573	Prevenir e combater o processo de desertificação, assim como mitigar os efeitos da seca nas ASDs da Bahia	INGÁ
215	Estadual	Público	Programa Estadual de Combate à Desertificação	PAE-MG		Orientar a política estadual de combate à desertificação e a implantação de suas ações em Minas Gerais, através da colaboração entre o Governo Federal e o Governo de Minas Gerais para a mitigação dos efeitos da seca e o desenvolvimento sustentável da região que contém as áreas suscetíveis à desertificação (ASD's) no Estado	SEDVAN/IDENE
216	Estadual	Público	Programa Estadual de Combate à Desertificação	PAE-SE		Desenvolvimento de mecanismos orientados, para garantir a efetiva implementação das políticas, programas e projetos de combate à desertificação // Específicos: 1. Reduzir a pobreza e evitar o êxodo rural; 2. Garantir a segurança alimentar e nutricional assegurando uma produção sustentável e adequada para as famílias das ASD; 3. Garantir a segurança hídrica entendida como acesso a água potável, recursos hídricos conservados e universalização do saneamento básico; 4. Garantir a conservação, preservação e uso sustentável da biodiversidade como combate as mudanças climáticas; 5. Desenvolver mecanismos orientados a garantir e a efetiva implementação das políticas, programas e projetos de combate à desertificação.	
217	Nacional	Público	MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco		DECRETO Nº 8.834, DE 9 DE AGOSTO DE 2016	Promover a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, por meio de ações permanentes e integradas de preservação, conservação e recuperação ambiental que visem ao uso sustentável dos recursos naturais e à melhoria das condições socioambientais e da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os usos múltiplos.	
218	Nacional	Público	Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil	ZEE	DECRETO Nº 4.297, DE 10 DE JULHO DE 2002.	Organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.	MMA
219	Estadual	Público	Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia	ZEE-BA	DECRETO Nº 14.530 DE 04 DE JUNHO DE 2013	Orientar o planejamento, a gestão, as atividades e as decisões do poder público, do setor privado e da sociedade em geral, relacionadas ao uso e ocupação do território, considerando as potencialidades e limitações do meio físico, biótico e socioeconômico, visando à implementação prática do desenvolvimento sustentável // Específicos: 1. Definir zonas no território baiano a partir da convergência de características sociais, econômicas e geoambientais; 2. Indicar prioridades para conservação e uso sustentável da	SEPLAN; SEMA

						biodiversidade; 3. Estabelecer diretrizes gerais e específicas, e critérios orientadores para o uso e a ocupação do solo e dos recursos naturais, em cada porção do território (Zona); 4. Disponibilizar um banco de dados georreferenciados para apoiar a gestão territorial.	
220	Estadual	Público	Zoneamento Ecológico-Econômico costeiro de Pernambuco	ZEEC	art. 3º da lei estadual nº 14.258/2010		SEMAS-PE
221	Estadual	Público	Política Estadual de Gerenciamento Costeiro	PEGC PE	Lei estadual no. 14.258/2010	Disciplinar e orientar a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira do Estado de Pernambuco, através de instrumentos próprios, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais, à proteção dos ecossistemas, da beleza cênica e do patrimônio natural, histórico e cultural	
222	Estadual	Público	Zoneamento Ecológico-Econômico de Minas Gerais	ZEE-MG	Deliberação Normativa nº 129/2008 do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)	Apoiar a gestão territorial fornecendo subsídios técnicos à definição de áreas prioritárias para a proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento	
223	Nacional	Público	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas	PNGATI	DECRETO Nº 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012; Portaria 276/2008	Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural// Objetivos específicos em três eixos: 1.proteção territorial e dos recursos naturais; 2.governança e participação indígena; 3.áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas	Comitê Gestor
224	Nacional	Público	Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena	GATI		Promover a contribuição das terras indígenas como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros; implementar PNGATI	Funai; PNUD
225	Regional	Público	Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido	Programa Conviver			MI

226	Nacional	Público	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos	PROÁ GUA Nacional	Acordo de Empréstimo 7420BR	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país, mediante planejamento e gestão dos recursos hídricos; Expandir e otimizar a infra-estrutura hídrica, de forma a garantir a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequada aos usos múltiplos; Consolidar o sistema nacional de gestão integrada, por meio da implantação e aprimoramento dos instrumentos de gestão e do fortalecimento institucional dos organismos de recursos hídricos; ampliar a eficácia e eficiência da gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, de forma descentralizada e participativa; promover a complementação de sistemas e obras hídricas incompletos ou paralisados, que atendam os princípios de sustentabilidade; qualidade e viabilidade técnica, ambiental, operacional, econômico-social e financeira, para torná-los operacionais; consolidar o planejamento estratégico e operacional como instrumentos norteadores da ação governamental na área de recursos hídricos; fortalecimento institucional dos órgãos de planejamento e de gestão de recursos hídricos das 27 UFs; atualização e adequação das leis estaduais de 10 UFs	MI
227	Regional	Público	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro	PROÁ GUA/Semi-Árido	Acordo de empréstimo 4310BR	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o semi-árido brasileiro, com promoção do uso racional desse recurso, de tal modo que sua escassez relativa não continue a constituir impedimento ao desenvolvimento sustentável da região; Promover o uso sustentável dos recursos hídricos, com ênfase na gestão participativa; Promover com água a unidade doméstica de forma confiável e sustentável; construção de barragens, açudes e adutoras; construção e implementação de sistemas simplificados de captação subterrânea e abastecimento.	MI
228	Federal	Público-Priv-ONG	Territórios de Cidadania	PTC	DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.	O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável	CCVIL
229	Regional		Programa de Ações estratégicas para o Gerenciamento Integrado	PAE: GeF São Francisco			

			da Bacia do Rio São Francisco e da sua Zona Costeira				
230	Nacional	Público	Política Nacional sobre Mudança do Clima	PNMC	Lei no 12.187/2009; decreto 7.390/2010	Objetivos: compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático; reduzir as emissões antrópicas de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes; fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional; implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas 3 (três) esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos; preservação, à conservação e à recuperação dos recursos ambientais, com particular atenção aos grandes biomas naturais tidos como Patrimônio Nacional; consolidação e à expansão das áreas legalmente protegidas e ao incentivo aos reflorestamentos e à recomposição da cobertura vegetal em áreas degradadas; estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões - MBRE. Princípios: Todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático; serão tomadas medidas para prevenir, evitar ou minimizar as causas identificadas da mudança climática com origem antrópica no território nacional, sobre as quais haja razoável consenso por parte dos meios científicos e técnicos ocupados no estudo dos fenômenos envolvidos; as medidas tomadas devem levar em consideração os diferentes contextos socioeconômicos de sua aplicação, distribuir os ônus e encargos decorrentes entre os setores econômicos e as populações e comunidades interessadas de modo equitativo e equilibrado e sopesar as responsabilidades individuais quanto à origem das fontes emissoras e dos efeitos ocasionados sobre o clima; o desenvolvimento sustentável é a condição para enfrentar as alterações climáticas e conciliar o atendimento às necessidades comuns e particulares das populações e comunidades que vivem no território nacional;	MCTIC

231	Nacional	Público	Plano Nacional de Adaptação	PNA	Portaria Ministerial Nº 150/2016	Promover a redução da vulnerabilidade nacional à mudança do clima e realizar uma gestão do risco associada a esse fenômeno.	MMA
232	Nacional	Público	Estratégia Nacional para REDD+		Portaria MMA no 370, de 2 de dezembro 2015	Reduzir as emissões de GEE pelo desmatamento ilegal, da conservação e da recuperação dos ecossistemas florestais e do desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono	MMA
233	Nacional	Público	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado	PPCerrado	DECRETO S/N DE 15 DE SETEMBRO DE 2010	Promover a redução contínua da taxa do desmatamento e da degradação florestal, bem como da incidência de queimadas e incêndios florestais no bioma Cerrado, por meio da articulação de ações e parcerias entre União, estados, municípios e sociedade civil organizada, setor empresarial e academia.	MMA
234	Nacional	Público	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Caatinga	PPCaatinga	LEI Nº 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.	Coordenar, articular e executar iniciativas governamentais orientadas para a redução do desmatamento	MMA
235	Estadual	Público	Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco		Lei Nº 14.090, de 17 de junho de 2010	Garantir à população que o Poder Público Promova os esforços necessários para aumentar a resiliência da população pernambucana à variabilidade e às mudanças climáticas em curso; contribuir com a redução das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, em níveis não danosos às populações e aos ecossistemas, assegurando o desenvolvimento sustentável; criar instrumentos econômicos, financeiros e fiscais para a promoção dos objetivos, ações e programas; fomentar a criação de instrumentos de mercado para a mitigação das emissões de GEE; criar indicadores sobre emissões de GEE e vulnerabilidades no Estado às mudanças climáticas; promover o uso de energias limpas com substituição gradativa e racional de fontes energéticas; promover ações sustentáveis para atividades agropecuárias.	
236	Nacional	Público	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	PNSAN	LEI Nº 11.346/2006; DECRETO Nº 7.272/2010.	Promover a segurança alimentar e nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional. Estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).	MDSA

237	Regional	ONG (Oscip)	Encontro da Juventude Pesqueira do Baixo São Francisco			Realização de oficinas de trabalho visando construir formas de defender, preservar e garantir o futuro da vida no rio. Discussão para sensibilização da população para a necessidade urgente da revitalização das margens e da imediata retirada dos esgotos do leito do rio.	CPP Paulo Afonso
238	Nacional	Priv-ONG	Projeto Observando Rios / Rede das Águas			Monitoramento da qualidade da água de rios realizado por grupos de moradores em diferentes rios (incluindo o Rio São Francisco e alguns afluentes) com um kit desenvolvido pelo programa Rede das Águas.	SOS Mata Atlântica
239	Local	ONG	Arte de Gente			Capacita jovens tornando-os aptos para a inserção no mercado de trabalho, auxilia na proteção ao meio ambiente, trabalhando a reciclagem como princípio básico para a execução dos trabalhos e ajuda a fortalecer a criação de uma identidade cultural regional, estimulando a produção de produtos artísticos que remetam às riquezas naturais da região, em especial o Rio São Francisco	Instituto Opará
240	Local	ONG	Manutenção de viveiro Ações de plantio MESFA / Ação Socioambiental "Prof Ivo das Chagas" / Mutirão "Viva o Rio Vivo"			Plantio de mudas de espécies nativas do cerrado nas áreas de veredas, nascentes, córregos, afluentes e subafluentes da Bacia hidrográfica do SF, em Pirapora e Buritizeiro. Plantio de 20 mil palmeiras buritis e palmeiras distribuídas entre as comunidades rurais. Custos englobam escolha das sementes, preparação das mudas, transporte, distribuição e plantio nas margens e nas nascentes.	MESFA
241	Local	ONG	Projeto de Recuperação de Matas Ciliares			Recuperação de Matas Ciliares	ASF
242	Local	ONG	Projeto na Bacia do Ribeirão Santana			O propósito do projeto foi atuar no controle os processos erosivos, mediante a adoção de práticas conservacionistas do solo, proteção às nascentes e adequação das estradas rurais	ASF
243	Local	ONG	Projeto na Bacia do Rio Jacaré			O projeto propõe, no intuito de melhorar o atual quadro ambiental da bacia, a construção de barraginhas, associadas às medidas de recuperação e conservação do solo, recomposição florística através do enriquecimento vegetal (reflorestamento), e cercamento de APP visando mitigar os processos acima descritos, no sentido de contribuir para a melhoria hidroambiental das bacias hidrográficas, ou seja, o	ASF

						incremento na quantidade de água e melhoria em sua qualidade.	
2 4 4	Local	Pub- ONG	Projeto Um Novo Chico			Tem como objetivo recuperar áreas degradadas pelo escoamento das águas de chuvas sobre solos compactados, desenvolve a Tecnologia Social que consiste na construção de barraginhas contentoras de enxurradas. Trata-se de pequenos açudes que, além de proporcionar melhores condições para as famílias do meio rural, diminuem os danos ambientais, principalmente a erosão e o assoreamento.	ASF
2 4 5	Local	Pub- ONG	Subprojeto Recuperand o Nossas Matas			O projeto conta com a capacitação da comunidade para a implementação de práticas de conservação de solos e a produção de mudas de espécies florestais para a recuperação de matas ciliares e formação de florestas econômicas.	ASF
2 4 6	Local	ONG				Ações conjuntas na solução de problemas ambientais e degradações do meio ambiente, com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Pará - Discutir problemas e sugerir soluções definindo ações executivas com os respectivos cronogramas, objetivando a preservação da quantidade e da qualidade das águas, além de indicar os responsáveis pela implementação dessas ações; - O desenvolvimento auto-sustentável da bacia do rio Pará utilizando-se de estratégias ambientais, econômicas e sociais que assegurem o crescimento sócio-econômico, enfatizando a melhoria ambiental, principalmente na disciplina e ordenamento dos diversos usos dos recursos hídricos	CBH Rio Pará
2 4 7	Local	ONG	Projeto Manuelzão			Ações associativas, culturais e técnico-científicas de âmbito regional, nacional e internacional, com o objetivo de promover ações ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas	UFMG
2 4 8	Local	ONG	Recaatinga mento			contribuir para inverter a desertificação do bioma caatinga através do uso sustentável de seus recursos naturais.	IRPAA
2 4 9	Local	ONG				Defesa de direitos sociais	Associaçã o Comunitá ria de Sobradinh o II
2 5 0		Pub- ONG	PLANTEQ - Plano Territorial			Educação ambiental: cursos de formação inicial a pessoas vulneráveis economicamente e socialmente, com baixa escolaridade e sujeitas às mais diversas	Instituto Vila Flor

			de Qualificação			formas de discriminação social, como desempregados de longa duração, afrodescendentes, indiodescendentes, pessoas com deficiência, egressos do sistema prisional, em medidas socioeducativas, além do público demandante do sistema Mais Emprego da rede Sine.	
251	Local	ONG				Organização Não-Governamental que tem sua ação direcionada para o desenvolvimento humano e sustentável de famílias agricultoras do semiárido brasileiro.	CAATINGA
252	Local	ONG	Cidadania Ambiental - Acesso a direitos			(1) Contribuir para a redução da pobreza rural, através do acesso a direitos e promoção do desenvolvimento sustentável dos povos que habitam o Semiárido; (2) Ampliar a garantia de direitos e da participação cidadã da população do Semiárido brasileiro, especialmente na incidência sobre e no controle social das políticas públicas.	CAATINGA
253	Local	ONG	Programa Uma Terra e Duas Águas	P1+2		O objetivo do programa é fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda das famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos.	CAATINGA
254	Local	ONG	Projeto Terra de Vidas			objetivo de contribuir para o desenvolvimento de estratégias de adaptação às mudanças climáticas e combate à desertificação junto às famílias agricultoras no Semiárido, a partir dos Sistemas Agroflorestais- SAF's.	CAATINGA, Centro Sabiá
255	Nacional	ONG	FOGÕES DO ARARIPE – Eficiência Energética na Propriedade Familiar			promover a difusão de tecnologias de construção de fogões mais eficientes em unidades residenciais selecionadas na mesorregião do Araripe, através de uma metodologia participativa e o uso de instrutores locais (mestres fogãozeiros), com importante redução da quantidade de lenha utilizada em cada residência.	CAATINGA
256	Local	ONG	Pernambuco Mais Produtivo			O Projeto Pernambuco mais Produtivo tem a meta de construir 15.500 cisternas calçadão, e outras tecnologias sociais como barreiros lonados, cisternas telhadão e de enxurrada, além de tanques de pedra no estado de Pernambuco.	CAATINGA
257	Local	ONG	Projeto Escola das Águas			sistema de formação que tem o objetivo de profissionalizar jovens em captação e manejo da água na região semiárida do Nordeste. Neste sentido, 360 jovens serão	CAATINGA

						capacitados em construção de tecnologias hídricas adaptadas à agricultura familiar.	
258	Local	ONG	Novas Rendas Sertanejas			melhoria da comercialização de produtos agroecológicos da agricultura familiar, no semi-árido. Tem como objetivo principal: Tornar mais conhecidos, pela população consumidora, os produtos agroecológicos das famílias do Sertão do Araripe – PE, melhorar e ampliar os canais de comercialização e aumentar sua produção.	CAATINGA
259	Local	ONG	Projeto Juventude, Arte & Cultura III			“Consolidar a geração de renda de um grupo de 400 jovens rurais, através da produção e comercialização de artesanato da cultura local”	CAATINGA
260	Local	ONG	Projeto Cidadania Ambiental HSBC Conquistando o direito à água			o objetivo é ampliar a capacidade das populações rurais pobres da região do Araripe Pernambucano, de reagir e adaptar-se às mudanças climáticas em curso, especialmente, no tocante ao combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, provendo acesso às informações e tecnologias de produção sustentável, com foco no uso e reúso da água (bioágua). Proporcionar a base de um maior empoderamento, com efetiva participação no desenho e implantação de políticas públicas.	CAATINGA
261	Local	ONG	Projeto Riachos do Velho Chico			objetivo de revitalizar os Riachos Frazão e Queimada no semiárido pernambucano, no bioma da caatinga, através do desenvolvimento de ações comunitárias de recuperação e conservação de recursos hídricos.	CAATINGA
262	Local	ONG	Projeto Comunidade & Criança Construindo vínculos para o desenvolvimento humano e comunitário			objetivam contribuir para que as famílias dessas comunidades, e principalmente as crianças, avancem no campo da educação, saneamento básico e infraestruturas hídricas e na viabilização de atividades produtoras de alimentos como Apicultura, horta agroecológica, criação de pequenos animais, cultivos de sequeiro. Todas essas desenvolvidas nos princípios agroecológicos e de convivência com as condições da semiáridéz.	CAATINGA
263	Local	Priv-ONG	Projeto Energia Limpa			Projetos de energia economicamente e ambientalmente sustentáveis, baseados em fontes renováveis, na região nordeste do Brasil.	Instituto Ecoengenh
264	Regional	ONG	Projeto Viva o Peixe-Boi Marinho			O projeto tem como estratégia a conservação e pesquisa para evitar a extinção da espécie. Apresenta ações inovadoras que vão além do desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, contemplando, também, as esferas da educação ambiental, sustentabilidade,	Fundação Mamíferos Aquáticos - FMA

						promoção da cidadania e inclusão social em áreas de ocorrência da espécie.	
265	Regional	ONG	Projeto Aroeira			Criação de um modelo de gestão sustentável para a cadeia produtiva extrativista da pimenta rosa na região do Baixo São Francisco, entre Alagoas e Sergipe. O Projeto Aroeira uniu os extrativistas da região, formando a Associação Aroeira, e oferecendo cursos de capacitação, desde à coleta, até o beneficiamento da pimenta rosa. O objetivo do Projeto é transformar a vida dos extrativistas através da geração de renda pela comercialização de produtos de alto valor agregado, expandindo oportunidades de trabalho e reduzindo as desigualdades sociais.	Instituto Ecoengenh; Associação Aroeira
266	Regional	Priv-ONG	Projeto Agro-Florestal			Projeto de reassentamento de pequenos agricultores que antes viviam sobre minas de cobre e ferro da região de maneira sustentável, com uma proposta de geração de trabalho e renda, e com a concepção do uso de produtos de alto valor agregado.	Instituto Ecoengenh
267	Regional	Pub-ONG	Projeto H2SOL			Apoio à agricultores locais com a instalação de microsistemas produtivos de irrigação, para a produção de pimentas, com o uso de energia renovável solar e tecnologias adequadas.	Instituto Ecoengenh
268	Regional	Pub-ONG	Projeto AMercSol			Apoio ao pequeno produtor na entrada no mercado. Especificamente, o projeto visa apoiar, estruturar e acessar o pequeno produtor rural ao mercado, no contexto do comércio justo e solidário, utilizando-se, no caso de Alagoas, dos incentivos da Lei Estadual nº 6.559/2004, que cria a microempresa social com sistema tributário diferenciado, favorecido e simplificado no âmbito do ICMS	Instituto Ecoengenh; Fundação LaGuardia
269	Nacional	Pub-ONG	Programa Agua Doce / Unidade Demonstrativa do Programa Rio Doce			Estabelecer política pública permanente de acesso à água para consumo humano Tecnologias de dessalinização da água	MMA
270	Estadual	Pub-ONG	Projeto Agricultura Familiar e Resiliência Socioecológica às mudanças climáticas no			Análise da resiliência socioecológica às mudanças climáticas de sistemas de produção adotados por agricultores familiares no semiárido do Estado da Bahia. Construção participativa de indicadores de resiliência às mudanças climáticas	

			Semiárido Brasileiro				
271	Estadual	ONG	Organização Social e Produtiva no Semiárido de Sergipe		Projeto de Lei Nº 02/2013	Trabalho social produtivo de preservação do meio ambiente. Produção de mudas nativas e atividades de reflorestamento, manutenção de banco de proteína e viveiro para produção e comercialização de produção das famílias locais	ASCOMPR AV
272	Estadual	ONG	Práticas de conservação do solo			Práticas de conservação do solo por meio de tecnologias locais: cordões em contorno, cobertura morta, mureta de pedras, plantio em nível, adubação e recuperação de nascentes, com mão de obra familiar e recursos endógenos	Instituto Terraviva
273	Estadual	ONG	Programa Nacional de Habitação Rural	PNHR		Oferta de moradia digna para manutenção da família no campo	Instituto Terraviva (antigo MMT)
274	Estadual	ONG	Programa Ecoagreste			Reduzir a área ocupada com o fumo na Região Fumageira de Alagoas, estimulando famílias a adotarem modelos agroecológicos adequados à região, como hortaliças, peixes, aves caipiras e produção orgânica.	Instituto Terraviva
275	Regional	ONG	Programa Ecoxocó			Propõe o etnodesenvolvimento da comunidade indígena Xocó utilizando princípios e práticas agroecológicas. Capacitação em princípios e práticas ecológicas, ações de reflorestamento, recomposição de áreas desmatadas, regeneração da Caatinga	Instituto Terraviva
276	Estadual	ONG	Núcleo de Bioprospecção da Caatinga	NBIOC AAT		Busca de moléculas bioativas das plantas da Caatinga de interesse para exploração pela comunidade local	INSA-MCTI

